



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO/PROFISSIONAL EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE-PPGCOM

LEONARDO BARBOSA BARROS

**IMPrensa Maranhense no início do século XIX: uma análise dos
discursos sobre a escravização no jornal *Conciliador do
Maranhão* (1821 -1823).**

Palmas -TO
2022

LEONARDO BARBOSA BARROS

**Imprensa maranhense no início do século XIX: Uma análise dos discursos sobre a
escravização no jornal *Conciliador do Maranhão* (1821 -1823).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (TO) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade. **Linha de Pesquisa:** Comunicação, Poder e Identidades

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto

Palmas – TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B277i Barros, Leonardo Barbosa .
Imprensa maranhense no início do século XIX: Uma análise dos discursos sobre a escravização no jornal Conciliador do Maranhão (1821 -1823) . / Leonardo Barbosa Barros. – Palmas, TO, 2022.
164 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2022.
Orientador: Francisco Gilson Rebouças Porto
1. Imprensa . 2. Escravização. 3. Maranhão . 4. Conciliador Do Maranhão .
I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LEONARDO BARBOSA BARROS

Imprensa maranhense no início do século XIX: Uma análise dos discursos sobre a escravização no jornal *Conciliador do Maranhão* (1821 -1823).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (TO) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto (orientador)
Universidade Federal do Tocantins

Dra. Thays Assunção (avaliadora interna PPGCOM)
Universidade Federal do Tocantins

Dr. Luiz Francisco Munaro (avaliador externa)
Universidade Federal de Roraima

AGRADECIMENTOS

Nesse momento queria agradecer a minha família, minha mãe Maria do Socorro, meu pai José de Ribamar, minha esposa Estephany de Almeida, que ficou do meu lado durante o período de duração do mestrado e também agradecer a minha filha Helena de Almeida Barros, minha fonte de inspiração, amor e carinho. Gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto pelo apoio e incentivo durante o período do mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre os discursos a respeito da escravização nas páginas do jornal *O Conciliador do Maranhão*, em São Luís (MA). Fundado em 1821, o periódico foi o primeiro da província do Maranhão. Para a realização deste estudo, foram utilizados os documentos digitalizados no site da *Hemeroteca Digital Nacional*. Ao todo, circularam 212 edições, mas para a elaboração da dissertação, foram selecionadas 57. Essa quantidade foi escolhida a partir das menções sobre o tema do escravismo. O objetivo é analisar os discursos sobre a escravização, entre 1821 e 1823, período em que este circulou, buscando entender os aspectos sociais em que viviam os escravizados, as formas de resistência que eles usavam, identificando o perfil dos cativos. É também propósito deste estudo fazer uma análise de como os escravizados eram vistos pela sociedade maranhense, por meio dos anúncios de vendas, leilões e fugas publicadas pelos senhores. Serão analisados, ainda, ofícios, notícias, editais e cartas dos leitores que abordam o tema das escravizações. A partir daí, é possível traçar o perfil dos escravizados que aparecem no jornal e identificar os interesses políticos e econômicos sobre o tema. Metodologicamente, é utilizada a Análise do Discurso (AD) com a intenção de compreender as relações sociais e de poder nos discursos hegemônicos presentes no noticioso, bem como, fazer um debate sobre a importância da imprensa como fonte de pesquisa histórica e conhecer mais sobre a sua relevância na sociedade maranhense no início do século XIX. Percebe-se que o jornal está em consonância com os discursos das elites locais, pois defende a manutenção da escravização de pessoas negras. Nos anúncios de comercialização de escravizados, o jornal reforça a ideia de tratar essas pessoas como objetos que podiam ser vendidos ou comprados, o tipo de escravo ideal para os senhores, bem como as profissões mais procuradas por eles. Já nos anúncios de fugas, nota-se a resistência escrava, mostrando que essas pessoas não aceitavam de forma passiva tal condição. Também se observa a dependência dos senhores da mão de obra escrava, por meio dos anúncios usados como forma de recuperar o cativo fugitivo.

Palavras-chave: O Conciliador do Maranhão. Escravização. Imprensa.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the discourses about enslavement in the pages of the newspaper *O Conciliador do Maranhão*, in São Luís (MA). Founded in 1821, the journal was the first in the province of Maranhão. To carry out this study, documents scanned on the website of the Hemeroteca Digital Nacional were used. In all, 212 editions circulated, but for the preparation of the dissertation, 57 were selected. This amount was chosen from the mentions on the subject of slavery. The objective is to analyze the discourses on enslavement, between 1821 and 1823, the period in which it circulated, seeking to understand the social aspects in which the enslaved lived, the forms of resistance they used, identifying the profile of the captives. It is also the purpose of this study to analyze how the enslaved were seen by society in Maranhão, through advertisements for sales, auctions and escapes published by the masters. Letters, news, notices and letters from readers that address the issue of enslavement will also be analyzed. From there, it is possible to profile the enslaved people who appear in the newspaper and identify the political and economic interests on the subject. Methodologically, Discourse Analysis (DA) is used with the intention of understanding the social and power relations in the hegemonic discourses present in the news, as well as making a debate about the importance of the press as a source of historical research and knowing more about the its relevance in Maranhão society at the beginning of the 19th century. It is noticed that the newspaper is in line with the speeches of the local elites, as it defends the maintenance of the enslavement of black people. In advertisements for the sale of slaves, the newspaper reinforces the idea of treating these people as objects that could be sold or bought, the ideal type of slave for masters, as well as the professions most sought after by them. In the escape advertisements, slave resistance is noted, showing that these people did not passively accept such a condition. It is also observed the dependence of the masters on slave labor, through the advertisements used as a way to recover the fugitive captive.

Keywords: *O Conciliador do Maranhão*. Enslavement. Press.

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Tabela 1	Habitantes do Maranhão - 1821.....	35
Tabela 2	Distribuição dos assinantes do <i>Conciliador</i> por localidade.....	47
Tabela 3	Ocupação dos assinantes do <i>Conciliador</i> a partir das informações obtidas nas listas de assinantes do jornal.....	49
Tabela 4	Principais crimes cometidos pelos escravizados e encorados nas edições pesquisadas.....	121
Tabela 5	Penas dos crimes cometidos por escravizados.....	121
Tabela 6	Médias anuais de escravos vindos para o Maranhão da África e de outras regiões do Brasil nos quinquênios de 1812-1816 e 1816-1820.....	133
Tabela 7	Quantidade de escravizados que chegaram no Maranhão entre os anos de 1821 a 1823 encontradas nas edições do jornal	139
Tabela 8	Origem dos escravizados que chegaram pelo porto de São Luís entre os anos de 1821 a 1823 nas páginas do jornal.....	139
Tabela 9	Principais ofícios praticados pelos escravizados homens encontrados nas edições analisadas do jornal	126
Tabela 10	Principais ofícios praticados pelas escravas mulheres nas edições analisadas do jornal.....	126
Tabela 11	Principais lugares de origem e nações dos escravizados encontrado no jornal nas edições analisadas.....	127
Tabela 12	Principais nomes que chamavam os escravizados no jornal nas edições pesquisadas.....	127
Tabela 13	Idades de escravizados que aparecem no jornal nas edições pesquisadas.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadros

Quadro 1	Amostragem da pesquisa.....	20
Quadro 2	Quantidade de anúncios e notícias sobre os escravizados eu aparecem no jornal.....	21
Quadro 3	Relação dos anunciantes de impressos no jornal <i>Conciliador</i> (1821-23)	48
Quadro 4	Venda de escravizados.....	80
Quadro 5	Leilão de escravizados.....	93
Quadro 6	Fugas no jornal.....	107

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>Figura 1 - Mapa da província do Maranhão (1841).</u>	<u>25</u>
<u>Figura 2 - Mapa da Ilha de São Luís</u>	<u>28</u>
<u>Figura 3 - Mapa das rotas dos navios da companhia do Grã Pará e Maranhão.</u>	<u>32</u>
<u>Figura 4 - Primeiras páginas do <i>O Conciliador do Maranhão</i> (1821), deterioração das margens com perdas de informação e marcas de caligráficas e borrões no texto.....</u>	<u>44</u>
<u>Figura 5 - Logomarca do jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>.</u>	<u>54</u>
<u>Figura 6 - Venda de africanos recém-chegados ao Brasil.</u>	<u>72</u>
<u>Figura 7 - Escravos trabalhando em obras públicas.</u>	<u>84</u>
<u>Figura 8 - Leilão de escravizados (Auguste Francois Biard, 1858–1859. DeAgostini / Getty Images).</u>	<u>88</u>
<u>Figura 9: Mapa da cidade de São Luís do Maranhão em 1844.....</u>	<u>89</u>
<u>Figura 10 - Cativo sendo açoitado pelo feitor. Pintura Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.</u>	<u>95</u>
<u>Figura 11 - Cativo sendo açoitado pelo feitor no pelourinho. Pintura Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.</u>	<u>96</u>
<u>Figura 12 - Cativo sendo marcado com ferro quente. Nathaniel Currier, 1845. Alamy/Fotoarena.</u>	<u>100</u>
<u>Figura 13 - Punição de escravizados com palmatória: rotina de violência Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.</u>	<u>124</u>
<u>Figura 14 - Porão de um navio negreiro: dor e desespero Viagem pitoresca através do Brasil, 1827/1835, Johann Moritz Rugendas. Alamy / Fotoarena.</u>	<u>131</u>
<u>Figura 15 - Regiões da África de onde vinham os escravizados para a região Amazônica:</u>	<u>132</u>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MARANHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX	24
1.1 Formação do Maranhão	24
1.2 Economia e escravidão no Maranhão.....	28
1.3 Classes sociais no Maranhão no início do século XIX.....	35
2. O CONCILIADOR DO MARANHÃO: A GÊNESIS DA IMPRENSA NO MARANHÃO	40
2.1 Imprensa no início do século XIX no Brasil.	40
2.2 <i>O Conciliador do Maranhão</i> : o pioneiro da imprensa maranhense.....	43
2.3 Contexto histórico do Maranhão entre 1821 a 1823 no período em que o <i>Conciliador do Maranhão</i> estava em circulação.....	52
3. COMERCIALIZAÇÃO DE ESCRAVIZADOS NO JORNAL	68
3.1 Escravização no Maranhão.....	68
3.2 Análises dos anúncios de vendas de escravizados no jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	71
3.3 Aluguel de escravizados no Maranhão.....	82
3.4 Leilões de escravizados no jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	85
4. RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS PÁGINAS DO JORNAL CONCILIADOR DO MARANHÃO	94
4.1 Fugas de escravizados no jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	94
4.2 Formações de quilombos no Maranhão no início do século XIX.	108
4.3 Escravização e o medo nas páginas do jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	110
4.4 Crimes cometidos por escravizados nas páginas do jornal <i>Conciliador do Maranhão</i>	115
4.5 “Ataque ao pudor” a nudez de escravizados no jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	123
4.6 Perfil dos escravizados nas páginas do jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	123
5. ENTRADAS E SAÍDAS DE EMBARCAÇÕES COM ESCRAVIZADOS NO JORNAL O CONCILIADOR DO MARANHÃO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE	160

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar os discursos sobre a escravização no jornal *O Conciliador do Maranhão* entre os anos de 1821 a 1823, primeiro do Maranhão. Foi fundado em 15 de abril de 1821, na cidade de São Luís, e circulou até 16 de julho de 1823, um período conturbado da política brasileira, quando ocorriam os movimentos de independência, já que após a Revolução do Porto em Portugal, D. João VI voltou para a metrópole e deixou seu filho, D. Pedro I no Brasil, como príncipe regente. Porém, a elite brasileira do período, com medo do país se tornar novamente uma colônia de Portugal, pressionava o então príncipe pela emancipação.

Nesse contexto, *O Conciliador do Maranhão* participou ativamente dos debates sobre a independência, mas com uma postura contrária à emancipação do Brasil e a favor do pacto colonial. O jornal possuía uma linha editorial alinhada aos interesses do governador da província do Maranhão, o Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que foi financiador da instalação da tipografia no Maranhão. Segundo Pinheiro (2016), o governador Pinto da Fonseca, ao trazer a imprensa para o Maranhão, acenou para o domínio do universo simbólico.

O impresso se consistiu como um espaço de representação do cotidiano da sociedade ludovicense do início do século XIX, sendo fonte de desenvolvimento e um lugar de debates inflamados sobre a política nacional e local. Como explica Pinheiro (2013), o periódico deixou rastros do cotidiano de São Luís, sendo um espaço de representação sobre as conjunturas políticas, sociais e econômicas, se posicionado a favor do pacto colonial e em defesa dos interesses da Coroa.

Nesse sentido, a escolha do periódico vem de ser o primeiro e principal jornal impresso nos anos de 1821 a 1823 no Maranhão e também porque ele traz referência sobre o cotidiano de São Luís no período analisado, participando ativamente da cultura, da economia e da política. Além de ser uma fonte de pesquisa histórica, por representar os padrões culturais de seu tempo e de ser um agente construtor, pois sua atuação política e seu caráter opinativo exerceu grande influência no imaginário social maranhense do início do século XIX. Ele se tornou um espaço que influenciou outros veículos da imprensa, inclusive jornais posteriores e a sociedade como um todo

O jornal inicialmente tinha intenção de apaziguar os conflitos, tanto que o seu nome é sugestivo “*Conciliador*”, mas com os ânimos exaltados, o noticioso tornou-se um defensor ferrenho dos interesses do governador Pinto da Fonseca e da Coroa portuguesa.

Essa pesquisa se debruça sobre a questão da escravidão na sociedade maranhense do século XIX, especificamente nas páginas de *Conciliador*. Sobre o tema da escravidão nos anúncios de jornais, que considera o contexto nacional, já foram feitos diversos estudos, mas o pioneiro na utilização da imprensa como fonte de pesquisa foi Gilberto Freyre no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, publicado em 1963. Freyre faz uma interpretação antropológica e sociológica dos escravizados nos anúncios dos jornais do século XIX. Para Câmara (2013), a obra de Gilberto Freyre inovou na utilização de fontes que até então eram ignoradas pela historiografia brasileira, como os jornais impressos.

Assim, Freyre influenciou outros trabalhos que utilizam os anúncios de escravos como fontes para se estudar a escravidão, como o de Martha Rebelatto na dissertação: *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX. (2006)*. A autora utiliza os anúncios de fugas e analisa o perfil dos escravos.

Outra pesquisadora de anúncios de fugas de escravizados é Márcia Sueli Amantino, na dissertação: *O mundo do fugitivo: Rio de Janeiro - século XIX, (1996)*, que analisou as fugas de cativos e o perfil dos escravos que fugiam. Já a autora Ana Josefina Ferrari fez um estudo sobre os discursos dos senhores sobre o escravo na dissertação: *A VOZ DO DONO: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no Oeste Paulista entre 1870-1876 (2001)*.

Vale ressaltar o trabalho de Lilia M. Schwarcz no seu livro *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, no qual a autora estuda as representações sobre o negro cativo ou liberto, no período do processo abolicionista. Já a pesquisadora Ana Karine Pereira De Holanda Bastos (2016), na sua tese: *Anúncios de escravos: Traços de Mudanças e Permanências de Tradições Discursivas nos Jornais do Recife*, estuda as tradições discursivas (TDs) das fugas de escravos dos jornais do Recife, do século XIX e compara com os anúncios de procurados da atualidade, identificando os elementos constitutivos de ambos os gêneros, a fim de estabelecer um elo entre inovação e conservação de TDs entre os textos.

Sobre o estudo da imprensa e da escravidão no Maranhão, tem-se as pesquisas do professor Josenildo de Jesus Pereira (2006), na sua tese: *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. Nesse trabalho, o pesquisador estuda as representações na imprensa maranhense na segunda metade do século XIX, por meio dos jornais O “*Diário do Maranhão*”, “*O Paíz*” e o “*Pacotilha*”. Assim, se procura responder como as classes dominantes se organizaram no contexto do processo de decadência da agricultura

mercantil, tendo como aliada a imprensa maranhense e compreender as representações construídas a respeito da escravidão na imprensa jornalística.

Vale ainda destacar o trabalho da pesquisadora Roseane Arcanjo Pinheiro (2007), que produziu a dissertação: *Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX*. . Nesse estudo, é abordada a fundação dos impressos no território do Maranhão e as motivações políticas, econômicas e culturais que contribuíram para o surgimento dessas folhas. ez, ainda, uma análise qualitativa para compreender as circunstâncias que contribuíram para o início da imprensa e que condicionaram a natureza da produção jornalística e uma análise quantitativa para reconstituir o perfil jornalístico, a política editorial e a estrutura morfológica do jornal pioneiro, por meio da análise do conteúdo de uma amostra daquele periódico. Já na sua tese intitulada *O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX*, Pinheiro (2016), estuda as práticas comunicacionais desenvolvidas pelo jornal *O Conciliador do Maranhão*, buscando compreender as representações elaboradas pelo impresso maranhense.

Sobre o *Conciliador do Maranhão*, no contexto da Independência do Brasil, há ainda o trabalho de Roni César Andrade de Araújo (INSERIR ANO), na dissertação: *Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei*. Ele analisa a Imprensa Maranhense nos anos que circunscrevem a adesão do Maranhão à Independência do Brasil, identificando a relação entre a história do Brasil independente e a atuação dos jornais *O Conciliador* (1821-1823) e *O Argos da Lei* (1825). Assim, é feita uma análise dos aspectos políticos, econômicos e sociais do Maranhão no período colonial e os laços de aproximação com Portugal, explicando a adesão do Maranhão às Cortes Portuguesas.

Por fim, quando se trabalha a imprensa maranhense no início do século XIX não se pode deixar de mencionar o trabalho do professor Marcelo Cheche Galves (2010), na sua tese intitulada: *“Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)”*, onde é realizado um estudo da província do Maranhão, desde a “adesão” à Revolução do Porto em abril de 1821, até 1826. A pesquisa analisa jornais como o *Conciliador do Maranhão* na construção de espaços públicos de representação política.

Voltando às concepções iniciais, nesta dissertação, analisamos tanto os anúncios de comercialização de escravizados (venda, compra, aluguel e leilão de escravizados) e os de resistência escrava (fugas, crimes, formação de quilombos), também foram analisados notícias, cartas, editais e ofícios. O objetivo é entender os discursos e representações produzidos pela elite senhorial maranhense sobre os escravizados. Para realização dessa pesquisa, foi utilizado como campo de estudo a História Cultural, que busca formular problemas históricos específicos

quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos, estudando os movimentos sociais e as representações coletivas de uma sociedade em determinada época (CASTRO, 2012).. De acordo com Romancini (2005), a História Cultural é herdeira e deu centralidade à categoria “cultura”, fazendo com que ela seja estudada numa grande variedade de enfoques: o cotidiano, as práticas de consumo e produção cultural, as identidades de grupos minoritários (mulheres, negros, gays), etc.

Assim, essa pesquisa utiliza a imprensa como fonte de pesquisa. Esse tipo de estudo só foi possível após advento da *Escola dos Annales*, que ampliou o número de documentos e acrescentou novos objetos para a pesquisa histórica, novas abordagens e fontes. Nesse sentido, a escola fez aumentar o interesse por novas fontes de pesquisa, tais como a imprensa, que se mostra importante para a historiografia, pois possibilita novas abordagens sobre a vida em uma determinada sociedade no tempo. “A imprensa jornalística é um espaço de representação de momentos particulares da realidade, na qual estão implícitas relações sociopolíticas a serem desvendadas” (PEREIRA, 2006, p. 17).

A *Escola dos Annales* ajudou na utilização da imprensa como documento histórico, pois os impressos congregam atores sociais que podem ter contribuído para a definição de cenários políticos e culturais, além de possibilitar que pesquisadores pudessem trabalhar com diversas fontes e documentos como fotografias, áudio, obras literárias ou de arte, cartas, diários, discursos, testamentos, inventários, processos criminais ou administrativos, etc (BARBOSA, 2010).

Nas últimas décadas, o estudo dos jornais tem contribuído para uma renovação na historiografia política e econômica do Brasil e também vem levando a abertura de novos campos e temáticas que até então eram pouco abordadas. Assim, eles são fontes importantes para entender um determinado período histórico e principalmente as relações de poder de uma sociedade (LEITE, 2014).

É inegável a importância dos jornais impressos para a historiografia. Por meio deles, pode-se entender comportamentos e práticas de uma determinada sociedade, já que é uma fonte de conhecimento sobre a realidade, única, pois a notícia carrega as especialidades do cotidiano e as relações de poder na sociedade (BEZERRIL, 2011).

Segundo Kreniski e Aguiar (2011), os periódicos de época são o melhor modo de estudar o comportamento de uma sociedade e suas mudanças, visto que registra a vida cotidiana. Neles, estão representados todos os movimentos sociais, o que permite ter conhecimento sobre questões políticas de um período, levando em consideração a tendência ideológica seguida pelo

jornal estudado. Assim, nos permite compreender como viveram nossos antepassados, tanto os “ilustres”, como os sujeitos anônimos.

Essa pesquisa procura entender as representações da escravização no periódico. Nesse sentido, é importante entender o conceito de representação. De acordo com Roger Chartier (1990), as representações sociais são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Dessa forma, são produzidas como um meio de impor o domínio de um determinado grupo social em relação a um grupo dominado.

Segundo Dias (1995), em todas as épocas e em todas as sociedades, as elites utilizam o conhecimento para ocultar os conflitos, mostrar um passado desvinculado do presente e forjar uma consciência de dominação. Assim, as representações fazem parte de uma luta social na dominação que se faz pelo discurso.

Para Bourdieu (2004), nas lutas sociais, a classe dominante impõe suas próprias representações da realidade por meio de instrumentos como os jornais, controlando a (re)produção discursiva da sociedade. Dessa forma, a imprensa pode ser vista como um agente nas lutas sociais na determinação da sua visão de mundo, podendo transformar a realidade na luta pelo poder simbólico.

Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações (Castoriadis), processo este que envolve uma dimensão simbólica (PESAVENTO, 1995, p.15).

Pinheiro (2016) afirma que o jornalismo opera simbolicamente na construção de um referencial sobre a sociedade e incorpora atores sociais do passado, contribuindo para a significação da política, da cultura e do cotidiano. As representações presentes no jornal estão envoltas em interesses políticos, econômicos e sociais dos grupos de poder. Dessa forma, os jornais são produtores e reprodutores de representações sociais, que permite conhecer o imaginário social de uma determinada época porque o imaginário faz parte do campo das representações que se manifesta no jornal por meio dos discursos que pretendem dar definição a realidade. Para Pesavento(1995), o imaginário social é representação, invocação, simulação, sentido e significado. Ao estudá-lo, busca-se um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação de ser.

Nesse sentido, representar é colocar alguém ou alguma coisa no lugar de outra que está ausente, pois, quando o jornal fala sobre os escravizados ele não os retrata exatamente como os cativos são, mas representam de acordo com os valores, preconceitos, estereótipos, interesses e

a forma de ver o mundo de quem escreve sobre o objeto ou pessoa representada. Para Bezzeril (2011), o jornal é um espaço de representações sociais e podem ser manipulados como instrumentos de poder político, sejam para legitimar ou derrubar uma figura política.

As representações são essenciais para o funcionamento da sociedade na produção social das ideias, por meio de elaborações discursivas, que ratificam percepções sobre coisas, pessoas, ideias, estados e processos. Assim, representar é expressar e também deixar de expressar; é reter, cortar, selecionar e encaixar a partir do que não foi eliminado. E o que foi cortado pode ser mais importante na composição do significado contido em uma representação (ROTHBERG, 2014).

O jornal, quando representa os cativos, se torna um produtor e reproduzidor de estereótipos, que coloca muitas vezes os negros como perigosos, como objetos ou como inferiores, pois o sistema escravista buscava desumanizar, coisificar e comercializar essas pessoas. Ao transformá-las em “objetos” ele retira a humanidade delas para poder explorá-las e castigá-las.

Nos dias atuais, o *Conciliador do Maranhão* pode ser encontrado impresso na Biblioteca Benedito Leite em São Luís do Maranhão e digitalizado e no site da *Hemeroteca Digital Nacional*¹, o que facilitou o acesso no período de pandemia da *Covid 19*, quando foi realizada parte da coleta desta pesquisa. Dessa forma, entende-se que o processo de digitalização e publicação de documentos históricos na internet facilita a pesquisa, pois preserva e torna mais acessíveis arquivos muitas vezes considerados raros.

Os objetivos deste estudo são: analisar os discursos presentes no noticioso sobre a escravização no Maranhão no início do século XIX a partir dos textos presentes no jornal. Compreender as relações sociais e hierárquicas na sociedade maranhense, também pretende-se estudar as formas de resistência utilizadas pelos cativos nos anúncios de fugas, crimes e formação de quilombos, e por fim, busca-se traçar o perfil dos cativos que aparecem no jornal.

Outro ponto importante dessa pesquisa é o estudo da escravização de pessoas negras no Maranhão que, segundo Pereira (2006), foi uma das principais categorias históricas que explica as desigualdades socioeconômicas do Brasil atual, assim como, o racismo e a violência policial contra pessoas negras.

¹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/conciliador-maranhao/749524>. Acesso em: 23/10/2022.

Diferente da escravização no mundo antigo, a praticada nas Américas tinha um caráter racial, já que eram utilizados principalmente negros africanos e seus descendentes e, em menor escala, os indígenas brasileiros. No Maranhão do início do século XIX, os cativos africanos eram a principal força de trabalho nas lavouras de monocultura de cana de açúcar, algodão e arroz. Assim, estudar o tema em nossa sociedade é de grande importância para entendermos as relações e as desigualdades sociais e os preconceitos que persistem até os dias atuais.

Nesse sentido, não se pode deixar de levar em consideração o passado escravista, pois entende-se que o racismo faz parte de um processo histórico e político que traz elementos do escravismo colonial e que sobreviveu até o atual sistema capitalista brasileiro.

De acordo com Sousa e Braga (2017), as desigualdades sociais e o racismo que as pessoas negras sofrem tem relação com a história e com o processo de colonização, aliado à falta de política de integração dos libertos após a abolição da escravatura.

Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. (MOURA, 1983, p. 133).

O sociólogo Jessé de Souza (2017) afirma que a classe pobre do Brasil foi formada por negros recém-libertos, mulatos e mestiços que foram jogados para as periferias das grandes cidades, morando em favelas onde são abandonados, formando uma classe que marca a modernização seletiva e desigual brasileira.

O racismo, então, pode ser entendido como um processo histórico que tem suas bases na escravização de pessoas negras no Brasil e que até os dias atuais ainda sofrem com as consequências que desencadearam em desigualdades profundas. Assim, ele é construído para manutenção de privilégios e dominação de um grupo social sobre os outros. Desse modo, entende-se que o processo de escravização foi muito mais do que uma prática econômica que subjogou e objetificou seres humanos, usando como justificativa a cor da pele. O escravismo brasileiro moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores que permanecem mesmo após o seu fim.

Metodologia

Nesta pesquisa será utilizada a Análise do Discurso (AD), de linha francesa, como ferramenta metodológica e com o objetivo de analisar o discurso acerca da escravização no

jornal *O Conciliador do Maranhão*. Serão analisados os anúncios de venda, compra, aluguel, leilão e fugas de escravizados, comunicados oficiais, editais, notas, balanços, cartas de leitores e avisos que tratam sobre o tema.

A AD estuda a linguagem e a produção de sentido em relação à língua do sujeito e a história, o texto e o contexto, com o objetivo de entender as ideologias presentes. De acordo com Manhães (2005), o discurso é apropriação da linguagem por um emissor, o que confere a este um papel ativo na ação social. Assim, o enunciador, através do discurso, pode classificar, ordenar e organizar o significado do mundo e, ainda, persuadir, convencer o locutor ou pode também construir uma voz, um modo de falar, um entendimento do mundo.

Para Lapuente (2015), fazer uma análise do discurso nos jornais é imprescindível, pois este meio de comunicação, ao selecionar e transmitir a notícia, procede a uma manipulação do conhecimento apreendido pelo público leitor. Leite (2015), oferece uma direção sobre como utilizar jornais de época como objeto de investigação:

Consciente dos alcances, limites e problemas expostos pelos debates teóricos em relação aos jornais como fonte e objeto de pesquisa, o historiador deve partir para a análise metodológica do periódico, buscando reunir e extrair, em um primeiro momento, o máximo de informações possíveis que possam permitir uma compreensão detalhada acerca do histórico do jornal. (LEITE, 2015, p. 14).

Marcia Benetti (2007), explica que para se fazer AD é preciso entender que o texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia na sociedade, na cultura, na ideologia e no imaginário social. Essa exterioridade não pode ser apartada do texto. Já de acordo com Orlandi (2003), este método é ideal para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais. Assim, para a autora, trata-se da palavra em movimento, a prática da linguagem.

Nesse sentido, a AD procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, partindo do trabalho social geral, constituído do homem e de sua história, permitindo sermos menos ingênuos com a linguagem. Portanto, o discurso não é neutro, e por isso, é preciso refletir para não cair na ilusão de sermos conscientes de tudo.

Deve-se entender que apesar de ser uma fonte histórica relevante, os jornais não são neutros e devem ser utilizados de forma crítica para não se deixar levar pelo discurso presente e realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial. Deve-se dialogar com outras fontes, buscando seu contexto e historicidade, extraindo os significados, capazes de representar um

determinado período histórico. Assim, entende-se que um documento sempre porta um discurso e não pode ser visto como algo transparente. Portanto, deve ser visto para além do qual se apresenta o conteúdo. Desse modo, o pesquisador deve estar atento à forma de como o teor histórico é apresentado (CARDOSO, 1997).

Ao elaborar um trabalho utilizando a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, o historiador deve estabelecer uma postura crítica ao documento jornalístico. É importante também reconhecer seus limites, problemas e historicidade, pois o jornal é um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época. “Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos”. (LEITE, 2015, p. 09).

Deve-se fazer uma análise crítica, pesando-os a partir da parcialidade e das intenções nos textos, levando em conta o contexto e os sujeitos envolvidos, pois os jornais não são receptáculos da verdade, mas devem ser pensados a partir das sociabilidades e nas diferentes conjunturas políticas, nas suas intenções implícitas e explícitas em defender ou atacar atores políticos (SILVA; FRANCO, 2010).

Os jornais não retratam fielmente a realidade, mas fazem representações dela. Nesse sentido, deve-se interpretá-lo, identificando seus limites e potencialidades, levando em conta o contexto social em que está inserido, pois ela é um instrumento de manipulação e intervenção na vida em sociedade. Por isso, como explicam Becker e Martins (2006), apesar da intenção ser publicar o fato, os jornais não podem ser considerados inquestionáveis. Os discursos presentes reproduzem a visão do mundo de um determinado grupo social e um dos objetivos deste trabalho é entender os discursos presentes no texto jornalístico. O pesquisador deve ter ciência de que um periódico está envolvido em um jogo de interesses e que o que está escrito nem sempre é um relato fidedigno. Muitas vezes esses veículos defendem os interesses políticos e econômicos de certa classe social e sofrem pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes e leitores (LAPUENTE, 2015).

Dessa forma, é importante que o pesquisador esteja atento na construção do fato jornalístico e nos interesses que aparecem implícitos nos discursos presentes, pois o jornalismo está sujeito às questões sociais e culturais de um período histórico, o que influenciam na narrativa. E essa narrativa jornalística traz marcas do seu tempo, expõe e esconde intenções e

interesses do seu momento histórico por conter disputas de poder, lutas de classes e de representações. “A narrativa jornalística traz as marcas de seu tempo, de intenções, interesses, disputas pelo poder e silêncios, constituídos por meio das relações sociais historicamente delineadas” (PINHEIRO; HOHLFELDT, 2017, p. 06).

Para a análise, serão utilizados os textos relacionados ao tema da escravidão, principalmente os anúncios de compra, venda, leilões e fugas de escravizados, comunicados oficiais, editais, notas, balanços, cartas de leitores e avisos, que fornecerão referências sobre a sociedade maranhense e indícios sobre os escravizados e os discursos dos senhores sobre os cativos. Nesse sentido, a partir dos discursos presentes no jornal, pode-se identificar as relações sociais e de poder na sociedade maranhense. “A utilização da imprensa escrita como fonte de estudo por meio da divulgação e análise do discurso se tornou essencial para a compreensão das representações do pensamento e dos imaginários de determinadas épocas”. (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 02).

Assim, a AD, ajuda a responder perguntas como: Quem são os locutores e enunciadores no jornal? Quem é o leitor imaginado pelo jornal? Qual é a função dos sujeitos nos discursos? Como o discurso organiza os lugares de fala e hierarquias?

Ao todo, foram 212 edições que circulavam às quartas-feiras e aos sábados, mas o recorte temporal abrange 186, encontradas no acervo da *Hemeroteca Digital Nacional*, nos dois anos que o jornal circulou. Para a elaboração da dissertação, foram selecionadas 57 edições, analisados 21 anúncios de fugas, 22 anúncios de compra, venda, aluguel e leilão de cativos, três notícias de crimes de cativos e 18 avisos de entrada de entrada e saída de embarcações no porto de São Luís, todos relacionadas ao tema da escravização. Essa quantidade foi escolhida a partir de edições que faziam menções sobre o tema do escravismo, contemplando todo o período de circulação do impresso, entre abril de 1821 e julho de 1823. Desse modo, reuniu-se exemplares de vários momentos do jornal, que circulou até 1823. Essa delimitação temporal também foi realizada em prol da situação da documentação disponível. Por isso, nosso recorte obedece aos períodos de publicação, bem como ao estado de conservação, pois muitas páginas foram mutiladas.

Segue abaixo o detalhamento da amostra estudada para a pesquisa sobre a folha maranhense:

Quadro 1 - Amostragem da pesquisa

Jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>
Período de circulação: 15 de abril de 1821 a 16 de julho de 1823
Universo: 186 exemplares Amostra: 57 exemplares
Periodicidade: bissemanal (duas vezes por semana)
1821 AGO- 1 (exemplar) NOV -2 (exemplares) DEZ -1 (exemplar) TOTAL: 4 exemplares
1822 JAN - 6 (exemplares) FEV - 1 (exemplar) MAR - 6 (exemplares) MAI - 5 (exemplares) JUN - 1 (exemplar) JUL - 3 (exemplares) AGO 4 (exemplares) OUT -2 (exemplares) DEZ - 2 (exemplares) TOTAL: 30 exemplares
1823 JAN - 5 (exemplares) FEV - 2 (exemplares) MAR - 5 (exemplares) ABR - 2 (exemplares) MAI - 3 (exemplares) JUN - 6 (exemplares) TOTAL: 23 exemplares

Fonte: Autor (2022).

Nos 14 meses de circulação do *O Conciliador do Maranhão* foram produzidas 465 páginas. Assim, foi feita a coleta dos dados nos exemplares que tinham relação com o tema da escravização. Nem todos traziam anúncios de venda, de fuga ou menção sobre os cativos na província, sendo que esses anúncios, comunicados oficiais, editais, notas, balanços, cartas de leitores e avisos foram organizados para a interpretação. Abaixo o quadro que exemplifica a quantidade dos anúncios e notícias analisadas nesta pesquisa:

Quadro 2 – Quantidade de Anúncios e notícias sobre os escravizados que aparecem no jornal.

Jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i>	Anúncios de fuga	Notícias sobre crimes cometidos pelos escravizados	Notícias de entrada e saída de cativos pelo porto de São Luís	Anúncios compra/venda/aluguel/leilão
<i>1821</i>	01	0	02	01
<i>1822</i>	09	01	09	10
<i>1823</i>	11	02	07	11
Total	21	03	18	22

Fontes: Autor (2022).

A leitura dos exemplares do *Conciliador do Maranhão* possibilita entender as relações sociais, o funcionamento das estruturas de poder, no início das décadas de 1820. Assim, entende-se que por meio dos discursos dos senhores foram produzidas representações sobre os escravizados e sobre o mundo social da cidade de São Luís. Como explica Pinheiro (2016), os discursos remetem a representações já consolidadas, pois a subjetividade e a identidade dos indivíduos são concretizadas na relação de um com o outro em contextos culturais e históricos específicos.

Nesse sentido, as representações sociais estão dentro dos discursos produzidos por grupos sociais e nessas representações estão presentes as concepções sobre os sujeitos que um determinado grupo tem sobre um assunto, estando presente tanto nas relações sociais, quanto nas opiniões e comportamentos dos indivíduos, refletindo em sua conduta e valores.

O jornal como meio de produção simbólica se torna um instrumento de dominação ao estabelecer hierarquias e distinções que legitimam uma forma de estar e pensar a sociedade. Portanto, O *Conciliador do Maranhão* traduz as relações de poder, estabelecidas pelos atores e instituições envolvidas. Como explica Pierre Bourdieu (2004), o poder simbólico constrói uma realidade que tende a instituir uma ordem imediata do mundo social, que se atua através de um consenso.

O jornalismo é uma produção simbólica sobre a realidade, construindo um referencial sobre a sociedade que envolve o campo cultural e as mudanças históricas, políticas, sociais e econômicas. Assim, por meio dele, as pessoas constroem estratégias de ver e atuar no mundo. É também um fenômeno dinâmico que comporta as tensões das relações instauradas socialmente, transformando-se em instrumentos de dominação por meio do estabelecimento de hierarquias e distinções que legitimam uma forma de estar e pensar a sociedade. De acordo com a autora, pode ser compreendido como uma forma de representar o mundo ao estabelecer um modo específico de captar a existência, de descrevê-la, de narrá-la e de explicá-la ao reforçar um contrato de leitura com um público heterogêneo, mas compartilhando representações que possam ser reconhecidas. (PINHEIRO, 2016).

Deste modo, o jornalismo transforma a realidade, sendo uma peça fundamental no registro de acontecimentos, o que lhe confere uma função histórica social, produzindo sentidos sobre as questões políticas e as relações sociais em meio a um processo complexo de trocas entre o jornal e os leitores.

As matérias do *O Conciliador* se resumia em notícias nacionais, transcrição de decretos, editais, variedades, proclamações, cartas de leitor, notícias estrangeiras, entradas e saídas de embarcações. Ao fazer uma leitura no jornal, percebeu-se que os anúncios possuíam similaridades na distribuição das sessões. Essa organização norteou a criação de categorias empíricas que vão balizar a análise, distribuídas da seguinte forma:

- As matérias do *O Conciliador* se resumia em notícias nacionais, transcrição de decretos, editais, variedades, proclamações, cartas de leitor, notícias estrangeiras, entradas e saídas de embarcações. Ao fazer uma leitura no jornal, percebeu-se que os anúncios possuíam similaridades na distribuição das sessões. Essa organização norteou a criação de categorias empíricas que vão balizar a análise, distribuídas da seguinte forma: Avisos e variedades, que agrupam publicações de compra, venda, aluguel e fuga de escravizados;
- Sentenciados, onde são divulgadas as relações dos réus no ano de 1822, na cidade de São Luís do Maranhão, publicada em 22 de janeiro de 1823 e 25 de janeiro de 1823;
- Entrada e saída de navios que transportavam produtos para a exportação e importação, como também escravizados;
- Resistência escrava, que se debruça sobre as publicações de fugas e criação de quilombos.

Para cada uma dessas categorias será dedicado um capítulo da dissertação. No primeiro, será realizado um breve histórico sobre o início da imprensa no Brasil e no Maranhão, além de ressaltar a importância do *Conciliador do Maranhão* como fonte para pesquisa histórica no contexto político e econômico em que o Brasil e a província do Maranhão estavam passando. No segundo, serão analisados os anúncios de venda, compra, aluguel e leilão de escravizados, buscando por meios desses compreender os discursos que os senhores e o jornal faziam sobre os cativos. Já no terceiro capítulo, será feita uma análise dos anúncios de fugas, crimes e formação de quilombos para entender as estratégias de resistência que os cativos praticavam.

Por fim, serão analisadas as entradas e saídas dos navios com escravizados. A finalidade é conhecer como era praticado o tráfico negreiro na província do Maranhão no início do século XIX, analisando os registros de entrada e saída de embarcações no porto de São Luís publicadas no jornal. Com isso, é possível conhecer a quantidade e a origem dos cativos, além de

compreender a prática do tráfico negreiro, quem eram os traficantes e os senhores que encomendavam os cativos. Pontuando que os registros de entradas e saídas de embarcações vinham com os nomes dos navios, duração das viagens e comandantes. Nesse sentido, faz-se necessário analisar essas questões e para isso essa pesquisa vai utilizar *O Conciliador*, o primeiro jornal em circulação no Maranhão para entender como os escravos eram representados nas páginas do jornal.

CAPÍTULO I - O MARANHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.

Nesse capítulo da dissertação será feito um breve histórico sobre a história do Maranhão, desde sua formação até o início do século XIX. Isso para situar o leitor dos aspectos sociais, econômicos e político influenciaram na formação dessa região e como esses fatores tiveram relação com a vinda de uma grande quantidade de mão de obra escrava africana para a província do Maranhão e influenciaram nas relações sociais.

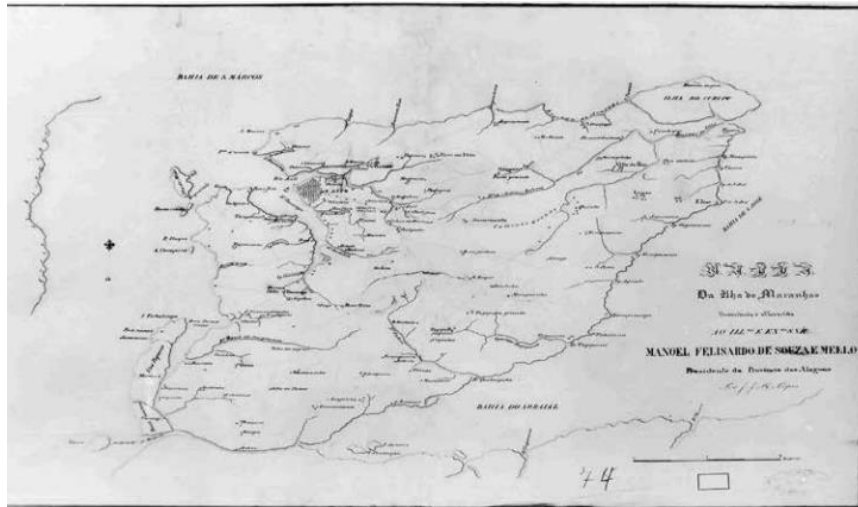
1.1 Formação do Maranhão

A capitania do Maranhão somente foi criada em 1534. Paulatinamente, se transformou em local de interesse econômico da Coroa. Isso ocorreu devido algumas tentativas de invasão de outras nações europeias, o que fez com que Portugal passasse a dar a atenção para esse território, enviando colonos para povoá-la, mas as dificuldades de acesso e a resistência dos indígenas dificultaram, no início, a ocupação. Assim, o Pará e o Maranhão começaram a ser colonizados no final do século XVII.

O Maranhão durante o século XVIII era uma capitania atrelada ao imenso império português. Neste momento, fazia parte da América Portuguesa pela qual iniciou tardiamente seu processo de colonização, pois a falta de metais preciosos não cativou o interesse da coroa portuguesa. Foi uma capitania importante e passou por dois processos de colonização diferenciados: o primeiro atrelado à dinâmica do Atlântico com o início da colonização através do litoral com a incursão e invasão francesa do território seguida pela colonização portuguesa por alguns dos seus rios navegáveis como o Itapecuru e Mearim; posteriormente, da parte sul do estado para o litoral, com a movimentação da pecuária extensiva advinda de outras capitanias na busca de pastagens de boa qualidade junto a formação de pequenos núcleos de vaqueiros (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 32).

Abaixo uma imagem de um mapa da província do Maranhão na primeira metade do século XIX:

Figura 1 - Mapa da província do Maranhão (1841).



Fonte: Lopes (1841).

Assim, o descaso da Coroa Portuguesa com o território maranhense propiciou invasões estrangeiras como a francesa, lideradas por Daniel de La Touche que, acompanhado por 500 homens, ergueu o Forte e a Vila de São Luís, em 1612. Os franceses queriam instalar um projeto conhecido como França Equinocial. Mas, após três anos da invasão, os franceses foram expulsos pela Coroa portuguesa. Porém, Portugal manteve o nome de São Luís, que era uma homenagem ao monarca francês. Dessa forma, São Luís é a única cidade do Brasil fundada por franceses (CARVALHO, 2021).

Outra invasão feita por nação europeia no território maranhense foi a dos holandeses, liderada por Maurício de Nassau, entre 1641 e 1644, mas também foram expulsos pelos portugueses. Cardozo (2008) explica como ocorreu a invasão holandesa ao Maranhão em 1641:

O Maranhão foi ocupado efetivamente pelos holandeses em 25 de novembro de 1641, sob o comando do almirante Jan Corneliszoon Lichthardt. Os invasores, com cerca de dois mil homens divididos em 18 embarcações, teriam tomado a cidade de São Luís, capital do estado, sem grande esforço. Segundo a memória construída sobre o evento, o governador da época, Bento Maciel Parente, teria franqueado, por seu “despreparo” e “covardia”, as portas da fortaleza aos batavos que logo, pela natureza “herege” da invasão, teriam organizado rituais iconoclastas, invadindo os conventos da cidade e destruindo suas imagens. (CARDOZO, 2008, p. 05).

Para ocupar o território e combater as invasões no Maranhão, Portugal começou a povoar essa região. Assim, a capitania recebeu a primeira leva de colonos, cerca de 200 casais e militares dos Açores. A ocupação foi lenta e gradual, o que retardou o desenvolvimento econômico da região, que não atingiu sequer 1.400 habitantes, em 1720.

Na capitania do Maranhão no começo do século XVIII já existiam algumas pequenas vilas e freguesias em seu interior, mas o contingente populacional de portugueses estava em grande parcela concentrado na capital, São Luís. Somente depois de 1758 que houve um aumento na concentração populacional das cidades interioranas, sobretudo nas margens dos rios Itapecuru e Mearim. Poucas eram as pessoas a imigrar para o Maranhão até o princípio dos setecentos: quarenta casais em 1621, alguns em 1625, 1670, 1680; tanto o foi que o rei de Portugal incitou a migração de inúmeras famílias do Arquipélago dos Açores para o Maranhão por volta de 1720 (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 33).

A principal cidade do Maranhão, entre os séculos XVII e XIX, era São Luís, sendo um centro colonial importante, onde se concentravam as principais atividades econômicas da capitania do Maranhão e onde desembarcavam escravizados pelo porto. Segundo Pereira (2006), São Luís, por ser uma cidade costeira, tinha as condições para a agricultura mercantil e escravista, pois possuía um porto em que se comercializava algodão, arroz, açúcar, escravizados, ferramentas e equipamentos para a lavoura. O porto era localizado na Praia Grande e navios chegavam cheios de escravizados da África ocidental, como Costa da Mina, Costa do Ouro, Costa dos Escravos e Costa do Marfim, consolidando a influência das etnias Mina, Cacheu² e Bissau no território maranhense.

Os portos de Cacheu e Bissau eram conectados constantemente pelo porto de São Luís através de várias embarcações grandes de dois ou três mastros: galeras, brigues, escunas, bergantins, etc.; faziam esta travessia. As trocas eram muitas com retorno mercantil para todas as partes. Em Cacheu e Bissau (tal como no restante dos principais portos da costa ocidental da África) poderiam ser encontrados tecidos, minerais valiosos de outras paragens – eram praças e feitorias mercantis com profunda dinamicidade – e, sobretudo, mão-de-obra comercializada pelos africanos com o intuito europeu de sustentar o comércio baseado no trabalho compulsório das colônias do Novo Mundo (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 68).

Já de acordo com Araújo (2008), São Luís era um centro político e administrativo que fica localizado entre as baías de São José e São Marcos. No início do século XIX, era a quarta cidade brasileira em importância, graças à riqueza, que pode ser vista até os dias atuais na arquitetura, sobrados, mirantes e azulejos. No século XIX, era dividida em dois bairros, a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Praia Grande) e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Possuía por volta de 30 mil habitantes e era onde se encontrava a praça do comércio

²“O termo Cacheu corresponde, primeiramente, ao rio de mesmo nome que se originava próxima à cidade de Farim e deságua próximo ao porto, feitoria e praça de Cacheu, na qual luso-africanos e africanos costumeiramente também negociavam, portanto refere-se a espaços geográficos e não a algum agrupamento étnico específico” (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 104).

e os edifícios públicos, como Palácio do Governo, a Controladoria da Fazenda, a cadeia pública, a Câmara Municipal e a casa do Bispo, antigo colégio dos jesuítas (PEREIRA, 2006).

O porto de São Luís, a Praia Grande como era conhecida, foi reduto de entrada e saída de mercadorias, pessoas e serviços; além de ponto de recepção com territórios como Lisboa e Porto em Portugal; Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande [do Norte] no Estado do Brasil; Pará, seu vizinho; e, Cabo Verde, Moçambique, Costa da Mina, Angola e Alta-Guiné na África (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 51).

A maioria dos senhores que viviam no centro urbano de São Luís, moravam em casarões que ostentavam as fortunas mercantis e o padrão de vida dos donos. A Praia Grande é uma das áreas que mais aparece no jornal, como lugar onde habitavam os escravagistas e onde ocorriam os leilões de escravizados. Segundo Pereira (2006), nas cidades de São Luís e Alcântara, a arquitetura ficou caracterizada no estilo colonial, símbolo de ostentação, euforia, luxo e riqueza.

A cidade de São Luís se situa na parte norte da Ilha de mesmo nome, a qual está localizada na embocadura do rio Itapecuru, o qual deságua no Oceano Atlântico. A cidade é cercada por duas baías: a de São Marcos e a de São José. Ao Sul, separa-se do continente pelo canal chamado de Estreito dos Mosquitos. Dentre os muitos rios e igarapés que possui a Ilha, os mais notáveis são o rio Bacanga e o rio Anil. O primeiro banhando a cidade em seu lado ocidental se lança na baía de São Marcos, entre as Pontas d 'areia e da Guia. O rio Anil, nascendo pouco mais de uma légua, ao oriente da cidade, lança-se no rio Bacanga. 31 Dada a sua localização geográfica à margem do Oceano Atlântico e às condições próprias da agricultura mercantil e escravista, essa cidade, em sua formação histórica, foi um entreposto portuário e comercial, por meio do qual se fazia a articulação da província com o mercado internacional, comercializando-se algodão, arroz, açúcar, escravos, ferramentas e equipamentos para a lavoura, bem como outros artigos. No início do século XIX, a cidade de São Luís se compunha de dois bairros: a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Praia Grande) e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. No primeiro, embora menos extenso que o segundo, residia a maior parte dos 30 mil habitantes da cidade. Nele, encontrava-se a Praça do Comércio e os edifícios públicos como o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e a Casa do Bispo, antigo Colégio dos Jesuítas, contígua à catedral. (PEREIRA, 2006, p. 39).

São Luís possuía pouco mais de dez ruas que formavam o núcleo urbano, entre elas estavam a Rua do Giz, a da Estrela e a Rua da Palma, depois surgiram as Ruas do Sol, da Paz e a Rua Grande. Essas ruas eram mal calçadas com pedras do tipo Roxo-terra, chamadas de cabeça de negro e também mal iluminadas. “Na cidade de São Luís, por entre largos, ruas, becos e o porto de São Luís, os escravos recriavam a sua condição social se encontrando para tocar e dançar tambor; namorar; beber; brigar; e até para furtar” (PEREIRA, 2006, p. 74). Abaixo uma imagem do mapa da ilha de São Luís:

monopólio e sua atuação no abastecimento de produtos era irregular, além dos elevados preços. Essa situação foi o ponto de ignição para que em 1684 ocorresse a Revolta de Beckman, liderada por Manuel Beckman, e Tomás Beckman, o “Bequimão”.

A Revolta de Beckman reuniu senhores de engenho na região que formaram um grupo de 70 a 80 homens que assaltaram os armazéns da Companhia. Mas, a Coroa portuguesa sufocou rapidamente a rebelião, que tinha como líderes Manuel Beckman e Jorge de Sampaio, ambos enforcados. Porém, o projeto se realizaria plenamente nos dois séculos seguintes, transformando o Maranhão num dos principais destinos de cativos africanos no Brasil (GOMES, 2019).

Após o conflito, a Coroa portuguesa precisava criar uma solução para que novas revoltas não ocorressem. Assim, o Ministro de Portugal Márquez de Pombal, em 7 de junho de 1755, criou a Companhia do Comércio do Maranhão, com o objetivo de introduzir dez mil escravos africanos em 20 anos a preços tabelados. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão trouxe escravizados da região de Senegâmbia e Guiné-Bissau, na África.

A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-78) promoveu a importação de escravos africanos, em especial da Guiné de Cima e das ilhas de Cabo Verde, e forneceu condições favoráveis para a exportação de arroz e algodão do Maranhão e de cacau do Pará, e, embora a companhia não tenha sobrevivido por muito tempo após a queda de Pombal, ela de fato promoveu bastante a transição para a escravidão africana. Entre 1751 e 1787, cerca de 45 mil africanos foram importados nas duas capitanias, em número relativamente igual em cada uma. Depois de 1787, tais importações prosseguiram, sobretudo para o Maranhão, quando essa capitania se tornou grande produtora e exportadora de arroz e algodão. Como se dizia no século XIX, "o algodão branco tornou o Maranhão preto". (SCHWARTZ, 2018, p. 233).

Assim, o estado recebeu uma grande quantidade de escravizados no início do século XIX devido a atuação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão e principalmente após a revolta de Beckman, em 1684. Segundo Assunção (1996), a companhia importou cerca de 12 mil escravizados entre 1755-1777 e o número aumentou para cerca de 41 mil escravizados somente entre 1812-20.

O atraso econômico avançou até o final do século XVIII, quando um breve salto econômico aconteceu entre 1780 e 1820, impulsionado pela administração de Marques de Pombal e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Detentora de monopólio comercial em todo o Estado, a nova instituição despertou a desconfiança dos comerciantes e religiosos, ressabiados com a experiência lastimável da primeira companhia de comércio do século XVII, que gerou inquietações e provocou a revolta de Beckman. (PINHEIRO, 2007, p. 43).

A Companhia de Comércio era detentora do monopólio do comércio de escravos africanos. Assim, em 1721, começou a ser introduzida a mão de obra escrava africana. Nesse contexto, a Companhia começou a estimular o plantio do algodão na capitania, financiando esta atividade e detendo o monopólio do comércio e exportação do algodão maranhense, que cresceu expressivamente. (ARAÚJO, 2008).

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão tinha o monopólio do tráfico negreiro entre Bissau e Cacheu e os portos de São Luís e Belém. Assim, no século XIX, o Maranhão já era o principal destino do comércio negreiro, sendo responsável pela importação de 41 mil cativos só entre 1812-1820 (GOMES, 2021).

Essa colossal força de trabalho cativa estava concentrada nas fazendas de algodão, arroz e açúcar situadas nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré. Uma típica fazenda de algodão possuía, em média, cinquenta escravos. Cerca de 30 mil trabalhavam nessas lavouras. Ao contrário das regiões Sul e Sudeste, o Maranhão nunca conseguiu atrair uma significativa imigração europeia. Como resultado, a população branca, em 1821, não passava de 15% do total de habitantes. A porcentagem de população escrava, em média de 55% sobre o número total de habitantes, era a mais alta do Brasil. (GOMES, 2021, p. 142).

De acordo com Barroso Junior (2009), a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755, foi a responsável pela comercialização de mais de 12.000 africanos. No século XVIII, essa soma chegou a 35.000. A companhia fornecia créditos, escravos e ferramentas aos lavradores para estimular a produção de algodão. Já segundo Silva (2014), foi facilitada a entrada de negros africanos na região para trabalhar nas lavouras de algodão. Calcula-se que entre 1757 e 1777, cerca de 12.587 africanos entraram no estado como escravos. Já entre 1812-1820, foram cerca de 36.356, vindos da costa africana ou de portos brasileiros, sem contar os que entraram ilegalmente ou por terra.

A existência da Companhia de Comércio teve efeito direto sobre o comportamento da economia local. A companhia provocou mudanças sociais e culturais ao propiciar um tráfico vigoroso de escravos para a região amazônica (onde se inclui o Maranhão) e arraigou uma perspectiva de exclusivo do comércio diretamente relacionada ao mercado externo (Lisboa) de acordo com os típicos dispositivos mercantilistas, levando a um profundo vínculo com a empresa comercial portuguesa (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 35).

Entende-se que a entrada de uma grande quantidade de escravizados africanos foi devido principalmente ao fomento da produção algodoeira no Maranhão e a atuação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. A atividade de produção de algodão precisava de uma grande quantidade de mão de obra e a solução encontrada pela companhia foi a importação de uma quantidade massiva de africanos ao Maranhão. Segundo Pinheiro (2016),

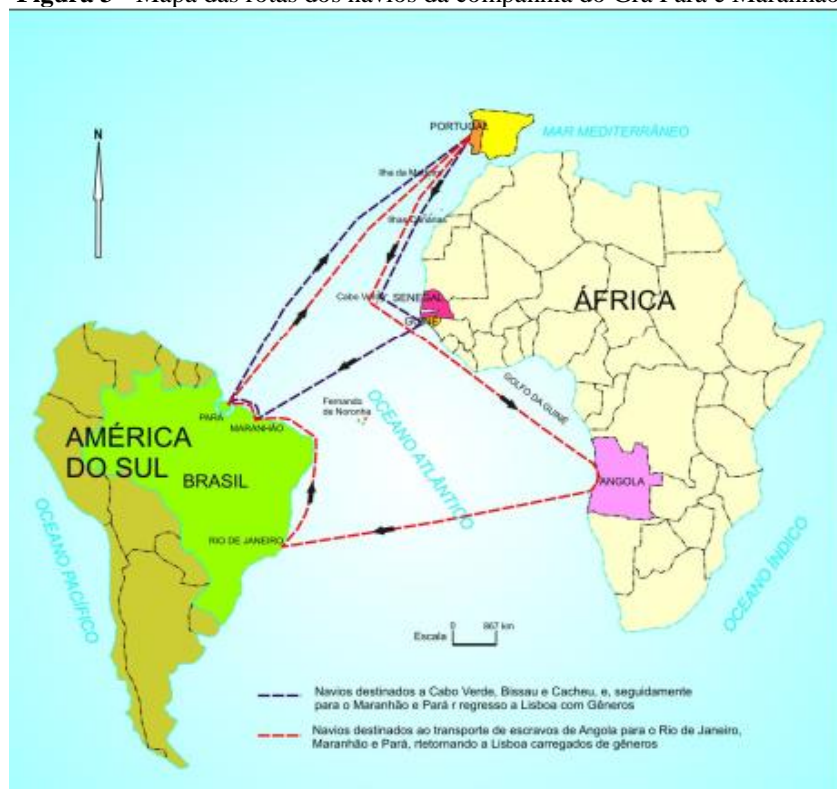
o tráfico negreiro financiou o desenvolvimento do Maranhão na segunda metade do século XVIII e o envio de escravos africanos tinha como mercado, principalmente, as fazendas do interior. A autora comenta sobre as principais regiões da África de onde provinham os escravos:

Negros de várias nações foram embarcados em Bissau, Cacheu, Angola, Guiné, Cabo Verde, Serra Leoa e Costa da Mina (hoje Costa do Marfim, Costa do Ouro, Costa dos Escravos, ilhas de São Tomé e Príncipe). Os primeiros contingentes de africanos chegaram a São Luís em 1680, num total de 600 pessoas. (PINHEIRO, 2016, p. 88).

A importância do algodão como produto de exportação e para desenvolvimento econômico do Maranhão, ocorreu após a *Revolução Industrial*, pois em meados do século XVIII, começou a ganhar importância para fabricação de manufaturados, principalmente da Inglaterra, que na época era a maior consumidora da fibra. Como o produto estava em alta, as autoridades portuguesas começaram a incentivar a plantação de algodão na colônia brasileira.

No século XIX, o Maranhão possuía uma economia baseada na exportação de algodão e arroz, mas também na exploração da mão de obra escrava, o que fez a capitania se tornar o principal produtor de algodão do Brasil, exportando principalmente para as fábricas têxteis da Inglaterra. Segundo Fausto (2006), a produção vendida para o mercado inglês fez a província do Maranhão se tornar, por algum tempo, a mais próspera da América portuguesa.

Figura 3 - Mapa das rotas dos navios da companhia do Grã Pará e Maranhão.



Fonte: Pereira (2006).

O algodão maranhense era exportado principalmente para a Inglaterra. No próprio *Conciliador*, percebe-se um comércio muito ativo entre o Maranhão e Liverpool na Inglaterra. Oliveira (2018) explica como a Independência dos Estados Unidos em 1776 influenciou na mudança de fornecedor da fibra de algodão para as fábricas têxteis inglesas. Após esse episódio, o estado se tornou um exportador de algodão para as fábricas inglesas:

Ao final do século XVIII, o principal fornecedor de algodão para Inglaterra, as Treze Colônias da América do Norte, entrou em atrito com a primeira, objetivando liberdade sobretudo comercial, acarretando na revolução americana de 1776. Rapidamente as exportações do produto, necessário à movimentação das máquinas manufatureiras inglesas cessou-se. Diante da demanda pelo algodão que só aumentava, a Grã-Bretanha passou a incentivar sua produção em diversas partes do mundo. (OLIVEIRA, 2018, p. 04).

Segundo Pereira (2006), no estado, a agricultura mercantil e escravista era baseada na cultura do algodão e do arroz, mas devido a guerra de independência dos Estados Unidos, a Inglaterra precisava de novos fornecedores do algodão, além de açúcar e da mineração, sendo que o Maranhão possuía um solo fértil para as culturas do algodão e arroz. Já de acordo com Gomes (2011), o declínio da produção açucareira, devido a competição com o açúcar cubano que adotaram os engenhos movidos a vapor, tornou a sua produção mais eficiente e barata em relação à brasileira, fazendo com que a exportação do açúcar brasileiro entrasse em declínio. Assim, os produtores maranhenses começaram a produzir algo para abastecer os teares mecânicos da Revolução Industrial inglesa.

A segunda metade do século XVIII fez com que a exportação do algodão para a Europa financiasse o povoamento da capitania do Maranhão. Isso maximizou uma cultura baseada na exploração da mão de obra escrava de pessoas negras, vindas das mais diferentes regiões da África, que vinham trabalhar principalmente em fazendas localizadas nos vales dos rios Itapecuru e Mearim (PEREIRA, 2006).

Além da exportação para o mercado europeu, o algodão também foi utilizado para o mercado interno local, já que muitas manufaturas e fábricas têxteis foram construídas no Maranhão no período. Segundo Oliveira (2018), as fábricas têxteis no estado eram inicialmente movidas por máquinas hidráulicas e, aos poucos, foram modernizando-se para máquinas a vapor, aumentando a produção. Eram produzidos panos, linhas, tecidos e sacos para exportar o algodão bruto e açúcar.

Assim, o algodão foi responsável pela entrada de milhares de escravizados africanos. De acordo com Caio Prado Jr. (1985), isso tornou o Maranhão mais negro, trazendo

modificações étnicas, uma vez que a região era inicialmente povoada por brancos, índios e mestiços, mas a entrada massiva de africanos fez com que o estado ganhasse uma grande população negra que vinham para trabalhar nas plantações de algodão. De acordo com o autor, a cultura do algodão partiu do nada, em uma região pobre e inexpressiva no Brasil, transformando em poucas décadas, em uma das capitanias mais ricas.

O Maranhão, neste cenário, um dos principais consumidores da mão-de-obra cativa africana, sobretudo, a partir da construção da famigerada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, estendeu relações de proximidade na economia do tráfico com os impérios e régulos da costa do Ouro, do Marfim e da Costa dos Escravos fundamentando a herança Mina entre os maranhenses. (BARROSO JÚNIOR, 2009, p. 15)

A província tinha outro produto que era importante para a economia: o arroz. Pereira (2006) afirma que na primeira metade do século XIX, esse foi o segundo produto de exportação maranhense. A produção anual era, em média, 560.000, 580.000 e até 600.000 alqueires, dos quais um terço era exportado e o restante era utilizado na alimentação da população em situação de escravização. No *O Conciliador do Maranhão*, na publicação de 02 de março de 1822, pode-se perceber parte da fala sobre uma boa produção de arroz e algodão e de como era a utilização desse trabalho nas lavouras:

É verdade que entrando n'este novo sistema para o meu País, me animou a generosa oferta de produção, tanto arroz, como no algodão por que aquele produzido com vantagem proporcionada ao terreno era quantidade, como qualidade, este com pasmosa produção; pois que mandando nossas duzentas braças quadradas para esta espíolharão, e descoberta toda a superfície do terreno, colhesse d'este gênero 1500 arrobas e tendo mandado roçar outra igual porção de terreno idêntico pelo uso consuetudinário apenas colhi 800 arqueiros de arroz, e 423 arrobas de algodão: inceianiento preparado nus terras denominadas [...] e sem dúvida pode afirmar-se que cada escravo, huns por outros, ceifavam vinte alqueires quando pelo corte habitual a maior tarefa do escravo não excede a três alqueires por dia. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 67, 20 Mar. 1822, p. 03).

Mas, no final do século XVIII e início do século XIX, o Maranhão teve um apogeu econômico devido, principalmente, à Guerra de Independência dos Estados Unidos, pois a Inglaterra parou de comprar o algodão americano para suas fábricas têxteis e começou a comprar o algodão maranhense. Nesse sentido, o estado precisou de uma grande quantidade de cativos para essas plantações. Assim, a economia maranhense era baseada na agricultura mercantil de exportação e no trabalho escravo para gerar riquezas para Portugal, produzindo primeiramente algodão e arroz, depois açúcar (PEREIRA, 2006).

As naves que saiam do estado do Maranhão e Piauí carregavam expressivas quantidades de produtos agrícolas para Lisboa: sacas de algodão, cacau e arroz, paneiros de goma, gergelim e farinha e outros produtos como vaquetas, atanados e toras de madeira. Além disso, estas naves na travessia entre São Luís e Portugal levavam ainda passageiros, pois era contumaz as embarcações utilizadas no transporte de mercadorias também transportarem viajantes. (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 24).

A baixada maranhense, que hoje é uma das regiões mais pobres do estado, no século XIX concentrava grande parte da sociedade e das atividades econômicas, pois era onde existiam as fazendas de algodão e os engenhos de açúcar. Já no Sul do Maranhão, a principal atividade econômica era a pecuária. Assim, no próximo tópico, será abordado a formação das classes sociais da província do Maranhão no século XIX e como a produção agro-exportadora favoreceu a criação de uma elite econômica baseada na exploração da mão de obra escrava.

Segundo Gomes (2011), o Maranhão produzia gado e vendia para as províncias vizinhas como carne-seca, banha e couro curtido ou em boiadas que atravessavam o sertão abrindo novas rotas de comunicação pelo interior do país.

A organização geopolítica do Maranhão, por exemplo, dividia-se em 8 vilas: Viana, Monção, Guimarães, Aldeias Altas (ou Caxias), Icatu, Paço do Lumiar, Vinhais e Alcântara. Esta última, conhecida anteriormente pelo nome de Tapuitapera, vivenciou, no decorrer do século XVIII, um surto de desenvolvimento. (ARAÚJO, 2008, p. 26).

Nesse tópico, podemos entender a importância do algodão para o apogeu econômico da capitania do Maranhão, que era abandonada e passava por várias crises econômicas e que a produção e exportação de algodão, principalmente para a Inglaterra, fez com que muitos senhores fizessem riqueza. O algodão também foi responsável pela vinda de milhares de africanos para a capitania o que modificou o padrão étnico da região, forjando relações sociais e hierárquicas, como pode ser visto no próximo tópico, que trata das classes sociais no Maranhão.

1.3 Classes sociais no Maranhão no início do século XIX.

Devido ao tráfico negreiro, o Maranhão recebeu uma grande quantidade de pessoas africanas, o que fez com que essa população, no início do século XIX fosse maior do que a população branca. Segundo Gomes (2011), em âmbito nacional, de cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços, no ano da independência. Já no Maranhão, a situação não era diferente. De acordo com Caldeira (2003), a população, no início

do século XIX, era formada por 71% de escravizados e 29% de pessoas livres, de 120.052 mil habitantes, em 1821. Nesse sentido, os escravizados eram mais numerosos que os livres.

Tabela 1 – Habitantes do Maranhão - 1821.

Condições sociais	População Total	Trabalhadores na lavoura	%
Livres	35.618	19.660	29%
Escravos	84.434	69.534	71%
Total	120.052	89.494	100%

Fonte: Caldeira (2003).

Um dos motivos do Maranhão possuir uma grande quantidade de escravizados era em decorrência de São Luís ser uma cidade costeira, que possuía um dos principais portos receptores de escravizados do Brasil, além de ser o maior produtor de algodão no começo do século XIX, uma cultura que necessitava de uma grande quantidade de mão de obra.

A população africana estava, ao lado dos índios, nos estamentos sociais mais segregados. O número de escravos cresceu a partir da segunda metade do século XVIII e se elevou gradativamente, embora se precisar quantos foram permanece um desafio para os pesquisadores dada a ausência de estatísticas concretas (PINHEIRO, 2007, p. 46).

Segundo Morel (2008), as relações hierárquicas no território brasileiro, no século XVIII para o XIX, era composta por alguns senhores e uma multidão de pessoas em situação de escravização. Estima-se que um terço da população do Brasil era classificado como de “pardos livres”. Os grupos políticos se formavam baseados em vínculos de vizinhança, parentesco, clientela, trabalho (livre ou escravizado), interesses materiais ou afinidades intelectuais, em torno de chefes, cidades, regiões ou sob determinadas bandeiras, que poderiam mudar com os contextos. De acordo com Almeida (2009), no século XIX, a população escrava chegou a representar 66% da população total do Estado e, na atualidade, é o 3º da federação em população negra, ficando atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro.

No Maranhão, no século XIX, as relações hierárquicas eram compostas por poucos senhores e muitos escravizados. Essas relações, segundo Gomes (2017), podiam ser de solidariedade e boa convivência, com o estabelecimento de negociações, acordos e alianças, mas também podiam ser conflituosas e tensas, o que fazia construir e desconstruir o tecido social em que as relações eram estabelecidas.

Já a sociedade maranhense do início do século XIX, segundo Pinheiro (2016), era dividida em três classes: os senhores, os escravizados e os pobres livres. Os senhores eram os

proprietários das terras e de escravizados, muitos deles latifundiários, produtores rurais, funcionários públicos e comerciantes e, em grande parte, portugueses, estrangeiros ou descendentes de europeus que ocupavam o topo da pirâmide social. Assim, a classe dominante ou elite, era formada normalmente por pessoas brancas, europeias e descendentes de europeus. Ademais, havia outros grupos sociais, como os escravos que ao lado dos indígenas, eram os segregados. Nesse sentido, as relações de classe se caracterizavam pela imposição, a ferro e fogo, do pensamento da classe dominante sobre os segmentos mais baixos. Essas diferenças sociais contundentes desaguaram em conflitos sociais entre dominados e dominadores.

O apogeu econômico da produção de algodão no Maranhão gerou riquezas para uma pequena elite, enquanto os escravizados eram explorados e os pobres livres sofriam com os desmandos e abandono das classes políticas e econômicas. O sucesso econômico foi baseado no tráfico negreiro e também na exploração da escravidão da mão-de-obra, o que fez concentrar capital financeiro nas mãos de uma pequena elite econômica.

A elite maranhense nasceu da exploração da mão de obra escrava, indígenas e de pessoas negras africanas. Impulsionada pela criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão no final do século XVIII alavancou a economia na região, ajudou na exportação de produtos agrícolas, fortalecendo os proprietários rurais e negociantes, que passaram a fazer parte de um pequeno grupo. Os senhores possuíam os recursos econômicos como terra, ferramentas, equipamentos e controlavam a força de trabalho dos escravizados.

Destaca-se que a classe dominante possuía prestígio e visibilidade social baseada na riqueza gerada pela exploração da mão de obra escrava, principalmente nas lavouras. Possuíam também um estilo de vida luxuoso que podia ser visto nos casarões onde moravam. Segundo Pereira (2006), os proprietários rurais procuravam garantir os seus interesses em detrimento daqueles de trabalhadores escravizados e livres, submetidos à sua exploração econômica, dominação social e política. Esse modelo e conjuntura econômica colocou o Maranhão em uma das províncias mais ricas do Império, tanto no aspecto intelectual como no econômico.

Para Cutrim (2017), a elite maranhense se formou devido à exportação de algodão, arroz e a importação de escravizados por meio do tráfico negreiro, o que fez a província se destacar como um grande centro receptor de escravizados, aumentando sua população. Para a autora, a elite maranhense é formada por latifundiários escravagistas e negociantes. Esse sistema contribuiu para o acúmulo de capital nas mãos de uma pequena elite formada principalmente por homens brancos.

De acordo com Pereira (2006), o início do século XIX promoveu a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, provocando em São Luís a instalação de diversos negociantes lojistas e quitandeiro, portugueses, ingleses e franceses. Assim, se tornou uma cidade comercial e a quarta mais importante do Brasil.

No Maranhão, as maiores fortunas se concentravam nas mãos das famílias com propriedades rurais. As mais relevantes eram donas de pouco mais de 100 contos de réis, concentrados nas mãos de poucos, como no caso do Comendador Antonio José Meirelles, que aparecia muito nas publicações do *O Conciliador do Maranhão*, pois era um patrocinador e financiador do jornal. Na edição nº 3, do dia 22 de abril de 1821, os redatores rasgam elogios ao comendador Antonio José Meirelles, um homem de influência na cidade de São Luís, amigo particular do governador Pinto da Fonseca.

O comendador Antonio José Meirelles, negociante desta praça, pondo em prática a sua generosidade patriótica, de que já por mais de uma vez tem dado provas, ofertou no dia 8 do corrente um lauto jantar ao Regimento de Linha da Guarnição desta cidade; fez outro tanto aos presos da cadeia, pelo espaço de uma semana, e entregou a Sua Excelência Reverendíssima quatrocentos mil réis, que foram repartidos por famílias pobres das duas freguesias, em esmolas de vinte mil réis: tudo em consequência do júbilo geral, que teve nesta cidade pelo feliz acontecimento do dia 6 (*O Conciliador*, nº 3, 22. abr.1821, p. 24).

O comendador Antônio José Meirelles era um homem da elite maranhense que fez fortuna como negociante de produtos como algodão, açúcar e aguardente e como traficante de escravos. Segundo Gomes (2011), o tráfico de escravos era um negócio gigantesco, que movimentava centenas de navios e milhares de pessoas dos dois lados do Atlântico. Uma das provas da importância do negociante Meirelles são os registros no *O Conciliador*, em que sua empresa, a *Companhia Meirelles Ferreira & Cia*, fazia negócios com o mercado inglês, vendendo principalmente algodão para Liverpool.

Segundo Cutrim (2018), o comendador possuía negócios com a Inglaterra desde 1809 e seus navios viajavam com mercadorias com destino a Liverpool. Em fevereiro de 1822, o jornal registrou seis navios da firma *Meirelles Ferreira & Cia*.

Meirelles Ferreira fez fortuna como negociante de produtos para o exterior e com o tráfico negreiro. O comércio de escravizados no Atlântico fez o comendador ganhar muito dinheiro. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), a compra e venda de mais de 11 milhões de cativos através do Atlântico redesenhou o mapa político e econômico do mundo. Os escravizados africanos foram transportados para a América e serviram como braços para a lavoura, os engenhos, as minas e os ofícios no Brasil.

Outro grupo social eram os que escravizados estavam, ao lado dos índios, nos agrupamentos mais segregados. Os cativos eram considerados produtos e também a principal mão de obra no período.

Além de senhores e escravizados, havia também trabalhadores pobres livres que sobreviviam de pequenas lavouras, da venda de produtos, da caça da pesca, entre eles negros alforriados e colonos. Muitos colonos e ex-escravos se tornavam agregados nas fazendas, reforçando a relação de compadrio e o clientelismo político. Mas, mesmo os pobres, queriam ter escravos. Segundo Gomes (2022), a posse de escravos era generalizada em todos os setores da economia e classes sociais, não se limitando aos senhores de engenho e grandes fazendeiros. Mesmo o brasileiro mais humilde sonhava em comprar um escravo. Pessoas relativamente pobres dependiam do trabalho de um só escravo para sobreviver.

Segundo Pereira (2007), os trabalhadores pobres livres sobreviviam de pequenas lavouras, da venda de produtos, da caça da pesca e eram na sua maioria escravos alforriados e colonos. A pobreza fazia com que muitos se tornassem agregados nas fazendas, reforçando a relação de compadrio e clientelismo político.

Essa situação de subordinação e truculência da classe dominante sobre os segmentos mais baixos, gerou insatisfação nas classes sociais mais pobres da região, o que fez ocorrer conflitos sociais entre dominados e dominadores. Um deles foi a Balaiada em 1839, movimento que tinha como líderes Raimundo Gomes, político local, Francisco dos Anjos Ferreira, vaqueiro e fazedor de balaios. Outro foi o negro liberto, Cosme Bento das Chagas, líder de escravos fugidos que liderou quilombolas na maior revolta camponesa do Maranhão. De acordo com Gomes (2021), no Maranhão, o quilombo Campo Grande, sob a liderança Cosme, que era fabricante de balaios, profissão que inspirou o nome da insurreição, mobilizou um exército de 3 mil ex-escravos para participar da Balaiada. Albuquerque e Fraga Filho (2006), explicam um pouco do que foi o movimento a:

A relação entre instabilidade política e revoltas escravas ficou clara no Maranhão, com a exaltação dos escravos em meio à revolta conhecida como Balaiada (1838-1841). Assaltos, assassinatos de feitores e roubo de armas e munição faziam crer que estava sendo organizada uma insurreição capaz de reunir gente dos mocambos e das senzalas maranhenses naquele momento de crise política. Senhores e governantes tinham bons motivos para se assustar (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 141).

Os balaios, como eram conhecidos os revoltosos, ocuparam a cidade de Caxias no Maranhão, mas foram derrotados pelo Duque de Caxias. Segundo Albuquerque e Fraga Filho

(2006), em 1839, mais de dois mil negros liderados pelo liberto Cosme Bento das Chagas se estabeleceram numa fazenda e obrigaram o dono a conceder cartas de alforria aos seus duzentos escravos antes de ser morto. Mas, em 1842, Cosme foi capturado e executado.

Nesse cenário, os escravos eram considerados pela classe dominante apenas como mão de obra e como objetos que poderiam ser comprados e vendidos. Os mais pobres também sofriam com a desigualdade social e os desmandos das classes política e econômica. Nesse sentido, entender como as classes sociais se relacionam é importante para compreender as representações e os discursos presentes no jornal.

No próximo capítulo, será trabalhado o surgimento da imprensa no Maranhão, fazendo um breve histórico da imprensa e abordando os motivos pelos quais foi instalada a tipografia em São Luís. Além de buscar entender as relações do *Conciliador do Maranhão* com as classes dominantes e como estas influenciavam na postura editorial do periódico.

CAPÍTULO II - O *CONCILIADOR DO MARANHÃO*: A GÊNESIS DA IMPRENSA NO MARANHÃO

Essa pesquisa utiliza *O Conciliador do Maranhão* como principal documento de pesquisa por entender que a análise do periódico pode ajudar nas reflexões sobre a história da escravização no Maranhão. A proposta é compreender como o jornal representava os escravizados e como os elementos utilizados são interpretados pelo leitor. Pretende-se entender a sociedade, a economia, a política e as representações dos cativos no início do século XIX no Maranhão.

2.1 Imprensa no início do século XIX no Brasil.

Nessa parte do trabalho será feito um breve histórico do surgimento da imprensa, desde a criação da imprensa gráfica por Gutenberg até a chegada da tipografia no Brasil e, posteriormente, no Maranhão. A imprensa gráfica foi inventada, em 1450, por Johann Gutenberg de Mainz, revolucionando a produção de impressos no mundo pela intensificação da divulgação e a circulação dos conhecimentos e das ideologias, tornando viável a disseminação de ideias (SILVA; FRANCO, 2010).

Apesar de ser inventada no século XV, só foi instalada nas Américas inglesa e espanhola no século XVIII e, no Brasil, chegou mais tarde, em 1808. Antes dessa data não há registros de desenvolvimento de atividades tipográficas. Segundo Jorge (1987), a chegada da imprensa no Brasil passou por quatro fases. A primeira foi a do Rio de Janeiro em 1808 e Bahia, em 1811. Já no Maranhão, Pernambuco, Pará e Minas Gerais estão na segunda fase, que é correspondente ao ano de 1821. Bacelar (1999) explica como foi o início dessa experiência da imprensa na América e seu papel nas colônias inglesas e na divulgação de ideologias revolucionárias:

O papel que a imprensa desempenhou nas colônias inglesas da América, divulgando e defendendo as ideias visionárias que deram forma à Revolução Americana ou, mais tarde ainda, o papel que desempenhou nos aparelhos de agitação e propaganda para a disseminação dos ideais de todos os movimentos ideológicos revolucionários que, a partir de finais do século XIX, se propuseram transformar o mundo (BACELAR, 1999, p. 05).

No Brasil, a imprensa só chegou com a vinda da Corte Real Portuguesa quando o país se tornou vice-reino de Portugal. Surgiu na cidade do Rio de Janeiro, com finalidade de servir aos interesses da Coroa, embora não tenha se restringido a publicar documentos oficiais. “A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil demandou o atendimento às necessidades do

poder real, com a instalação de serviços e organização dos espaços urbanos” (PINHEIRO, 2016, p. 33).

Segundo Santos (2021), a história da imprensa se confunde com o processo de construção do país enquanto nação. A autorização da instalação da imprensa do Brasil foi uma das primeiras medidas após o desembarque da família real no Rio de Janeiro em 1808. Esses dois fatos mudaram os rumos da então colônia portuguesa. Santos (2021) explica:

A partir do ano de 1808, com a chegada da família real portuguesa, este cenário sofreu fortes modificações formalizadas pelo contexto europeu do período demarcado por intensos enfrentamentos entre impérios, pois a França, por intermédio de seu líder, Napoleão Bonaparte, avançava sobre vastos territórios dentro e fora do continente, contrariando uma série de interesses de outros Estados Nacionais europeus. (SANTOS, 2021, p. 18).

A vinda da família real para o Brasil transformou a realidade estrutural, política e econômica das províncias. Segundo Saraiva e Almico (2019), com a chegada da Corte, em 1808, se construiu o principal pilar da economia, atividades manufatureiras e industriais. A atuação de D. João VI promoveu o incentivo do desenvolvimento de indústrias.

A mudança da Família Real para o Brasil e conseqüente instalação do governo português no Rio de Janeiro, em 1808, trouxe também todo quadro do aparelho estatal daquele país, além de nobres, comerciantes ricos, a alta hierarquia civil, religiosa e militar, aristocratas e profissionais liberais, artesãos qualificados, servidores públicos, juízes de tribunais superiores, dentre outros, totalizando cerca de 15 mil pessoas. (GODIN; SILVA, 2020, p. 05).

Até a vinda da família real portuguesa, era proibido publicar e instalar tipografias no Brasil. Pontuando que a instalação da imprensa ocorreu tardiamente em comparação às Américas espanhola e inglesa. (MEDEIROS, 2017).

No Brasil, era proibido publicar até 1808, quando da vinda da família real portuguesa e a elevação do Brasil ao Reino Unido. Até este ano era proibido instalar tipografias no Brasil, embora tivessem ocorrido tentativas no Rio de Janeiro e em Recife. Instalou-se, assim, tardiamente a Imprensa Régia, pois os países da América Espanhola já tinham as suas em funcionamento. (MEDEIROS, 2017, p. 03).

Em 10 de setembro de 1808, foi lançada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, após a vinda da família real ao Brasil. O jornal foi lançado pela Coroa portuguesa e servia de porta-voz dos relatos oficiais do Império Português e para divulgar os acontecimentos sobre a família real (JORGE, 1897). O jornal era um veículo de comunicação da administração portuguesa alinhado aos interesses de Dom João VI. Os textos abordavam assuntos relativos à corte, suas demandas e alguns temas de literatura. Sant’anna (2010), explica as características da *Gazeta do Rio de Janeiro*:

A *Gazeta do Rio de Janeiro* manteve-se sempre como jornal oficial. Dirigido inicialmente pelo frei Tibúrcio José da Rocha, que deixou o cargo quatro anos depois, sendo substituído por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Seu conteúdo atendia restritamente aos interesses da Coroa: trazia comunicados do governo, informações sobre a política internacional, particularmente a realidade europeia diante dos conflitos napoleônicos, além de notícias dos dias natalícios da família reinante e informações sobre o estado de saúde de todos os príncipes da Europa. (SANT'ANNA, 2010, p.61).

De acordo com Bezerril (2011), o título de primeiro jornal brasileiro deveria ser dado ao *Correio Brasiliense*, fundado três meses antes da *Gazeta do Rio de Janeiro*, por Hipólito da Costa, que fazia oposição à política imperial. Apesar de sofrer restrições e até perseguições do governo luso-brasileiro por ser oposicionista, ele era lido sistematicamente no Brasil. Segundo Jorge (1987), o impresso era redigido de Londres, por seu fundador, que também era proprietário. A chegada ao Brasil se dava por meio de contrabando, pois trazia ideias consideradas incendiárias.

Santos (2021) enfatiza que o jornal *Correio Braziliense*, em 1808, foi considerado um marco na história da imprensa brasileira. O jornal foi produzido em Londres - devido ao receio da censura e represálias da Coroa Portuguesa - atravessava o Oceano Atlântico de navio, para ser distribuído do Brasil. O periódico fazia críticas ao governo monárquico português e discutia os problemas da Colônia e cumpriu um papel básico na criação de uma consciência nacional. Já de acordo com Martins e Luca (2008), o *Correio Braziliense* fazia oposição e críticas à Coroa Portuguesa, mas também discutia os problemas do Brasil.

Luís Francisco Munaro (2013) explica a trajetória de Hipólito José da Costa:

Tanto quanto seus colegas portugueses, Hipólito precisou reinventar-se e reinventar a sua escrita para alcançar setores cada vez mais inquietos da população. Entre 1808 e 1822, tempo em que durou o *Correio Braziliense*, os jornalistas portugueses buscavam inserir a razão no mundo ibérico ainda governado pelas tradições e pela política do Antigo Regime. Mesmo que mergulhado nesse universo de etiquetas e devoção à Casa Monárquica, Hipólito se envolveu precocemente com a República norte-americana, conheceu o modo de funcionamento dos jornais na Filadélfia e, depois, em Londres, misturou-se aos negociantes que buscavam interagir mais livremente com o comércio britânico. Ele serve, assim, como um veículo privilegiado para a compreensão da difícil transição do reino que queria incorporar, da forma menos traumática possível, as Luzes de que tanto falavam os filósofos (MUNARO, 2013, p. 01).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense* tinham posições políticas diferentes, mas contribuíram para a luta simbólica entre as forças que tinham interesse na exploração econômica, política das novas terras e trouxeram elementos para a compreensão do cotidiano da colônia. Eles tinham como características em comum os textos fluidos, corridos e

esteticamente indistintos. A ideia era captar adeptos para suas propostas políticas (PINHEIRO, 2016).

Os jornais do início do século XIX constituíram-se através de redes de sociabilidade formadas no Brasil recém-independente, que buscava se constituir enquanto nação. A imprensa pode ser considerada um agente histórico, com força simbólica das palavras que fazia circular, bem como dos agentes que a produziam e dos leitores que, de alguma forma, eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos (MOREL, 2008).

Assim, não se pode negar a importância dos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*, pois fazem parte da história como os dois primeiros jornais brasileiros, que surgiram com a vinda da família real brasileira. Os periódicos serviram de modelo para os surgimentos dos próximos jornais que nasceram no século XIX, como o *Conciliador do Maranhão*, que foi criado em 1821 e é o tema do próximo tópico desta dissertação.

2.2 O *Conciliador do Maranhão*: o pioneiro da imprensa maranhense

Este tópico trata do *Conciliador do Maranhão*, primeiro jornal da província do Maranhão e um importante instrumento que contribuiu para o coordenar o imaginário social, mas também fonte de desenvolvimento da comunicação e palco dos mais importantes debates políticos na época. Em suas páginas, trazia notícias locais, nacionais e internacionais, atos oficiais, notícias da Corte e de vários periódicos de outras províncias. Também trazia anúncios de venda, compra, leilão e fugas de escravizados. “As matérias se resumiam em notícias nacionais, transcrição de decretos, editais, variedades, proclamações, carta dos leitores, notícias estrangeiras, entradas e saídas de embarcações, preços e gêneros, correspondência, matérias doutrinárias e avisos”. (JORGE, 1987, p. 28).

Assim, a imprensa no Maranhão teve início devido a iniciativa do governador Pinto da Fonseca, sendo instalada em São Luís em 1821, uma cidade mais próspera que possuía as melhores condições para a instalação de tipografias porque contava com maior grau de acumulação de capital. O município possuía também um comércio forte (ARAÚJO, 2014; SANTOS, 2021).

Segundo Pinheiro (2016), a criação do jornal sinalizou uma interferência do campo político no campo do jornalismo, pois o governador acenou seu domínio para o universo simbólico. Assim, o periódico foi criado por meio da engrenagem do sistema colonial, em um cenário em que os agentes dominantes, os comerciantes, fortaleceram seu poder sobre os campos político, econômico e cultural. O “*Conciliador do Maranhão*, anunciou o nascimento

da imprensa enquanto uma instituição social, especialmente em decorrência das mudanças nas estruturas de poder”. (PINHEIRO, 2016, p. 14).

A imagem abaixo mostra a primeira edição do jornal do dia 15 de abril de 1821:

Figura 4-Primeiras páginas do jornal *O Conciliador do Maranhão* (1821), percebendo-se a deterioração das margens com perdas de informação e marcas de caligráficas e borrões no texto.



Fonte: Santos (2021)

O Conciliador do Maranhão surge após o fim da censura prévia no Brasil, em 1821, pois neste momento multiplicou-se o número de periódicos em circulação em todo território brasileiro. Esse acontecimento fez com que muitos jornais tomassem posições políticas e ideológicas independentes do poder central. Assim, o periódico é um reflexo das condições políticas do seu tempo, nascendo na cidade de São Luís no ano de 1821 e circulando entre 15 de abril de 1821 e 23 de julho de 1823, principalmente naquela região. Assim, a imprensa no Maranhão nasceu por iniciativa do Governador Bernardo da Silveira que trouxe a Tipografia Nacional Maranhense e o primeiro jornal da província foi o *Conciliador*:

Galves (2011), explica quem foi o governador Pinto da Fonseca:

Pinto da Fonseca pertencia a uma família de militares que lutou contra os franceses na Península Ibérica e, posteriormente, participou das campanhas no Prata. Era genro do Conde de Amarante, à época governador da província de Traz dos Montes; seu

cunhado, também Conde de Amarante, foi um dos líderes da Vila francada, reviravolta que possibilitou nova ascensão na carreira de Pinto da Fonseca que, ao regressar a Portugal, acumulou títulos e cargos. (GALVES, 2021, p. 04).

Pinto da Fonseca, nasceu em Portugal em 1780 e foi o primeiro Visconde da Várzea. Ele foi um fidalgo da Casa Real, também cavaleiro da Ordem de Cristo e de Isabel Rita da Câmara Figueiredo e Castro. Ainda jovem se casou com D. Mariana da Silveira Pinto da Fonseca que era sua prima, filha dos 1.º condes de Amarante. Entrou como cadete no Regimento de Infantaria de Almeida, sendo promovido a capitão em 1808 e a tenente coronel em 1809 e a coronel em 1812. Também foi um marechal-de-campo do Exército Português e administrador colonial e foi o último governador português da capitania do Maranhão, cargo que exerceu de 24 de agosto de 1819 a 15 de fevereiro de 1822 (GALVES, 2020).

Como governador da província do Maranhão, foi responsável pela instalação da tipografia e do primeiro jornal maranhense, intitulado *O Conciliador do Maranhão*. Fez ainda reformas em edifícios públicos, as ruas calcetadas e o Largo do Palácio. Após sair do governo do Maranhão, ele voltou para Portugal, onde foi nomeado Governador das Armas da Beira Alta, em 1824, e depois Governador das Armas do Porto (GALVES, 2020).

O general e governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca utilizou o jornal como estratégia para materializar o apoio político à monarquia e para fortalecer simbolicamente os acordos locais para sua manutenção no comando da província. Ele foi proclamado governador pelo capitão-general da Província do Maranhão e pela Coroa portuguesa, pois era um militar, aliado da Coroa portuguesa. Dessa forma, o primeiro jornal impresso da província foi lançado em um período de ruptura política.

...o governo da província reafirmou o poderio português frente às turbulências políticas. O lançamento do impresso pode ter sido uma estratégia para reforçar a posição de poder, de mando no território, por meio de representações sobre a força e a identidade do império português. A proposta teria incluído a ideia de harmonizar as sociedades sob o jugo português, conciliar interesses, apaziguar ânimos ou conter revoltas. (PINHEIRO, 2016. p. 47).

Para dirigir a redação do jornal, o governador colocou seus aliados, que eram alinhados com o seu interesse. Como diretor do jornal, Antônio Marques da Costa Soares, que foi oficial-maior da secretaria do governo e era o homem de confiança do governador. Ele é considerado o primeiro jornalista do Maranhão e assinou refutações contra inimigos do governo no jornal maranhense. Além de diretor da Tipografia, ele foi autor de peças teatrais elogiosas

apresentadas ao governo português no Teatro União. Seus textos eram assinados com as iniciais “A. M. da C. S.” (PINHEIRO, 2016).

Já como redator, o jornal tinha o padre José Antônio Ferreira Tezinho, que era próximo ao governador Pinto da Fonseca e que recebeu cargos no governo e tipografia. Segundo Jorge (1987), o padre Tezinho foi o primeiro jornalista a sofrer sanção por abuso da liberdade de expressão de imprensa, por matérias consideradas ofensivas contra Caetano José da Cunha, que teve a honra e reputação atacada, no suplemento da edição nº 133.

Por meio de seus aliados, o governador controlava a impressão na Tipografia. Costa Soares, além de redator, acumulava a função de primeiro oficial da Secretaria de Governo. O padre Tezinho acumulou atribuições religiosas, jornalísticas e mercantis, foi proprietário de um botequim, uma casa de bilhar e uma botica. Ele atuou como comerciante, além de acumular as funções de redator de jornal e religioso. Chegou a se eleger deputado pelas Cortes, em 1823. (PINHEIRO, 2016).

Os redatores de *O Conciliador*, José Antonio da Cruz Ferreira Tezo (o padre Tezinho) e Antonio Marques da Costa Soares, eram figuras próximas ao governador Pinto da Fonseca, que tentava se manter no cargo após a adesão a Revolução Liberal. Homem forjado no Antigo Regime, como permite entrever a descrição do folheto que dá início a esse texto, Fonseca financiou o projeto de difusão de um constitucionalismo concebido às pressas, levado a cabo por redatores que rapidamente tiveram que apropriar-se do vocabulário constitucional, adequando-o a seus interesses imediatos. (GALVES, 2020, p. 04).

De acordo com Galves (2015), o custo da instalação e manutenção de uma tipografia na província foi alto. O padre Tezinho recebeu dos cofres públicos a importância de 139\$200 réis. Mas além do apoio financeiro do governo da província do Maranhão o jornal contou com assinantes e era mantido principalmente pelas assinaturas ou pela venda de folhas avulsas.

Na edição nº 53, o jornal ofereceu a coleção impressa dos 34 primeiros números, antes manuscritos, por 6\$400 réis, pouco mais de 188 réis por número. Estas edições impressas posteriormente foram vendidas, avulsas, ao preço de 200 réis, mesmo valor anunciado para a venda de alguns suplementos das edições regulares, gratuitos apenas para os assinantes (GALVES, 2015, p. 09).

Um indício da desigualdade social no período era que grande parte da população da província era analfabeta, já que os cativos, em sua maioria, não sabiam ler. Mas mesmo assim, *O Conciliador do Maranhão* foi colocado em circulação, pois o interesse da produção do jornal era político, para ajudar o governador Pinto da Fonseca a se manter no poder entre 1819 e 1822. “Mesmo com uma população formada em sua maioria por negros escravos e analfabeta, a

imprensa periódica colaborou ao publicizar a opinião nas ruas, praças e pequenos comércios” (PINHEIRO, 2007. p. 28).

O noticioso passou por duas fases. Na primeira, era um manuscrito em bico de pena. Da edição número 1 até a 34 e depois começou a ser impresso. Já na edição 35 à edição 210, ele era bissemanal aos domingos e às quintas-feiras, possuía de quatro a oito páginas, além de suplementos e folhas cobradas separadamente. Segundo Jorge (1987), o jornal era impresso em papel almaço, em duas colunas. O redator afirmava que o objetivo principal era servir de mediador entre governo e o povo, pois através do veículo que a sociedade toma conhecimento dos fatos oriundo do poder e que o jornal se norteava pelos princípios de imparcialidade, verdade e franqueza.

O impresso era redigido no colégio dos jesuítas e possuía 443 assinantes, circulava duas vezes por semana e, além de São Luís, o jornal era distribuído em mais 55 cidades do Maranhão e tinha 16 pontos de venda. Custava 200 réis, possuía um formato de tabloide 21cm x 29,7cm, tinha um caderno principal de 4 a 8 páginas. O periódico possuía 443 assinaturas, sendo 174 na capital; 78 na cidade de Itapecuru; 58 em Caxias; 24 em Alcântara; e 52 em outras localidades. Também chegou a outras três províncias (Grão-Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará), com 31 assinantes e a outros países como Portugal e Inglaterra, com dois assinantes. (GALVES, 2015).

Abaixo, a tabela sobre o número de assinantes e os locais de distribuição do jornal:

Tabela 2 – Distribuição dos assinantes do *Conciliador* por localidade.

Localidade	Número de Assinantes	%
São Luís	174	39,28
Itapecuru	78	17,61
Caxias	58	13,09
Alcântara	24	5,42
Outras localidades do Maranhão	52	11,74
Outras províncias (Grão Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará)	29	7,00
Outros países (Portugal e Inglaterra)	2	0,45
Não identificada	23	5,19
Não localizada	1	0,22
Total	441	100%

Fonte: (GALVES, 2015).

A soma dos anunciantes do *Conciliador*, em diferentes momentos de sua trajetória, revela um total de 443 assinantes, 174 deles residentes na capital. O número de assinantes em São Luís representa 4,7%. “O *Conciliador* apresentou listas nominais com centenas de assinantes que, por vezes, se repetiam ao renovar a assinatura do jornal. Ao todo, o jornal

contabilizou 636 assinaturas renovações), de 443 diferentes cidadãos (ou de suas firmas), 174 residentes em São Luís” (GALVES, 2020, p. 05).

Abaixo o quadro com a relação de anunciantes do jornal *Conciliador do Maranhão* e seus endereços:

Quadro 3 – Relação dos anunciantes de impressos no jornal *Conciliador* (1821-23).

ANUNCIANTES	ENDEREÇOS
Tipografia Nacional do Maranhão	Rua da Imprensa (atual Rua do Norte)
Loja de Bebidas Vicente Cortezze ¹³⁵	Não informado
Botica do padre Tezinho	Largo do Carmo
Botica de Daniel Joaquim Ribeiro	Não informado
Manoel José da Silva Leite	Não informado
Loja de Honório José Teixeira	Não informado
Botica de João Luís de Sequeira	Não informado
Ignácio Antonio da Silva Lisboa ¹³⁶	Não informado
Loja de Antonio Franco Ramos	Não informado
Loja de José João dos Santos e Almeida	Não informado
João Paulo das Chagas	Casa no Largo do Palácio (atual Avenida Pedro II)
Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmão	Não informado
Loja de Manoel Antonio dos Santos Leal	Praia Grande
Botica de Manoel Antonio Godinho	Largo do Carmo
Loja de Antonio Dias de Araújo Guimarães	Rua dos Barbeiros (atual Rua Humberto de Campos)
Casa de José dos Reys e Brito	Trapiche (atual Rua Portugal)

Fonte: (GALVES, 2015).

Os assinantes e senhores que aparecem no jornal, em sua grande maioria, eram militares, desde a patente de alferes a Marechal. Assim, foram encontrados 55 capitães, 11 coronéis, 11 tenente-coronel, 17 alferes, 40 tenentes, 13 majores, mas também se percebe funcionários públicos, como três secretários de governo, padres e clérigos, como cinco vigário e dois bispos, três médicos, dois fazendeiros e vinte e dois senhores de escravos.

A sistematização desses números revela a existência de assinantes em 18 localidades do Maranhão, algumas delas muito distantes da capital São Luís, como Pastos Bons, com 11 assinantes; revela ainda a abrangência interprovincial, com 31 assinantes nas províncias do Grão-Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará, além de um assinante em Portugal e outro na Inglaterra (GALVES, 2020, p. 05).

Os militares apareciam como participantes e colaboradores do jornal, pois possuíam uma posição na província. Assim, eles fazem parte de um grupo social de grande importância. Segundo Pinheiro e Hohlfeldt (2017), os militares eram os principais autores das informações divulgadas sobre São Luís e sobre o Maranhão. Assinavam documentos oficiais e textos de

caráter essencialmente opinativo. Galvez (2015) tabela a ocupação dos assinantes do jornal *Conciliador*:

Tabela 3 – Ocupação dos assinantes do *Conciliador* a partir das informações obtidas nas listas de assinantes do jornal.

Ocupação	Quantidade	%
Militares	126	77,78
Religiosos	13	8,02
Advogados	12	7,41
Comerciantes	7	4,32
Médicos	3	1,85
Cônsul	1	0,62

Fonte: (GALVEZ, 2015).

Portanto, percebe-se que a maioria dos assinantes e escritores dos textos no jornal eram oficiais, comerciantes e funcionários do governo de Silveira Pinto da Fonseca. Pinheiro (2016) faz uma relação dos principais escritores dos textos no *O Conciliador do Maranhão*:

A maioria desses textos são assinados por oficiais, comerciantes e funcionários do governo: general Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (governador da província); Rodrigo Pinto Pizarro (major de cavalaria); Agostinho Antonio de Faria (marechal de campo do exército); Francisco de Paula Felner (integrante da Junta da Fazenda Nacional); João Gualberto da Costa (secretário da Comissão de administração e interesse público); Antonio José Saturnino das Mercês (integrante da Junta de Administração); João Raposo do Amaral (presidente da Junta da Divisão Eleitoral); pároco Francisco José Pereira (assistente da Junta da Divisão Eleitoral); Bernardino Pereira de Castro (escrutinador da Junta da Divisão Eleitoral); José Felipe Martins Vidigal (escrutinador da Junta da Divisão Eleitoral); padre Francisco de Barros Cardoso Lima (secretário da Junta da Divisão Eleitoral); Antonio Raimundo de Miranda (secretário da Junta da Divisão Eleitoral); José Bernardino da Silva (ajudante encarregado do registro, no Porto); Manoel de Souza Machado (mestre do Porto); Agostinho Antonio de Faria (militar); Bispo Silva Berford (presidente da Junta Provisória e Administrativa)¹¹; João Francisco Leal (secretário interino); Felipe de Barros e Vasconcelos (integrante da Junta Provisional); Antonio Rodrigues dos Santos (integrante da Junta Provisional); e Caetano José de Souza (integrante da Junta Provisional) (PINHEIRO, 2016. p. 105).

Araújo (2014), comenta sobre as profissões desde as classes mais abastadas até as classes subalternas na província do Maranhão no período:

O inventário de profissões que existia na urbe era os mais diversos. Numa escala descendente, podemos assim descrever: no ápice da escala estavam os juristas (juízes, advogados e procuradores), capitalistas (comerciantes) e proprietários (grandes senhores de terra, também chamados de lavradores e agricultores), professores, literatos, médicos. Logo após, vinham os funcionários públicos, militares, profissionais do comércio, lavradores (nesse caso o pequeno proprietário ou o empregado), farmacêuticos, parteiros, artistas, notários e escrivães, os que tinham profissões manuais ou mecânicas. (ARAÚJO, 2014, p. 369).

Sobre o posicionamento político do *Conciliador do Maranhão*, entende-se que como um jornal oficial, ele possuía uma postura de defesa dos interesses do governador da província Fonseca Pinto, que financiou o jornal com a intenção de se fortalecer politicamente e se legitimar no poder. Assim, percebe-se ataques a adversários políticos do governador e elogios a ele e seus aliados.

Dessa forma, entende-se que o jornal foi criado com o objetivo de pautar a opinião pública e ser um instrumento para a manutenção do governador Pinto da Fonseca no poder. No período, os governadores de capitanias eram nomeados pela Coroa e esse pode ser um dos motivos que fez o governador Pinto da Fonseca defender tanto a manutenção do poder da Coroa portuguesa.

Quem tinha acesso à formação escolar era a elite, que na maioria das vezes, mandavam seus filhos para estudarem em Portugal. O jornal reproduzia as ideias da elite que, em grande parte, era escravista. Essa postura pode ser percebida no *O Conciliador do Maranhão* que defendia o pacto colonial, pautando-se pelos interesses do governador e da elite maranhense.

Pinheiro (2016) avalia que o jornal trouxe em suas páginas elementos e disputas que movimentaram a população, defendendo a transformação ou manutenção da ordem estabelecida e foi de grande importância para a sociedade maranhense, pois produziu notícias e conteúdo jornalístico, criando redes de comunicação com seus autores, assinantes e fontes, compartilhando significados que moveram as relações culturais daquela época. Percebe-se que o noticioso foi um aporte ideológico, difundindo ideias contrárias à independência do Brasil e pautando a opinião pública da província. Galves (2020) dá mais detalhes:

A tentativa de ordenamento da opinião pública e as cisões provocadas por outras “opiniões públicas” alimentaram acusações, réplicas e tréplicas que se valeram de eleições, jornais, folhetos, abaixo-assinados e petições às Cortes, práticas afinadas com as premissas agora vigentes de liberdade de expressão. Porém, outros métodos, menos constitucionais, também compuseram esse novo quadro: controle da Tipografia, boicotes, ameaças, expulsões e apedrejamentos acenavam para o longo e tortuoso caminho ainda a ser trilhado em direção às liberdades. (GALVES, 2020, p. 14).

O *Conciliador do Maranhão* tinha as características do jornalismo da sua época: era profundamente ideológico, militante e panfletário, tomava posição e mobilizava os leitores para as diferentes causas. Também era opinativo, defendia a coroa portuguesa e o pacto colonial, fazendo duras críticas à decisão política do Rio de Janeiro que desejava a independência do Brasil, sendo um dos principais instrumentos da luta política na província (RIBEIRO, 2007).

Pautava os debates públicos na província, se tornando palco de lutas políticas, divulgando discursos políticos, mas também forneceu referências sobre o cotidiano da cidade, trouxe elementos sobre disputas que movimentaram a população naquele momento histórico.

Ele possuía características como ser doutrinário, defendeu e atacou projetos políticos, possuindo uma linguagem mais acessível e veemente. Como explica Jorge (1987), tinha como marca um discurso ideológico e discutia questões sobre a constituição, política, sociedade e governo. Uma linguagem doutrinária que abusava de expressões como erudição, liberalidade, patriotismo, protesto, coação, honra, liberdade, reputação, lei, rebeldia, monarquia, discurso, embusteiro, virtude, abjeto, justiça, obsessão, patife, laboral, vísceras, facioso, carapuça, carta de lei, vil inimigo, força moral, legião de déspotas, augusto congresso, soberano congresso, tupinambás corcundas, degenerados, boatos sinistros, devoradores da esperança, caninos, latidos, inimigos da ordem, eternamente agradecido, pobre diabo, crassa ignorância etc.

Apesar do grande número de analfabetos existentes na época, os redatores, assumindo a função de codificadores de mensagens, não se incomodava em serem entendidos pelos leitores, já que o vocabulário nem sempre era acessível. (...) a utilização de palavras e expressões consideradas grosseiras como furibundo, sandeo, degenerados, tupinambás corcundas. (...) com o uso exagerado de palavras de puro nacionalismo, não deixava de ser um recurso, para convencer e ganhar adeptos à causa. (JORGE, 1987, p. 31).

De acordo com Pinheiro (2016), o jornal se constituiu em um espaço que trouxe elementos sobre as disputas que movimentaram segmentos da população e sedimentou um projeto de nação naquele momento histórico. Foi um espaço em que ocorreram debates, exposições e doutrinação. Pinheiro (2016) comenta sobre as notícias veiculadas:

As páginas de *O Conciliador do Maranhão* elencavam notícias sobre as Cortes de Portugal, saída e chegada de navios, atrações do teatro da cidade, cartas de leitores, entre outros apontamentos jornalísticos. Uma certa cidade emerge da letra impressa, a cidade construída pelas representações. O fato de o jornal citado ter sido lançado pelo governo da província não o faz um impresso de menor importância. Sua fundação nos remete ao jogo de poder, no qual encontramos outros sujeitos, outras tramas, outras redes de comunicação, além daquela, oficial. (PINHEIRO, 2016. P. 43).

Assim, não se pode negar a importância do primeiro jornal do Maranhão para a história da imprensa na província e posteriormente estado, pois foi também um jornal ativo politicamente, sendo que participou das lutas de seu tempo, defendeu causas como a manutenção da monarquia e o pacto colonial, se mostrou um meio de resistência ao novo regime e influenciou a população da cidade de São Luís. Foi fonte de desenvolvimento político e

cultural da província, pautando as discussões políticas da época, impactando a vida política da província.

2.3 Contexto histórico do Maranhão entre 1821 a 1823 no período em que o *Conciliador do Maranhão* estava em circulação.

O contexto histórico em que o *Conciliador* começou a circular revela muito sobre a sua postura, pois, em 1821, o governador da província do Maranhão, Pinto da Fonseca, que tinha uma relação de fidelidade com a família real aderiu a Revolução do Porto, para conter os ânimos exaltados e se manter no poder. O governador sempre reafirmava sua fidelidade a Dom João VI exaltando-o como verdadeiro rei. Em seus textos publicados no jornal, sempre realça a ideia de manutenção da paz e do sossego na cidade. Pinheiro (2016) explica como foi o contexto histórico em que o jornal circulou:

O jornal *O Conciliador do Maranhão* chegou às ruas de São Luís nessa conjuntura de reordenação de peças do jogo político entre a metrópole e os grupos de interesses comerciais. O comando, a partir da colônia, onde Dom João VI havia tomado medidas comerciais que trouxeram insatisfações para as classes dominantes portuguesas, precisava ser mudado. (PINHEIRO, 2016, p. 46).

Na década de 1820, a experiência do jornalismo no Maranhão estava em um período conturbado, principalmente por causa das lutas pela independência do Brasil. Segundo Pinheiro (2016), o *Conciliador* circulou nas ruas de São Luís em um período de turbulências políticas. As revoluções liberais, influenciadas pelos postulados do iluminismo, irromperam em vários países da Europa naquele começo do século XIX. Já de acordo com Santos (2021), a independência foi influenciada pelo advento da Revolução Francesa, o Iluminismo e a eclosão de movimentos liberais nos séculos XVIII e XIX que abalaram as monarquias absolutistas que entraram em decadência na Europa. Sodré (2019) explica como foi o contexto da Independência do Brasil:

A Independência do Brasil foi um problema político que uniu as classes sociais brasileiras: realizando-a, a classe dominante de então representou o desejo e o interesse das demais, mas também o seu particular desejo e interesse. Logo em seguida, entretanto, ao empolgar o poder, deixou de representar o interesse de todas as classes, porque organizou o Estado de acordo com os seus interesses, exclusivamente. Ninguém pode sustentar que o interesse de um senhor de engenho da época fosse idêntico ao de seus escravos. Bastaria o fato de ser, um, proprietário de escravos e os outros, escravos, para tornar claro o antagonismo de interesses. Ao realizar a Aboli o, a classe dominante teve também o apoio das classes dominadas, no Brasil, mas realizou-a quando lhe convinha como classe. São casos em que os interesses de um grupo aparecem como interesses comuns, e a classe dominante representa a na o, ao decidir por ela, porque representa, eventualmente, a vontade da

maioria, embora seja, em número, minoria, e não tenha a posse do poder por vontade da maioria (SODRÉ, 2019, p. 12).

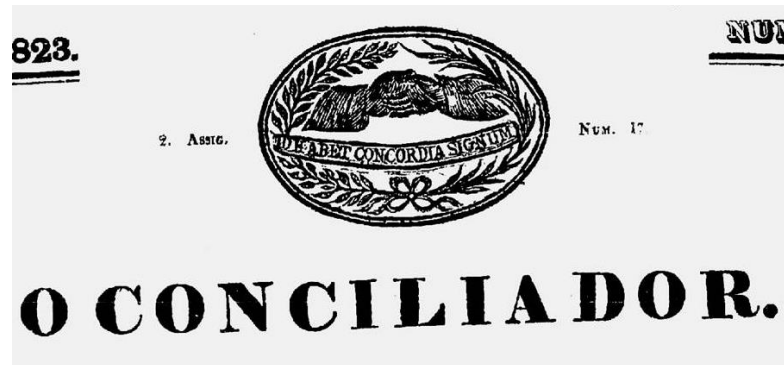
Na década de 1820, o Brasil passava por grandes transformações. Segundo Cutrim (2018), este período foi marcado por eventos que dividiram a província do Maranhão como a adesão a Revolução do Porto (1821); também a adesão a independência que, no Maranhão, só ocorreu em 1823 e a separação política, no qual a elite estabelecida na região buscou consolidar seu apoio ao recém-criado Brasil, além de demonstrar fidelidade ao rei.

Nesse contexto, *O Conciliador do Maranhão* tinha a posição contrária à emancipação do Brasil, ficando em circulação apenas três anos, sendo palco de luta política. De acordo com Ribeiro (2007), a irregularidade e a efemeridade desses jornais dizem respeito ao seu papel social, pois eram ligadas as lutas do seu tempo. Eles apareciam e desapareciam de acordo de como os conflitos nos quais estavam envolvidos. O periódico defendia a permanência do domínio de Portugal sob o Brasil, o que fez em 1823 após o Maranhão aderir à independência, o jornal deixar de circular. O nome *O Conciliador do Maranhão* tem como intuito ser um mediador entre os interesses de Portugal e Brasil, mas na verdade prevalecia a defesa dos interesses da metrópole e incitava a população maranhense a lutar contra a independência. O noticioso foi o palco de discórdia que dividiu brasileiros e portugueses em dois campos inimigos, não economizando sarcasmos e injúrias contra aqueles que tinham simpatia com a causa da independência.

A população ou segmentos dela se manifestavam em suas na seção de cartas ou correspondências, onde faziam solicitações, cumprimentavam os jornalistas, defendiam sua honra contra inimigos ou detratores. Em outras seções, como a de política, não tinham vez nem outros grupos como religiosos e comerciantes. Essa característica sinaliza a valorização de personagens do poder central e neste aspecto pesa a questão de o jornal pioneiro ser ligado ao governo e à Coroa Portuguesa. (PINHEIRO, 2013, p. 09).

O período conturbado de pressões para ruptura com a metrópole e para o fim do pacto colonial, fez surgir a logomarca do jornal, que era duas mãos se apertando, parece sugerir que Brasil e Portugal se conciliem. *O Conciliador do Maranhão*, a partir do número 78, mudou o visual da sua primeira página, modificando o título para somente *O Conciliador*. “O jornal contrariou o título, como que traduzindo a ideia de união entre brasileiros e portugueses, ficou muito aquém da proposta (.). A linguagem era pouco urbanizada e aos adversários (...) não poupava críticas duras” (JORGE, 1998, p. 17).

Figura 6- Logomarca do jornal *O Conciliador do Maranhão*.



Fonte: jornal *O Conciliador do Maranhão*

Em uma publicação de 24 de maio de 1823, declara apoio à Constituição Portuguesa e dá vivas, tanto a D. João VI. O texto classifica os que defendem a independência de “fanáticos” “ferozes” e “bárbaros salteadores” que estão sedentos de rapina e sangue. O jornal afirma também que a independência abalou a paz e o sossego público espalhando o medo e o horror, sangue e morte.

Cabe mencionar que apesar de ter sua importância econômica, o Maranhão não possuía o mesmo poder político como as províncias do Rio de Janeiro e Bahia. No jornal, percebe-se uma certa rivalidade entre a província do Maranhão e a província do Rio de Janeiro. “Talvez ainda julguem os arteiros demagogos do Rio de Janeiro, que os Povos do Brasil, ainda são rebanhos de Escravos, prontos sempre a obedecer cegamente ao despotismo, seja qual for o caráter de que ele se revista. Enganam-se” (O CONCILIADOR, n. 105, 1822).

Na mesma edição, é notícia a invasão do Maranhão por tropas imperiais vindas do Piauí e do Ceará e classifica-as de criminosas, infames e “rebeldes”, que serão punidas com a morte por fuzilamento. Afirma também que os soldados imperiais são “feras” que vão “massacrar”, “roubar” e estragar a indústria e o suor “honrado” dos “pacíficos” maranhenses.

O Conciliador fazia questão de destacar que ao Maranhão nunca foi necessário o envio de tropas portuguesas para que se garantisse a ordem e o sossego público; pelo contrário, esta Província sempre teria dado exemplo de fidelidade e submissão às leis e às autoridades constituídas. Entretanto, ressaltava que, a presença de tropas portuguesas no Brasil não deveria jamais causar indisposição entre os “Filhos do Brasil” e os “Filhos de Portugal” (ARAÚJO, 2008, p. 60).

No texto tem ainda a afirmação “constituição ou morte”, que defende a constituição portuguesa, parafraseando Dom Pedro I ao declarar a independência do Brasil. Há uma convocação para os maranhenses pegarem em armas contra o novo regime, dizendo que eles

jamais serão vencidos porque Deus e a pátria estavam dos seus lados. O Maranhão somente aderiu à independência da colônia em julho de 1823, após o envio de tropas pelo novo governo ao território.

Tendo cumprido sua missão na Bahia, Cochrane voltou suas atenções para as duas últimas províncias brasileiras que ainda se mantinham fiéis a Lisboa, o Maranhão e o Pará. A rigor, a esta altura, só o Pará permanecia português. No final de julho de 1823, todo o interior do Maranhão estava ocupado por um exército de 8.000 voluntários piauienses e cearenses adeptos da Independência. A rendição da capital São Luís seria apenas uma questão de tempo. Cochrane, porém, conseguiu reivindicar sozinho toda a glória usando de astúcia para acelerar um fato já consumado e inevitável. Ao se aproximar de São Luís, hasteou a bandeira britânica, em vez das cores brasileiras. Os militares que vigiavam o porto acreditaram tratar-se de um navio inglês, neutro no conflito, e enviaram ao seu encontro o brigue D. Miguel com mensagens de boas-vindas. Ao subir a bordo, porém, o oficial encarregado de entregar os papéis se deu conta de que estava em um navio brasileiro. Foi imediatamente preso, mas Cochrane decidiu liberá-lo com a condição de que levasse uma carta ao governador das armas, Agostinho de Farias, na qual exigia a capitulação da cidade. No dia seguinte, 28 de julho, a junta de governo, já ciente da aproximação do exército brasileiro pelo interior, anunciou a adesão da província ao império do Brasil. (GOMES, 2011, p. 99).

A luta contra a independência do Brasil pode ser percebida também em outro texto chamado Extrato de N.º 57 da Abelha da Bahia. Publicado em 21 de maio de 1823, com um discurso que prega o medo, fomenta o temor de uma possível represália de Portugal, gerando pânico na sociedade maranhense. A publicação afirma que os portugueses e europeus que, em sua maioria, faziam parte da elite local iam perder tudo que tinham conquistado.

Na ocasião da Guerra pela Independência esse temor voltou a ser sentido nas instruções dadas pelo Governador das Armas do Maranhão, o Marechal Agostinho Antônio de Faria, ao Comandante Geral do Itapecuru-Mirim, Antônio de Sales Nunes Belfort, para que pusesse todo o seu Regimento em prontidão para coibir qualquer insurreição de escravos naquele distrito (COSTA, 2018, p. 53).

O jornal afirmava que, com a independência, os portugueses seriam obrigados a saírem do Brasil e deixarem suas posses e terras que tinham adquirido com o seu “suor” e sacrifício e que seriam obrigados a venderem suas propriedades por baixos preços ou elas seriam confiscadas sem indenização. “Fortes redutos de comerciantes portugueses, Pará e Maranhão simplesmente ignoraram o Grito do Ipiranga e declararam apoio irrestrito às cortes de Lisboa. Piauí e Alagoas também permaneceram obedientes a Portugal por algum tempo” (GOMES, 2011, p. 88).

Nesse contexto, as relações políticas, econômicas e culturais entre o Maranhão e Portugal eram muito mais acentuadas do que com o Estado do Brasil. Por isso, os portugueses na luta pelo controle de cargos na burocracia pública local, do comércio exportador e varejista, faziam-se contrários à independência. O Conciliador do

Maranhão, um jornal fiel ao governo se manteve partidário da permanência do Maranhão sob domínio de Portugal. (PEREIRA, 2006, p. 88).

De certa forma, essas ideias que o jornal difundia se concretizaram. Segundo Gomes (2011), o escocês almirante da Marinha de Guerra do Brasil, Lord Cochrane, ao expulsar as tropas portuguesas no Norte e Nordeste, saqueou os habitantes de São Luís do Maranhão. Assim, de acordo com o autor, a rendição portuguesa das províncias do Norte e do Nordeste foi marcada pela presença do almirante Lord Thomas Cochrane, um escocês ganancioso e um herói maldito da Independência do Brasil.

Enquanto isso, depois de obter a rendição portuguesa em São Luís, Cochrane dedicava-se ao saque metódico da cidade, tomando posse de um patrimônio estimado em 100.000 libras esterlinas — cerca de quarenta milhões de reais atualmente. Incluía todo o dinheiro depositado no tesouro público, na alfândega, nos quartéis e outras repartições, além de propriedades particulares e mercadorias armazenadas a bordo de 120 navios e embarcações menores ancorados no porto. Na prática, o almirante tratou a capital do Maranhão como se fosse toda ela um território inimigo conquistado — e não um pedaço do Brasil libertado da ocupação portuguesa. Os habitantes se revoltaram, mas, sob a mira dos canhões, acabaram forçados a aceitar suas exigências. Os bens e as mercadorias apreendidos foram despachados para o Rio de Janeiro, onde Cochrane esperava que fossem confirmados como presas de guerra para serem divididos entre ele e seus oficiais. (GOMES, 2011, p. 100).

Muitos europeus e portugueses eram contra a independência, mas havia outros principalmente comerciantes portugueses que estavam a favor da emancipação política de Portugal. Assim, o jornal estava em meio a um jogo de interesses econômicos e políticos. Segundo Jorge (1987), o Maranhão tinha laços econômicos e laços da educação, pois os filhos de famílias ricas do Maranhão eram mandados para Portugal para receber uma formação cultural europeia, através de uma das mais famosas universidades, Coimbra. Nesse sentido o Maranhão se manteve ligada a seu país colonizador, sujeitando-se aos seus caprichos, pois havia uma grande quantidade de portugueses na província, que se recusavam a se submeter a D. Pedro I e não aceitavam a Independência, esse movimento causou atritos e intrigas graves na província.

O *Conciliador do Maranhão* representa os portugueses como trabalhadores que geraram riqueza com o suor e sacrifício, não mencionando a utilização da exploração da mão de obra escrava negra e indígena como modo de acumulação de recursos financeiros. Há ainda uma tentativa de construção dos portugueses como irmãos dos brasileiros, pedindo, inclusive, uma união fraternal (PINHEIRO, 2016).

Na cena maranhense do século XIX, temos um poder central a engendrar referências sobre o cotidiano, através de um jornal. É necessário frisar que o governo da província

representava os interesses políticos e econômicos da aristocracia que, entre 1821 e 1823, enfrentou as pressões dos comerciantes portugueses, mais sequiosos de uma mudança na configuração do poder econômico. (PINHEIRO; HOHLFELDT, 2017, p. 8).

O jornal classifica a independência de escravidão. Percebe-se que os redatores e os senhores tinham uma concepção da escravização como algo negativo, mas ao mesmo tempo possuíam escravizados. Segundo Costa (2018), os redatores do *Conciliador*, juravam fidelidade a Corte e se viam desobrigados de manter laços políticos com o Rio de Janeiro.

Assim, como já mencionado, o jornal defendia os interesses do governo local, que eram do lado de D. João VI e dos negociantes portugueses que fizeram riqueza com a relação colonial do Brasil com Portugal. De acordo com Cutrim (2017), entre 1822 e 1823, o *periódico* passou a focar em combater a adesão à independência, que ganhou forte oposição da elite estabelecida no Maranhão. Essa oposição pode ser percebida, pois o Maranhão foi à última província a aderir à independência do Brasil, que ocorreu somente em 28 de julho de 1823, após o cerco à cidade de São Luís por tropas independentistas a mando do imperador Dom Pedro I. Como explica Pinheiro (2016), a última edição do jornal noticiou quando as tropas imperiais cercaram a cidade de São Luís:

A última edição de *O Conciliador do Maranhão*, mutilada e sem as páginas completas, registrou os conflitos que marcaram a proclamação da independência na cidade de São Luís, com destaque para a ação das tropas aliadas a Portugal: “o Major Madureira Lobo, pretendendo evitar a efusão de sangue (...), corajosamente avança à frente e insta para que os amotinadores se retirem e ainda suspende o fazer-se lhes fogo” O jornal informa sobre mortes durante os confrontos: “um soldado de milícias que estava de sentinela à porta do quartel general recebe parte da descarga e cai morto. O fogo continua de parte a parte por quase um quarto de hora” (PINHEIRO, 2016, p. 148).

Como era de se esperar, depois da adesão forçada, devido ao envio de tropas do Imperador D. Pedro I, o *Conciliador* deixou de circular, pois não havia mais ambiente para um meio de comunicação defender a Coroa portuguesa em um país independente. Mas até na sua última edição, o jornal reafirmou seu compromisso com a resistência, a independência e sua fidelidade ideológica a autoridades locais, financiadas pelos comerciantes e lavradores mais ricos da província. “O jornal circulou regularmente duas vezes por semana, ao longo de 212 edições, até o final de julho de 1823, momento de incorporação da província do Maranhão ao Império do Brasil, projeto ao qual se opôs” (GALVES, 2020, p.05).

De acordo com Galves (2015), a adesão à independência, em 28 de julho de 1823, provocou mudanças na ordem política da província, o que fez com que pessoas ligadas à

Tipografia recebessem a perigosa alcunha de serem “portugueses”. Assim, o diretor do jornal Costa Soares foi expulso do Maranhão, sob a acusação de ser um “português nocivo à província”. Martins (2010) explica como foi esse momento:

Com a adesão do Maranhão à independência brasileira e a deposição da Junta Governativa provisória em 14 de julho de 1823, o *Conciliador do Maranhão* foi extinto, já que o governo que o sustentava era contrário à emancipação política do país e defendia a continuação do Maranhão sob o domínio de Portugal (MARTINS, 2010, p. 109).

Algo a ser pontuado é que, mesmo com a independência do Brasil, em 1822, a escravização de pessoas negras permaneceu, pois, a nova constituição de 1824 não previa a libertação desses povos. “A primeira constituição do Brasil, promulgada em 1824, em alguns aspectos considerada uma das mais modernas e liberais das Américas, manteve intacto o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos”. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006,

Sobre o posicionamento político do jornal, o periódico ecoava a opinião da elite local e não da maioria da população, já que os escravizados, indígenas e os mais pobres não tinham espaço de fala. No geral, era uma população pobre e carente de tudo, que vivia à margem de qualquer oportunidade em uma economia agrária e rudimentar, dominada pelo latifúndio e pelo tráfico negreiro.

Segundo Gomes (2011), o analfabetismo era geral, pois de cada dez pessoas, só uma sabia ler e escrever. Nesse sentido, os analfabetos somavam mais de 90% dos habitantes. Mas havia uma pequena elite intelectual, bem preparada na Universidade de Coimbra.

De acordo com Pinheiro (2007), as taxas de analfabetismo no Maranhão nos anos de 1800 eram altas, já que poucas pessoas tinham acesso à formação escolar e existiam poucas escolas. Já as mulheres não podiam estudar e os livros eram raros. As altas taxas de analfabetismo na província do Maranhão foi um dos motivos do atraso no desenvolvimento da imprensa. As poucas escolas eram restritas às camadas dominantes.

Na falta de estatísticas sobre a educação no Brasil nessa época, a taxa de analfabetismo só pode ser estimada por referências indiretas. No primeiro censo populacional realizado em São Paulo no governo de D. João VI, em 1818, só 2,5% dos homens adultos da cidade sabiam ler e escrever. Esse percentual, extrapolado para o restante da população, composta em sua maioria por escravos, mulatos e negros forros, indica uma taxa de analfabetismo total próxima de 99%. Meio século mais tarde, em 1872, ano do primeiro censo populacional geral do Brasil, num total de dez milhões de habitantes, havia apenas 150.000 alunos na escola primária (GOMES, 2011, p. 33).

O Conciliador do Maranhão, como já mencionado, defendia a manutenção do poder português no Brasil, pois, se pautava nos interesses do governador e da elite maranhense que,

em grande parte, era portuguesa e lucrava com essa relação colonial, pois, a maior parte da elite era feita por portugueses e europeus, que ficavam com receio que a mudança de regime pudesse prejudicá-los com a perda de suas propriedades. O jornal reforçava o medo e o pânico na população maranhense.

No Maranhão, à “adesão” se seguiu um longo e turbulento período de juramentos à Independência, marcado pela expulsão não apenas daqueles que se recusaram a fazê-lo, a exemplo do frei Nazaré, como também dos que tiveram sua fidelidade ao novo país posta em xeque pelas recorrentes acusações de “português” e “inimigo do Brasil”. Tais juramentos avançaram pelos primeiros meses de 1824. (GALVEZ, 2015, p. 288).

Entre os anos de 1821 e 1823, estavam ocorrendo conflitos em Portugal que reverberavam no Brasil. Conflitos esses realizados por sujeitos e instâncias do poder monárquico por motivações e interesses que desejavam espaço nas tribunas da imprensa. Devido às suas posições políticas, o jornal representava pessoas e situações de acordo com seu viés político e ideológico, demonstrando um grande apreço e fidelidade a D. João VI, que em seus textos afirmava que ele era o verdadeiro e único rei do Brasil e Portugal, ao mesmo tempo em que representava o príncipe regente e futuro Imperador do Brasil, D. Pedro I, como um filho rebelde, infantil e deslumbrado (PINHEIRO, 2016).

Nas palavras do jornal, todos os brasileiros deviam respeito a D. João VI. Paralelamente, é adotado um discurso de medo, para gerar pânico na sociedade maranhenses. Segundo o extrato nº 57, os portugueses e europeus iam perder tudo, o que gerou medo, pois, eles faziam parte da elite da província e tinham posses e negócios no Maranhão.

No período de 1822 a 1823 estavam ocorrendo conflitos no Brasil devido a Independência e percebe-se que o jornal representava os políticos como D. João VI e D. Pedro I de forma diferente, como forças antagônicas. O periódico também representa os personagens em uma estratégia competitiva e defende o lado que encontra maior vantagem. No caso da independência, ocorreu quando fatos e conjunturas de grandes repercussões recebem tratamento superficial e são enfocados somente a partir de seus traços extravagantes, pitorescos ou sensacionalistas.

O *Conciliador* colocava os portugueses como trabalhadores que geraram riqueza com o seu trabalho, não mencionando o emprego da exploração da mão de obra escrava negra e indígena. “No Pará e no Maranhão o escravo indígena foi largamente utilizado até os últimos anos do século XVIII, quando o tráfico africano passou a suprir regularmente as duas capitânicas” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 40).

O Maranhão entre os diversos eixos relacionais ciclo relacionais da economia do tráfico atlântico, desenvolvidos durante o período colonial, aproximou-se mais das Ilhas de Cabo Verde, importante entreposto marítimo, e da região de Alta-Guiné: Senegâmbia, Serra Leoa, Guiné e Guiné Bissau, sobretudo no período que se estende de 1775 a 1800. (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 67).

No Extrato do N. 57 da Abelha da Bahia, é afirmado que os portugueses são irmãos dos brasileiros, pedindo união fraternal. Outra parte do texto importante é quando afirma que os “irmãos europeus” não queriam serem escravos, comparado a independência a escravidão. Percebe-se que eles têm uma concepção da escravidão como algo negativo, mas ao mesmo tempo possuíam escravos africanos. Escravos libertos e homens livres de cor tomaram parte nas lutas pela independência do Brasil, o que demonstra que essa população era politizada.

PORTUGAL E O BRASIL. He preciso encarmos com todos os sucessores do Brasil sem espírito de partido, tendo era uma mão a tocha da verdade, e na outra a da razão. Já ver que fazendo um resumo da extensas do Brasil a léguas quadradas, toca mui poucos indivíduos a cada uma; é preciso conhecer que em toda está imenso suspense de ter uma população toda heterogênea composta de Brancos Europeus. de Brancos do país, 3. °- Indígenas aldeados, 4. Negros estrangeiros de diferentes Nações, 5. Negros do país chamados crioulos; destas 5 raças distintas se sacão muitas ramificações, os adros, os Mamelucos &c. &c , os interesses das diferentes raças estando unidas a Portugal cabe perpendicularmente sobre o centro da umas o, já pela Religião, costumes em que estão desde o berço de respeitarem seus Reis Le de olharem com predileção para a família Europeia, com aquele germens de gratidão, que plantarão nossos respeitáveis antepassados; porem introduzindo-se a licença, e pregando-se a desunião, e que se não deve obedecer ao Senhor D. João VI. mas sim a seu filho rebelde; e que a raça Europeia se deve exterminar, e deixarem os bens e famílias em um país do qual adquiriram a propriedade pelos seus suores, amanhos, e regulamentos; segue-se que as diferentes raças heterogêneas entras a ser divergentes nas suas opiniões, e tendem então, pela licença a calar na anarquia, esquecidas da gratidão que devem a Portugal, e lhe pregão a não devem ter por milhares de sofismas: eles raciocinarão: pois, logo, que não devemos gratidão aquele que escorou nossa infância, não a devemos a ninguém: e eis tornados ingratos para todos de facto, e pelo errôneo direito que lhes pregas. (Extrato do N. 57 da Abelha da Bahia.). (O *Conciliador do Maranhão*, 1823, ed. 194, p. 06).

Os europeus em geral, mas principalmente os portugueses eram contra a independência, pois, eles faziam parte da elite maranhense no início do século XIX. Ela era composta por portugueses, seus descendentes e os estrangeiros que estavam no topo da pirâmide social. Eram também latifundiários, produtores rurais, funcionários públicos e comerciantes. Esse grupo se posiciona contra a independência, pois ela ia contra seus interesses econômicos e políticos, como confirma Pinheiro (2016):

O jornal *O Conciliador do Maranhão* publicou textos que noticiavam os ocorridos e condenavam a ideia de rompimento entre metrópole e colônia. O tema foi tratado em um artigo assinado por José Maria de Moura, governador das armas da Província do Pará, em 23 de abril daquele ano, na edição de número 186. José Maria de Moura

reclamou da “fatal mania da Independência Brasiliense”, que tinha “alucinado de tal maneira o espírito de muitos cidadãos paraenses, que a guerra de opinião havia chegado ao maior auge de sua efervescência (PINHEIRO, 2016, p. 144).

A edição do dia 28 de maio de 1823 afirma que só um governo ativo, inteligente e exato pode salvar a província do Maranhão dos horrores do despotismo e da anarquia que a independência traria. Argumenta que é preciso salvar o Estado, dando a solução de abraçar o que ele chama de “irmãos” europeus e caracteriza a independência como um fantasma, devendo evitar essa “terrível” “exterminadora”.

É possível perceber que *O Conciliador* procurava ressaltar uma imagem negativa das províncias leais ao novo governo do Brasil. Depois de proclamada a Independência no Ceará e no Piauí, as notícias mostravam o completo estado de anarquia e vandalismo naquelas províncias. (ARAÚJO, 2008, p. 63).

Duras críticas são feitas em relação a independência do Brasil, caracterizando-a como “horrores”, “despotismo”, “anarquia”, “fantasma”, “terrível”, “exterminadora” e “discórdia”. O propósito é causar medo do futuro, insuflando um levante contra as tropas imperiais e até pedindo para a população maranhense pegar em arma para defender a província.

Na edição de 28 de maio de 1823, é noticiada a invasão pelos povos do Piauí ao distrito de São Bernardo da Paraíba, O impresso chama essas tropas de invasores comandados pelo miserável governo da corrupta corte do Rio de Janeiro.

A notícia da invasão desta Província, pelos Povos dissidentes do Piauí realizada no Distrito de São Bernardo da Paraíba, talvez faça crer que os invasores são Tropas regulares comandantes por um, ou mais chefes inteligentes, e de grandes graduações, ao menos dessas que o antigo, e miserável Governo da corrupta Corte do Rio de Janeiro prodigava a quem queria comprá-las saiba, porém Portugal, que tão erradamente há observado os atuais negócios do Brasil; saiba o mundo que todos são invasores, e os heróis da Independência Brasileira, lendo as seguintes declarações dos seguintes chefes que entraram como planta hostil a Província do Maranhão, e que avançam no seu território, porque a sonolência de uns e a traição de outros lhe franqueiam os passos! Imprimem-se exatamente conforme os originais, para nada perderem da sua elegância, e para que se conheça quanto estão avançados em conhecimentos estes novos Frankilens e Washingtons. (*O Conciliador do Maranhão*, 1823, ed. 196, p. 06).

O texto fala sobre os horrores da independência e sobre os militares maranhenses que aderiram a ideia, denominados como traidores e de Frankilens e Washingtons. Referência a Benjamin Franklin, um dos líderes da Revolução Americana que pedia a independência dos Estados Unidos e a George Washington um líder político, militar e estadista norte-americano, considerado um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos, sendo o primeiro presidente daquele país de 1789 a 1797. Eles lideraram as forças patriotas à vitória na Guerra de Independência.

Bruno J. R. Boaventura (2011) explica a participação de Benjamim Franklin na declaração de independência dos Estados Unidos:

Em 4 de julho de 1776, o comitê para elaborar a Declaração da Independência foi instaurado, composto pelo próprio Benjamim Franklin, Thomas Jefferson, John Adams, Roger Sherman e Robert R. Livingston, e consegue a aprovação por unanimidade de um texto que representaria a consolidação das ideias e vontades políticas das treze colônias britânicas que, naquele momento, passariam a ser denominar de Estados Unidos da América. (BOAVENTURA, 2011, p. 04).

Em outra remessa, uma proclamação do dia 24 de maio de 1823 do *Conciliador*, declara apoio à constituição portuguesa e diz vivas ao Rei D. João VI e a província do Maranhão. O texto chama os que defendem a independência de “fanáticos” “ferozes” e “bárbaros salteadores” que estão sedentos de rapina e sangue. O texto também notícia a invasão da província do Maranhão e que a guerra foi um pretexto desenhado pela ambição dos demagogos revolucionários vindos dos agrestes e dos sertões do Piauí e do Ceará que eram como feras para massacrar e roubar “nossos lares” e estragar a indústria e o suor “honrado” dos “pacíficos” maranhenses.

O periódico convoca os maranhenses a pegarem em armas contra o novo regime dizendo que eles jamais serão vencidos porque Deus e a pátria estavam dos seus lados, dessa forma os portugueses fiéis à pátria e a D. João VI não perderiam. O texto também comenta sobre a defesa das propriedades do horror do despotismo e exalta D. João VI o chamando de liberal, poderoso e muito amado, primeiro rei constitucional que defende a liberdade. Segundo Jorge (1987), os anos de 1822 a 1825 foram agitados e havia uma falsa liberdade de imprensa.

. O texto chama os avanços das tropas a favor da independência de criminosos e infames. Em caixa alta coloca o nome do Rei D. João VI. “O povo e as tropas do Maranhão formarão um só corpo; um sentimento só; amor a El Rey e à pátria (...) fidelidade a um Soberano amado, às Cortes e à Constituição” (*O Conciliador do Maranhão*, 10 de maio de 1821, nº 8, p. 03).

A publicação ainda afirma que quem se unir às tropas “rebeldes” do Piauí ou do Ceará são criminosos e serão punidos com a morte por fuzilamento no conselho de guerra. Dessa forma, percebe-se que o jornal colocava medo mais uma vez na população maranhense em relação à independência: o medo de terem suas propriedades tomadas pelo novo regime e de morte caso se unam a nova causa.

Percebe-se que o veículo foi um aporte ideológico difundindo ideias contrárias à independência do Brasil e as discussões políticas na província. De acordo com Oliveira (2012), as lutas políticas que acompanharam a Independência fizeram com que as elites provinciais

tivessem a noção da força que a imprensa tinha sobre a sociedade. Com isso, passaram a utilizar a imprensa como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade.

Os dias que antecedem a adesão do Maranhão à independência do Brasil foram de profunda agitação e, mesmo depois de tê-la aceita, os ânimos não se acalmaram. É no bojo dessas agitações que, em 1824, chega ao poder Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, responsável, em grande parte, pelo acirramento das tensões já existentes na Província. (ARAÚJO, 2008, p. 38).

A imprensa interfere nas questões políticas, em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir. Nesse sentido, a imprensa como um produto simbólico é uma produtora de conhecimento de representações sobre a realidade, instaurando processos sociais e históricos, valores ou critérios dos aspectos desse cotidiano.

O jornalismo insere-se no campo cultural e seus significados envolvem as mudanças históricas, políticas, sociais e econômicas. Ao produzir representações sobre a realidade, o processo jornalístico instaurou, social e historicamente, valores ou critérios para fazer emergir os aspectos desse cotidiano. (PINHEIRO; HOHLFELDT, 2017, p. 7).

Em outro trecho, são chamados de indignos os que proclamaram a independência. Chama o novo imperador D. Pedro I de iludido e deslumbrado príncipe revestido pelo fantástico manto imperial e diz que D. João é Incomparável. Quem assinou a proclamação foi o Comandante das Armas do Maranhão Agostinho Antônio da Faria, que era alinhado ao governo português, na edição de 24 de maio de 1823. O comandante reafirma a fidelidade a D. João VI que segundo ele é incomparável, grande e magnífico.

Maranhão. PROCLAMAÇÃO. VIVA A CONSTITUIÇÃO PORTUGUEZA! VIVA ELREY CONSTITUCIONAL O SENHOR D. JOÃO' VI! VIVAO' OS CONSTITUCIONAES HABITANTES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO! MARANHENSES! A vossa atual situação, nem é nova, nem extraordinária: os mais remotos séculos, e épocas as mais recentes oferecem repetidos exemplos de Povos, a quem a Religião, o Patriotismo, a Fidelidade, e o Interesse Nacional, armam contra os réprobos, que pertencendo a mesma Grey, ao mesmo Grêmio, contra a Nação se rebelarão, ou levados de um fanatismo político, ou a maneira de ferozes, e bárbaros Salteadores, sedentos de rapina e de sangue. São desta classe os protervos inimigos que se atrevem a invadir esta Província! Esses bárbaros agressores não conhecem os Sagrados Direitos das Gentes! A Religião, e a Humanidade são a cada momento por eles ultrajadas! Nem Lei, nem Pátria, riem Razão guião seus passos malfazejos! O Fantasma Político, que parece excitá-los à guerra, foi um pretexto efêmero, desenhado pela ambição dos facciosos Indignos, que os revolucionarão! Mal assomou evaporou-se entre as trevas; do efêmero, que o produzido: substituirão-tio desde logo, as fúrias da vingança, do homicídio, e da rapina. Dos agrestes Sertões do Piauí e do Ceará eles descem debandados como feras para massacrar-vos, roubar os vossos lares, e estragar os abundosos Gantões, que a indústria, e o suor dos honrados, e pacíficos Maranhenses tem fertilizado. Ali Cidadãos! Estes Campos ridentes e venturosos, onde o vosso

Patriotismo plantou, e arreigou a SAGRADA ARBORE CONSTITUCIONAL, florida, e próxima a sazonar os fatídicos pomos da nossa gloria, e prosperidade; não, não devem ser empestados pelo hálito sulfúreo, e exterminador do horrível Despotismo, que com assas de ferro, e plantas de fogo, vem na vanguarda dos tiranos, mas fracos inimigos! Eis o seu único Estandarte, e a visão horrorosa, que lhes serve de Nume da guerra. As armas as Maranhenses! As armas seguindo intrépidos o adorável PAVILHÃO CONSTITUCIONAL, onde está gravado o símbolo mais Santo e Augusto da Nossa Religião; esse Escudo Sagrado que o próprio Deus das Victoria, ofertou ao Grande Affonso 1. ° Onde está esculpido o Nome adorável do nosso Liberal, poderoso, e muito amado primeiro Rey Constitucional o SENHOR D. JOÃO VI! Onde, finalmente está escrito com caracteres indeléveis o primeiro Direito, o primeiro Bem Nacional; a =LIBERDADE! = MARANHENSES, às Armas! =CONSTITUIÇÃO ou MORTE= [...] em nome de EL Rei Constitucional, o SENHOR D. JOÃO VI. Declaro, e faço saber a todos os habitantes da província do Maranhão... (*O Conciliador do Maranhão*, 1823, ed. 195, p. 02).

Nos textos analisados, percebe-se uma defesa irrestrita a D. João VI como monarca e um ataque ao novo imperador D. Pedro I, chamado ou representado muitas vezes como infantil rebelde, iludido e deslumbrado. Essa defesa é compreensiva, pois, os jornais do início do século XIX eram panfletários. Eles defendiam os interesses do governo local que eram do lado de D. João VI e dos anunciantes, que na sua grande maioria eram negociantes portugueses que fizeram riqueza com a relação colonial do Brasil com Portugal. Esse estudo relaciona o discurso do *O Conciliador do Maranhão* com a resistência da província do Maranhão contra a Independência do Brasil. Pinheiro (2016) cita os principais autores dos textos divulgados pelo jornal:

A maioria desses textos são assinados por oficiais, comerciantes e funcionários do governo: general Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (governador da província); Rodrigo Pinto Pizarro (major de cavalaria); Agostinho Antonio de Faria (marechal de campo do exército); Francisco de Paula Felner (integrante da Junta da Fazenda Nacional); João Gualberto da Costa (secretário da Comissão de administração e interesse público); Antonio José Saturnino das Mercês (integrante da Junta de Administração); João Raposo do Amaral (presidente da Junta da Divisão Eleitoral); pároco Francisco José Pereira (assistente da Junta da Divisão Eleitoral); Bernardino Pereira de Castro (escrutinador da Junta da Divisão Eleitoral); José Felipe Martins Vidigal (escrutinador da Junta da Divisão Eleitoral); padre Francisco de Barros Cardoso Lima (secretário da Junta da Divisão Eleitoral); Antonio Raimundo de Miranda (secretário da Junta da Divisão Eleitoral); José Bernardino da Silva (ajudante encarregado do registro, no Porto); Manoel de Souza Machado (mestre do Porto); Agostinho Antonio de Faria (militar); Bispo Silva Berford (presidente da Junta Provisória e Administrativa)¹¹; João Francisco Leal (secretário interino); Felipe de Barros e Vasconcelos (integrante da Junta Provisional); Antonio Rodrigues dos Santos (integrante da Junta Provisional); e Caetano José de Souza (integrante da Junta Provisional) (PINHEIRO, 2016, p. 105).

A pesquisadora explica que os europeus e portugueses eram contra a independência, iam de encontro com seus interesses econômicos e políticos, pois, faziam parte da elite maranhense no início do século XIX. Assim, o *Conciliador do Maranhão* representa os portugueses como trabalhadores que geraram riqueza com o suor e sacrifício, não mencionando a utilização da

exploração da mão de obra escrava negra e indígena. Afirma também que eles são irmãos dos brasileiros, pedindo união fraternal.

O jornal classifica a independência de escravidão. A política editorial era de defesa dos interesses do governo local, que eram do lado de D. João VI e dos negociantes portugueses que fizeram riqueza com a relação colonial do Brasil com Portugal. Segundo Marinalva Barbosa (2013), os jornais, no início do século XIX, apoiavam os interesses políticos dos grupos dominantes, na divulgação dos atos do governo, com objetivos de emitir juízos de valor, falar de posições políticas, instruir e educar, entre outras atribuições.

Objetivamente buscou fortalecer a monarquia portuguesa e seus interesses políticos e econômicos. Dessa forma, incentivou como norma aos seus leitores à obediência à Coroa, a necessidade da manutenção do ordenamento político e da estrutura comercial que mantinha a exploração nos territórios portugueses na América e no Oriente. (PINHEIRO, 2013, p. 10).

A opinião pública encontrada nos jornais era a da elite local e não representava a maioria da população, já que os escravos, indígenas e os mais pobres não tinham lugar de fala. Percebe-se que os jornais reproduziam as ideias da elite brasileira que em grande parte era escravista. Mesmo com a independência, a estrutura escravista continuou, pois, as classes dominantes garantiram que seus privilégios continuassem (CUTRIM, 2017).

A defesa dos interesses da elite local é percebida no *O Conciliador do Maranhão* que defendia o pacto colonial, pautando-se pelos interesses do governador e da elite maranhense. “O jornal *O Conciliador do Maranhão* chegou às ruas de São Luís nessa conjuntura de reordenação de peças do jogo político entre a metrópole e os grupos de interesses comerciais. (PINHEIRO, 2016, p. 46).

O veículo foi o principal e único produzido na província do Maranhão entre os anos de 1821 a 1823. Nesse sentido, a importância do periódico como documento histórico para entender a província é grande. Foi o primeiro jornal maranhense, circulando entre 15 de abril de 1821 e 23 de julho de 1823 e tinha como redatores Antônio Marques da Costa Soares e o Padre Tezinho, que eram próximos ao governador Pinto da Fonseca, que controlava a impressão na tipografia e utilizava o noticioso na sua defesa e no ataque aos oponentes políticos (PINHEIRO, 2016).

No dia 15 de abril de 1821, sai às ruas o primeiro número do Conciliador, que traz como tema central das discussões a adesão do Maranhão à chamada “Regeneração Política Portuguesa”. Na ocasião, o impresso teve a preocupação de justificar as razões pelas quais o Governador Bernardo da Silveira não aderiu ao sistema quando recebeu ofícios do Pará, em 1º de janeiro de 1821, instigando-o a assim agir. (ARAÚJO, 2008, p. 46).

Dessa forma, o jornal foi feito para pautar a opinião pública, sendo uma forma de manter o governador no poder, que era um defensor da monarquia e tinha uma relação de fidelidade com a família real. Possuía características dos impressos da sua época, com um caráter opinativo, panfletário e que saía em defesa do pacto colonial, e da monarquia constitucional.

No início do século XIX, a imprensa que dominava era a opinativa ou ideológica, ou seja, a imprensa de partido. Esse tipo de jornalismo imperava em virtude do aumento crescente do nível de politização da população e, ao mesmo tempo, da falta de matéria-prima para a produção de notícias factuais, além do baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade. (MELO, 2005. p. 05).

O veículo abordava o cotidiano da cidade de São Luís e as questões políticas locais e nacionais. Um dos grandes acontecimentos do século XIX, a Independência do Brasil ganhou destaque devido, principalmente, a posição que o jornal tomava contra o novo regime. “O jornal *O Conciliador* abordava em suas páginas de forma recorrente o tema política e tem como fontes identificadas e citadas as autoridades e políticos. As vozes silenciadas são os cidadãos sem cargos ou importância política, que não aparecem entre as fontes analisadas” (PINHEIRO, 2013, p. 09).

O periódico era um meio de comunicação da época e teve grande influência no imaginário social. O exemplo é a demora do Maranhão na adesão ao império de Dom Pedro I. Muitas vezes o jornal chegava a difamar o novo imperador, chamando de imaturo e rebelde, uma forma de deslegitimar o soberano. Em outros momentos exaltava D. João VI como o único rei do Brasil. Essa postura tem relação com os interesses políticos e econômicos do governador Pinto da Fonseca e da maior parte da elite maranhense que era formada por portugueses, seus descendentes ou de europeus que viviam na província. Em muitas edições, principalmente no ano de 1823, o jornal estimulava o medo dos maranhenses sobre o novo regime, como os de que eles iam perder tudo, suas propriedades e seriam obrigados a voltar para a Europa sem nada, além de convocar os maranhenses a se levantarem contra as tropas imperiais.

Sabendo disto, no próximo capítulo, será abordado o tema da escravização no Maranhão e como ocorria o comércio de escravizados por meio do jornal, além de compreender os discursos produzidos sobre os cativos.

CAPÍTULO III - COMERCIALIZAÇÃO DE ESCRAVIZADOS NO JORNAL

Como já mencionado, entende-se que os anúncios são fontes importantes para compreender a sociedade, pois trazem características do seu tempo histórico e informações sobre o cotidiano social. No *O Conciliador do Maranhão*, pode-se encontrar diversos textos como cartas, ofícios e abaixo assinados, anúncios de venda, compra, aluguel e leilão de escravizados. Os anúncios de venda de escravos representaram uma ótima fonte de renda para os jornais. Nessa parte da dissertação serão analisadas essas publicações para entender os discursos presentes nesses textos.

Entende-se que os anúncios possibilitam entender como era praticado o comércio de pessoas negras e o imaginário da sociedade sobre essas pessoas no período estudado. Apesar de parecidos, um olhar mais atento permite notar que cada um tem suas peculiaridades e apresentam vestígios do cotidiano escravista na província do Maranhão no início do século XIX.

Nesse sentido, o objetivo principal do capítulo é entender os discursos e representações feitas pelos senhores sobre os cativos, por meio dos anúncios de comercialização de escravizados no Maranhão, entendendo qual era a concepção que a sociedade maranhense do início do século XIX sobre a escravização e sobre os escravizados. Para situar o leitor, o próximo tópico discorre sobre como era praticada a escravização de pessoas negras e africanas no Maranhão.

3.1 Escravização no Maranhão

A escravização de pessoas negras vindas da África e de descendentes de africanos era baseada no trabalho forçado. Nesse sentido, para atender a demanda dos senhores do Maranhão por mão de obra, foram trazidos milhares de africanos. Além das plantações de algodão, arroz e cana de açúcar, os escravizados trabalhavam também nas ruas das cidades, como escravos de ganho, de aluguel ou na casa dos senhores, desempenhando os serviços domésticos.

Os escravizados serviam para garantir a funcionalidade da vida cotidiana, nas vilas e cidades, fazendo tarefas domésticas, como amas-de-leite, conduzindo carroças, transportando mercadorias, abastecendo as casas senhoriais de água e capim, etc. Os escravizados foram fundamentais no dia-a-dia das cidades e essenciais para manutenção da economia das províncias (SANTOS, 2015).

Segundo Pereira (2006), os cativos trabalhavam nas diferentes etapas que caracterizam o processo de produção de mercadorias como arroz, algodão e açúcar, em estado bruto para a exportação, mas também em atividades como a construção civil, atividade doméstica, portuária e o comércio informal de alimentos, entre outros. Os cativos trabalhavam em média 15 horas por dia, sob a vigilância do chicote do feitor. Quando desobedeciam às ordens, sofriam castigos como: chicotadas, queimaduras, prisões etc. A rebeldia escrava vinha por meio da fuga, formação de quilombos e das insurreições. Um exemplo da violência que os escravizados passavam no século XIX pode ser visto na baixa expectativa deles.

Eles eram submetidos à condição de propriedade, passível de ser leiloado, vendido, comprado, trocado, doado e legado. Estavam submetidos ao domínio de seus senhores e trabalhavam nas mais diversas ocupações, sendo a principal mão de obra utilizada no Maranhão no século XIX. Isso pode ser percebido no *O Conciliador do Maranhão*. Na publicação de 09 de março de 1822 verifica-se a dependência da mão de obra escrava, pois o proprietário reclama da falta dessa modalidade de trabalho para cultivar nas sesmarias³.

Considerando quanto convém, ao Brasil em geral, e esta Província em particular, que haja uma nova Legislação sobre as chamadas Sesmarias, que sem aumentar a Agricultura, como se pretendia antes, tem estreitado, e dificultado a Provocação progressiva, e unida; por tanto a Sesmaria a de seis, oito, e mais lego-as quadradas, possuídas por homens sem cabedais, e sem escravos, que não só as não cultivam, mas nem se quer as vendem e repartem. por quem melhor as saiba a aproveitar; originando-se daqui que as Povoações do sertão se acham muito espalhadas, e isoladas por causa dos imensos terrenos de permeio, que se não podem repartir e cultivar por serem Sesmarias; seguindo-se também daqui vivei- a Gente do Campo dispersa, e como feras no meio de brenhas e matos com sumo prejuízo da administração da justiça, e da civilização do País: parece-nos por todas estas razões, muito. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 69, 09 mar. 1822, p. 03).

Outra publicação no jornal que exemplifica isso é a de 19 de março de 1823, que relata a dificuldade de o pequeno produtor cultivar nas sesmarias no sertão:

Quanto à medida apontada de aforar em vez de dar as terras, é isso utilíssimo além de justo e político ; todo aquele que não acha sesmarias ou por já terem sido dadas, ou por estarem muito longe em um sertão, e obrigado se quer lavrar a terra, ou a comprar, ou a fora-las para plantar em quanto quiser : no 1.º caso precisa empatar um grande capital, mas no 2.c acha as terras por um módico juro, que não é a arbítrio do usurário, ou do rico proprietário, que sem trabalho quer muito dinheiro para a sua ostentação : assim fica mais barata a produção, e muito fácil o ser agricultor, por isso que já se não precisão como até agora grandes fundos para o ser. Se por exemplo hei-me comprar umas terias por cinco mil cruzados, e dez ou quinze escravos por outros cinco, para depois fazer plantações e colheitas que paguem este capital e' juros ; tenho tudo isso pela simples importância de 20, 40, 80, ou 100.000 rs. anonas que eu pago de foro e

³Lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de lavrar terrenos incultos e povoar o território (DINIZ, 2005).

jornal, e fico-me com o resto para emprego dos maquinismos e utensílios necessários a uma boa colheita, e agronomia. (*O Conciliador do Maranhão*, 19 de março, 1823).

Com uma economia baseada na produção de produtos agrícolas para a exportação, o Maranhão dependia de muitos cativos africanos para atender às necessidades dos senhores de escravizados nas plantações de monoculturas como cana de açúcar, algodão e arroz. Costa (2018) explica como foi a escravização de pessoas negras no Maranhão:

Entre a ascensão da economia do algodão e a abolição do cativo, a escravidão de negros africanos e de seus descendentes foi fator estruturante da economia e da sociedade do Norte do Maranhão. Com destaque para sua utilização nas fazendas de algodão, açúcar, arroz, na criação de gado e em obras e serviços dos centros urbanos, os negros escravizados se concentraram em São Luís, Alcântara, Caxias, nos vales dos rios Itapecuru e Mearim e no litoral e baixada ocidentais, contribuindo decisivamente, inclusive, para o funcionamento do mercado interno (COSTA, 2018, p. 251).

No cativo, os escravizados viviam em lugares insalubres, recebiam uma péssima alimentação e eram presos por correntes, sofriam castigos físicos e ficavam exaustos das longas horas trabalhadas. Essas situações faziam com que os cativos tivessem uma baixa expectativa de vida. Nas lavouras, trabalhavam até a exaustão e a alimentação recebida era carente de nutrientes. De acordo com Jesus (2016), a dieta do escravo limitava-se a três ou quatro sardinhas por dia e a grande massa de angu de farinha. Não era fornecido a eles alimentos como leite, manteiga, legumes, verduras ou frutas, que podiam garantir o bom funcionamento e desempenho no trabalho e qualidade de vida.

A respeito do trabalho escravo em área urbana, vale salientar que foi mais dinâmico na cidade de São Luís, a capital da Província, e um grande entreposto comercial e portuário. Nela, os inúmeros trabalhadores escravos, na condição de ganhadores ou de aluguel, praticavam as mais diversas atividades. Os homens, entre outras, as de marinheiros, carregadores, estivadores, oficiais da construção civil, de marcenaria, de barbearia. As mulheres, por sua vez, ocupavam-se de serviços domésticos (como cozinhar, lavar e passar), do comércio informal de alimentos (peixes, vísceras de gado, frutas, doces) e de outros artigos. Cabe observar que ainda eram parteiras e amas-de-leite, sobretudo de filhos dos que constituíam as classes dominantes. (PEREIRA, 2006, p. 35).

Muitos cativos trabalhavam no porto de São Luís como marinheiros em pequenas embarcações, transportando pessoas ou mercadorias; carregando ou descarregando os navios aportados, ganhando dinheiro para os seus donos e para si. Dessa forma, os cativos faziam parte do cenário urbano de São Luís, presentes nas casas dos senhores, na rua, vendendo, negociando, trabalhando como carregadores, capinadores, tropeiros, carroceiros, pedreiros, mensageiros, operários e lutando pela sobrevivência.

A história da escravidão no Maranhão está relacionada diretamente a situação econômica da capitania, que com o seu apogeu econômico necessitou de uma grande quantidade de mão de obra para as lavouras principalmente de algodão. Mas como vamos ver nos próximos tópicos deste capítulo, os cativos no Maranhão eram utilizados em várias atividades e funções, não somente nas lavouras e fazendas, nas casas dos senhores e nas ruas. No próximo tópico pode-se perceber isso nos anúncios de venda de cativos.

3.2 Análises dos anúncios de vendas de escravizados no jornal *O Conciliador do Maranhão*.

Essa dissertação tem como um dos objetivos analisar os anúncios de venda e compra de escravizados no Maranhão, por meio do jornal *Conciliador do Maranhão*. Foram analisados cerca de 17 anúncios de venda de cativos.

Esses anúncios são importantes para entender qual era a concepção de um escravo ideal e como esses senhores representavam os cativos. Assim, podemos perceber qual tipo de cativo mais interessava, bem como quais as funções mais requisitadas para homens e mulheres. “Nos anúncios de jornais, os escravos brasileiros eram comprados, vendidos, leiloados, alugados, hipotecados, emprestados, doados, transmitidos em herança e até mesmo trocados um pelo outro, em um sistema de escambo” (GOMES, 2022, p. 21).

Os anúncios trazem características dos cativos como: nome, idade, cor, sexo, profissão, estatura e características físicas. Também vinham as estratégias de venda quando os senhores destacam as qualidades dos cativos, os bons preços e as facilidades de pagamento. O preço quase nunca é mencionado, mas traz as facilidades na negociação, sendo que vinham muitas vezes o nome dos proprietários e o local de compra, que podia ser no caso do “dono” do cativo, ou na própria tipografia. Segundo Gomes (2021), no século XVIII, a compra e a venda de cativos era uma atividade comum e banal por todo o Brasil. Freyre (2012) explica como eram os anúncios de escravizados no século XIX:

Nos anúncios de escravos de jornais brasileiros do século XIX, percebe-se a valorização dos escravos de tipo físico e de características culturais mais semelhantes aos da população culturalmente dominante. Pelo menos quando eram escravos destinados ao serviço doméstico: a pajens e mucamas, sobretudo. É evidente que, tratando-se de escravos destinados ao serviço agrário ou ao agropastoril, os preferidos eram os que representassem principalmente força ou vigor para o trabalho físico, independente de seus traços físicos ou de seus características culturais se assemelharem aos da população culturalmente dominante. (FREYRE, 2012, p. 36).

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), no século XVIII, São Luís se tornou um centro importante de venda de africanos para toda a região amazônica. Muitos dos africanos desembarcados na cidade eram trazidos diretamente da África, mas, no início do século XIX, muitos outros vinham do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará. Uma vez escolhido o escravo, o vendedor e comprador discutiam preços e condições de venda. Caso não tivesse doenças, o homem adulto normalmente era vendido por preço mais alto do que mulheres e crianças menores de dez anos.

A pintura abaixo é da venda de africanos recém-chegados ao Brasil *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1827/1835, Johann Moritz Rugendas. Bridgeman Images/Keystone Brasil.

Figura 6- Venda de africanos recém-chegados ao Brasil.



Fonte: (GOMES, 2019).

No anúncio de José dos Reis Brito⁴, de 05 de janeiro de 1822, em que ele afirma estar de mudança para Portugal, havia a pretensão de vender seus estabelecimentos rurais, junto com uma grande quantidade de 170 escravizados e todos os equipamentos. Cabe realçar que muitos senhores portugueses, em 1822, estavam de mudança para Portugal devido ao medo da Independência do Brasil. Nota-se isso em alguns anúncios.

Além dos cativos, o senhor estava vendendo também uma fazenda de duas léguas, com 10 escravizados e gado, sendo o anúncio de venda de negros para o trabalho no campo em fazendas e plantações algo comum. Uma questão que merece atenção é que o senhor José dos

⁴ Era um militar e negociante na Praça de São Luís no início do século XIX, foi proprietário de embarcações e mantinha negócios em Portugal (CUTRIM, 2021).

Reis Brito estava vendendo os escravizados juntos com a fazenda e animais, como gado. Verifica-se que o senhor dava a mesma importância para escravizados e animais, ambos como se fossem parte da propriedade e que os senhores podiam se desfazer a qualquer momento.

José do Reis e Brito Negociante desta Praça, e lavrador faz saber que tencionando retirar-se a Portugal pretende vender os seus Estabelecimentos Rurais. Consistentes em uma Fazenda com 170 Escravos. 4 léguas ele Terra, na Cachoeira Grande. E todos os acessórios relativos; assim como huna Fazenda de Gado, em duas léguas de Terra descritos no Jgurá; uma Canoa grande com 10 escravos qualquer pessoa que quiser comprar pode se dirigir-se a casa da sua residência, onde saberá valores, e condições (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 51, 05 jan. 1822, p. 06).

No anúncio de Manoel Joaquim de Mendonça, publicado no dia 30 de janeiro de 1822, vende dois escravizados: um com ofícios de marceneiro e outro de serrador. Verifica-se que o anunciante destaca as qualidades profissionais dos cativos a venda, pois os escravizados que possuíam especialidades eram mais valorizados no momento da venda. Outro detalhe é a localização da residência do proprietário, no Lago do Palácio: “Quem quiser comprar alguns escravos, uns do ofício de marceneiro e outros serradores, fale com Manoel Joaquim de Mendonça, morador no Largo do Palácio” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 58, 30 jan. 1822, p. 04).

Já o anúncio de Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira, um capitão e comerciante de São Luís, publicado no dia 11 de maio de 1822, havia a venda de três escravizados homens e duas mulheres, um mulato com ofício de marceneiro, um negro carpinteiro e um sem ofício, além de duas escravas negras lavadeiras, uma cozinheira e a outra engomadeira que tem um filho. Esse anúncio trazia as habilidades profissionais dos cativos e das mulheres negras que desempenhavam o serviço doméstico. “Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira tem para vender “dois mulatos oficiais de marceneiro, um negro campina, outro negro sem ofício duas negras boas lavadeiras, e outra negra costureira e engomadeira com uma cria” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 97, 11 mai. 1822, p. 06).

Como se pode ver, os anúncios de vendas não traziam o nome dos vendidos, somente o do proprietário, pois era o que interessava na hora da venda. Para se referir ao cativo à venda, os senhores utilizavam as palavras negros, negras, “mulato”, “crioulos” e “escravos”. No anúncio acima, o senhor destaca as qualidades consideradas positivas, como habilidades profissionais, já que algumas profissões são mais valorizadas.

Em outro anúncio de Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira, do dia 18 de maio, 1822, ele vende um escravizado com o ofício de Lambiqueiro⁵. Manoel também comercializa uma escrava que era padeira, lavadeira, engomadeira e conserveira, que era a arte da pastelaria, da produção de biscoitos e de fazer conserva. Percebe-se que diversas cativas africanas possuíam muitas habilidades na cozinha, na produção de quitutes e conservas. Pereira (2021) explica que os escravos de ganho geralmente não tinham um ofício e por isso realizavam qualquer tarefa que fossem mandados. Assim, a renda que conseguia tinha que dar a maior parte para os seus senhores e com a pequena parte que ficavam eles compravam comida, roupas, alugavam moradia e até compravam sua liberdade por meio da carta de alforria.

Nota-se ainda que era comum que essas mulheres fossem utilizadas na venda desses produtos nas ruas de São Luís. “Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira, tem para vender um negro bom Lambiqueiro; e uma negra *conserveira*, padeira, lavadeira e também engoma” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 89, 18 mai. 1822, p. 06).

Na edição de 25 de maio de 1822, Manoel Joaquim Ferreira da Costa afirma facilitar a venda, dizendo que o negócio seria favorável ao comprador. Pede aos interessados para que falem com o Capitão Antônio José de Carvalho, um conhecido político e militar da província. A proposta se refere a uma Quinta⁶ na Bacanga⁷, uma grande propriedade rural, de quatro léguas, com uma mata, localizada na parte oeste da cidade de São Luís, perto do Rio Grajaú. Novamente, a venda é feita junto com escravizados e uma igarité⁸, demonstrando mais uma vez que os senhores tratavam os escravizados como objetos.

Quem quiser comprar as seguintes propriedades pertencentes a Manoel Joaquim Ferreira da Costa, dirija-se ao Capitão do Regimento de Linha Antônio José de Carvalho, que está autorizado por o Proprietário para tratar do ajuste, que será favorável ao comprador. Uma quinta na Bacanga com escravos, e um Igarité. Cinco quartos de léguas quadrados com boas matas, no Rio Grajaú. (*Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 91, 25 mai. 1822, p. 06).

No próximo anúncio, de 20 de julho de 1822, Caetano José da Cunha vendia escravos mulatos⁹, que eram os selecionados pelos senhores para trabalharem nas casas, pois possuíam a pele mais clara que os retintos. Cabe ponderar que esse era o ambiente em que, provavelmente,

⁵ Que trabalha em um alambique, responsável por todos o processo de alambicar e na produção e destilação de bebidas alcoólicas (GARCIA, 2012).

⁶ Quinta é uma propriedade rural de grandes dimensões, normalmente com casa de habitação, podendo ter, ou não, casa de habitação. (PINHO, 2012).

⁷ O rio Bacanga nasce na cidade de São Luís, Maranhão e possui 9500 km. (REIS, 2005).

⁸ embarcações de grande porte. (LIMA, 2021).

⁹ termos oficiais para designar os mestiços de origem africana e europeia. (MIRANDA, 2010).

os senhores tinham uma maior convivência com os escravizados e que essa pode ser a motivação da predileção. Os cativos mencionados possuíam os ofícios de boleiro, alfaiate, carpinteiro, serradores e as mulheres negras engomavam, cozinhavam, bordavam. O senhor também vendia três escravizados da Nação Mina¹⁰.

O termo mina era usado para designar todos os cativos oriundos de diversos reinos, vilas e grupos étnicos da região. Pouco a pouco, a Costa da Mina passou a abranger, de forma mais precisa, a Costa dos Escravos, isto é, a costa a sotavento do Castelo de São Jorge, que se estendia do delta do rio Volta, em Gana, até a desembocadura do rio Níger, na Nigéria. E mina indicava então quase todos os povos da Baía do Benim, no que hoje corresponde a três países: Togo, Benim e Nigéria (FARIAS, 2013, p. 15).

Pelos ofícios mencionados pelo senhor, entende-se que os escravizados trabalhavam na casa em funções domésticas e artesanais. Para facilitar o negócio, o proprietário dava a opção da venda à vista ou a prazo em letras endossadas¹¹. O anúncio afirma que os escravizados eram da nação Mina. Segundo Pinheiro (2007), o tráfico negreiro no Maranhão teve um envio regular de escravos para as fazendas do interior. Assim, africanos de várias nações como Bissau, Cacheu, Angola, Guiné, Cabo Verde, Serra Leoa e Costa da Mina, Costa do Marfim, Costa do Ouro, Costa dos Escravos, ilhas de São Tomé e Príncipe.

O proprietário morava no bairro da Praia Grande¹² e estava de mudança, provavelmente para Portugal, situação que motivou a venda. A Praia Grande era considerada uma área de luxo em São Luís, onde conviviam pessoas ricas e pobres; escravizados e livres; brancos, mulatos, preto e onde ocorriam múltiplas relações, comerciais, afetivas, amorosas ou de grande conflito.

Nas Casas de Caetano José da Cunha citas na Rua Da Praia-Grande N.05 tem escravos para vender, de Ofícios, como Carpinteiros, Serradores, e negros dê todo o serviço; a um Mulato Boleiro e Alfaiate; tem Negras que sabem bem engomar, e cozer alguma coisa, entre as quais tem uma que borda, e outra cozinheira, três Escravos novos Minas. Estes Escravos pertencem a uma Família que se retira com brevidade; são vendidos a dinheiro, ou a pequenos prazos em Letras endossadas por boas firmas. (*Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 107, 20 jul. 1822, p. 04).

Em 15 de janeiro de 1823, no *O Conciliador do Maranhão*, Luiz de Sequeira, que era cirurgião, anunciava a venda de uma escrava ama de leite. Nota-se que as mulheres escravas

¹⁰ “A expressão designava, [...] escravos e libertos africanos procedentes da costa ocidental, também chamada à época de Costa da Mina” (FARIAS, 2013, p. 15).

¹¹ Segundo Cutrim (2017), as letras endossadas eram documentos que demonstram o vínculo mais próximos entre negociantes e serviam para comprovar dívidas que na maioria das vezes, podiam ser pagas em até três meses. Na data de vencimento da letra era reclamada a liquidação da dívida ou era pedido da cobrança acrescida do lucro.

¹² O bairro da Praia Grande está localizado no Centro Histórico da Cidade de São Luís, onde está a maioria dos casarões do período colonial. (SANTOS, 2008).

aparecem em menor número nos anúncios e quando aparecem é normalmente para desempenhar funções domésticas ou de amas de leite¹³. Lima (2010), explica alguns motivos das fugas de mulheres escravizadas eram menores do que a de homens cativos:

As razões para o baixo número de fugas de escravas podem estar relacionadas com a construção de outras formas de resistência ou devido à sua condição de mulher e mãe. A maternidade – mesmo que por pouco tempo, pois seu senhor poderia vender seus filhos – tendia a reduzir a disposição de fuga entre as mulheres. Em alguns casos, a escrava esperava que seus filhos tivessem condições de acompanhá-la para, então, empreender a fuga (LIMA, 2010, p. 206).

Como visto no anúncio acima, percebe-se que as mulheres escravas aparecem normalmente em funções ligadas aos serviços domésticos. Um exemplo era as amas de leite que amamentavam e cuidavam dos filhos dos senhores, sendo que muitas eram separadas dos seus próprios filhos para cuidarem dos filhos dos senhores brancos.

No anúncio de Manoel Antônio de Jesus, em 15 de fevereiro de 1823, é vendida uma fábrica de padaria e, com ela, nove escravizados. Fica explícito a objetificação e negação da humanidade dos cativos, que não tinham direitos, pois eram considerados juridicamente uma coisa e não pessoa:

Tratados como mercadoria qualquer, homens e mulheres escravizados eram comprados, vendidos, leiloados, emprestados, hipotecados, deixados como herança, marcados a ferro quente, retalhados, quebrados, perfurados, chicoteados, atados a troncos e ferros, presos com argolas e correntes (GOMES, 2022, p. 61).

A condição de objeto em que os cativos eram tratados pode ser visto também no anúncio de Manoel Antônio de Jesus, em 15 de fevereiro de 1823, dono de uma fábrica, que a vende junto com os escravizados como se os cativos fossem objetos ou maquinário que faziam parte da fábrica. O empreendimento era localizado na Rua do Giz, que hoje se chama Rua 28 de Julho, em referência a data de adesão do Maranhão à Independência do Brasil.

Quem quiser comprar o trespasse de uma fábrica de padaria com todos os seus pertences, e nove escravos pertencentes à mesma fábrica, cita na Rua do Giz pegado às casas de Manoel Joao Corrêa, quem pretender falará com seu dono Manoel Antônio de Jesus, residente na mesma (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 167, 15 fev. 1823, p. 04).

Em outro anúncio, de 12 de março de 1823, José Luiz de Lavor, facilita a venda do cativo por meio do parcelamento do pagamento, destaca as qualidades dos escravizados, que

¹³Negra que amamenta criança do senhor de escravo (SILVA, 2021).

possui o ofício de barbeiro, cabeleireiro, tocador de flauta e instrumentos de sopro, cozinheiro e boleiro. A juventude é mencionada como um atributo, expressa na palavra “moços”. É destacado ainda que os cativos não tinham “vícios”, algo importante, pois muitos eram viciados em bebidas alcoólicas e tabaco, sendo a embriaguez um dos principais motivos das prisões. Essas características eram valorizadas na hora da compra e da venda. Dessa forma, percebe-se que, por meio dos anúncios, pode-se conhecer os aspectos físicos, habilidades, ofícios e personalidade dos escravizados.

Os anúncios detalhavam o tipo ideal de escravizado destacando adjetivos segundo a aparência física, morais e bons costumes, o que mostrava uma “mercadoria” de boa qualidade. Os obedientes, que não fugiam e não rebatiam aos maus tratos, também eram valorizados. Outras qualidades eram não brigar na rua e não andar fora do horário permitido. (PEREIRA, 2006).

Cabe pontuar que os escravizados trabalhavam como músicos, pintores e escultores, sendo os artistas negros os mais procurados. Isso é notório no anúncio de José Luiz de Lavor. “Quem quiser comprar dos escravizados, um barbeiro, cabeleireiro, e tocador de flauta, e outros instrumentos de sopro; outro cozinheiro, e boleiro; ambos moços, e sem vícios, fale com José Luiz de Lavor, morador da rua do Sol, nesta Cidade” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 174, 12 Mar. 1823, p. 06).

A publicação de José Maria Faria de Mattos¹⁴, de 19 de março de 1823, exigia que o escravizado não fosse de Pernambuco. “Quem quiser vender um escravo oficial de pedreiro, não sendo de Pernambuco, e nem por lá tenha parado, fale com José Maria Faria de Mattos” (*O CONCILIADOR*. n. 176. 1823).

Segundo Galves (2020), o tenente Faria de Mattos era uma pessoa muito conhecida na política da província. Era um comerciante vinculado ao Corpo de Comércio, que dera apoio a Pinto da Fonseca em 1821. Faria de Mattos era tenente da 1.^a Companhia de Cavalaria Franca de São Luís, agrupamento que resistiu, até julho de 1823, à incorporação do Maranhão ao Império do Brasil. Com a independência, foi um dos portugueses expulsos pela junta de governo, sob a acusação de ser nocivo à província.

Ao analisar os possíveis motivos, infere-se que provavelmente é devido aos escravizados daquela região serem rotulados por causa de lutas e resistência. Outra explicação era que os escravizados de Pernambuco tinham um sentimento de orgulho que pode estar

¹⁴ Foi tenente da 1ª Companhia de Cavalaria Franca da cidade de São Luís (GALVES, 2015).

relacionado ao melhor tratamento dado pelos senhores de escravizados daquela província, já os cativos na província do Maranhão eram maltratados e tinham uma má alimentação. Como explica Freyre (2012):

Os proprietários de terras em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro sucederem em geral a avós e bisavós já lordes, estabelecidos na terra por mais de duas gerações, alguns de fortuna em declínio. Não tinham as ânsias de lucro dos donos das minas nem os afligiam, em tempo de safra, os mesmos aperreios que aos senhores das engenhocas do Maranhão e do Pará. (FREYRE, 2012, p. 64).

Outra explicação era que Pernambuco era uma província de escravizados rebelde, como se pode ver em outro texto do *O Conciliador do Maranhão* fala sobre um levante negro nesta província, assim infere-se que além do medo dos maranhenses, havia uma rixa, pois o estado aderiu a independência. “Pernambuco foi, constantemente, representado com o exemplo maior da desordem e anarquia. Essa imagem contrastava com o ambiente de paz e sossego em que eram representados o Maranhão e o Pará” (ARAÚJO, 2008, p. 110).

Quando findarão as desordens em que existe a Província de Pernambuco?... Algum tempo ainda havia quem respondesse a esta pergunta, [...] porque ainda continua ali a anarquia, e cada vez toma um aspecto mais terrível?... O que a isto respondem os nossos mui amados, e prudente contrerrâneos, não é possível saber, [...] é, porém, de crer: que será mais fácil construir uma ponte desde Pernambuco até a Costa de Guiné, do que reduzir aquela miserável Província a um estado social sem que se empregue a força mais enérgica. Ali a desordem já não é entre Constitucionais, e Independentes: nem entre Europeus e Brasileiros; mas sim entre a populaça de cor, e os bancos de qualquer naturalidade, que aqueles inóspitos e bárbaros cafres pretendem exterminar, tendo à sua frente o frenético Pedroso, branco por erro da natureza, e negro por adopção (O CONCILIADOR, nº 175, 1823).

Um exemplo de como Pernambuco tinha tendências republicanas foi a Junta Governativa de Goiana. Segundo Sorgine (2005), a junta foi responsável pela deposição do então governador Luís do Rego Barreto e expulsão dos exércitos portugueses do território pernambucano. Outro exemplo foi a Revolução Pernambucana, um movimento de caráter liberal e republicano de 1817. Esse movimento teve influência das ideias iluministas, contra o absolutismo monárquico português. Como um desdobramento dessa revolução, ocorreu em 1824 o movimento Confederação do Equador, movimento revolucionário de caráter republicano e separatista que se alastrou para outras províncias do Nordeste do Brasil. Esses eventos mostram como Pernambuco era considerada rebelde para outras províncias conservadoras, como a do Maranhão e mostra também que o Brasil no período não era uma porção de terra homogêneo, havia características e concepções diferentes ideológicas nas mais diversas regiões do Brasil.

A publicação comercial de Antônio da Cunha Gonçalves Affonso, de 23 de abril de 1823, detalha a origem do escravizado com o termo nação Mina, que é para identificar grupo de pessoas ou etnia. O cativo à venda era um jovem de 24 anos, que tinha a profissão de carapina. “Vende-se negro carapina de idade de 24 anos, pouco mais ou menos, de Nação Mina; quem o quiser comprar vá à loja de Antônio da Cunha Gonçalves Afonso, e lá se lhe dirá quem o vende” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 186, 23 abr. 1823, p. 06).

No anúncio de 18 de junho de 1823, Manoel Duarte Godinho, dono de uma botica¹⁵, localizada na Rua da Viola, que hoje se chama Rua José Bonifácio, vende um cozinheiro, uma costureira engomadeira e cozinheira, uma mulata jovem de 25 anos, que costura, engoma, faz renda e vestidos, além de cozinhar e bordar. Os cativos com ofícios eram os mais procurados para trabalharem nas casas dos senhores, conforme pode ser notado na publicação:

Quem quiser comprar um Negro cozinheiro e uma negra costureira engomadeira e cozinheira, dirija-se a Botica de Manoel Duarte Godinho aonde saberá a pessoa a quem se deve dirigir. Em casa de Bernardo Pereira de Souza, na rua das violas N. 11, ha pura vender farinha da terra pelo preço corrente. Quem quiser comprar uma mulata de idade de 22 anos, muito boa costureira, engomadeira, rendeira; faz muito bem vestidos, cozinha e borda de branco alguma cousa, veste muito bem uma Snra. &c. dirija-se; a Botica aonde se distribuo; a Gazeta, e lá saberá de quem é. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 202, 18 jun. 1823, p. 04).

No quadro abaixo, traz informações sobre os anúncios de venda de cativos no *Conciliador do Maranhão*. Os proprietários encontrados são José do Reis e Brito, Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira, Caetano José da Cunha, Manoel Joao Corrêa, José Luiz de Lavor, Manoel Duarte Godinho, Manoel Duarte Godinho e Bernardo Pereira de Souza. Os locais de negociação eram normalmente na casa dos proprietários dos cativos, como a rua da Praia Grande, na rua do Giz e rua das Violas, normalmente no centro histórico de São Luís.

As qualidades mais comuns exigidas pelos compradores eram ser jovens e sem vício. Entre os ofícios e profissionais procurados aparecem lambiqueiro, conserveiro, padeiro, lavadeira, engomadeira, carpinteiros, serrador, boleiro, alfaiate, barbeiro, cabeleireiro, tocador de flauta, e instrumentos de sopro, cozinheiro, costureira. Foram ofertados cerca de 195 cativos no jornal entre os anos de 1821 a 1823.

¹⁵ Estabelecimento, em que se preparam e vendem medicamentos; farmácia (DEL CORRAL, D.; SANTOS, F, 2009).

Quadro 4– Venda de escravizados.

Nome do proprietário	Lugares de venda	Qualidades do cativo	Profissões dos cativos	Quantidade
José do Reis e Brito	casa da sua residência,	Não especificou	Não especificou	180
Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira	Não especificou	Não especificou	Lambiqueiro	01
Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira	Não especificou	Não especificou	Conserveira, padeira, lavadeira e também engoma	01
Caetano José da Cunha	Nas Casas de citas na Rua Da Praia-Grande.	Não especificou	Ofícios, como Carpinteiros, Serradores, e negros dê todo o serviço. Boleiro e Alfaiate	04
Caetano José da Cunha	Nas Casas de citas na Rua Da Praia-Grande.	Não especificou	Engomar, e cozer alguma coisa, entre as quais tem uma que borda, e outra cozinheira	01
Manoel Joao Corrêa	na Rua do Giz	Não especificou	Não especificou	01
José Luiz de Lavor	morador da rua do Sol.	ambos moços, e sem vício	um barbeiro, cabeleireiro, e tocador de flauta, e outros instrumentos de sopro, outro cozinheiro, e boleiro	03
Manoel Duarte Godinho	Botica	Não especificou	Cozinheiro	01
Manoel Duarte Godinho	Botica	Não especificou	Costureira engomadeira e cozinheira	02
Bernardo Pereira de Souza	rua das violas.	Não especificou	Costureira, engomadeira, rendeira; faz muito bem vestidos, cozinha e borda de branco alguma cousa, veste muito bem uma Snra	01

Fonte: Autor (2022).

Assim, pode-se perceber que os anúncios de venda de escravizados trazem as estratégias utilizadas pelos de exaltar as qualidades dos cativos como ser jovens, sadios e sem vícios. Conforme a tabela, os negócios ocorriam principalmente na casa dos vendedores. Nesses anúncios, os senhores colocavam seus nomes e a forma de como chegar até eles para fazer negócio. As profissões e ofícios eram os mais diversos como para os homens ser: barbeiros, cabeleireiros, tocador de flauta, cozinheiro, padeiro, boleiro, alfaiate, carpinteiro, serrador, sapateiros, pedreiros, lambiqueiro, ferreiros, marceneiro, barbeiros e atividades relacionadas ao campo e a lavoura. Já para as mulheres percebe-se as profissões mais ligadas aos cuidados domésticos, como costureira, engomadeira, rendeira; cozinheira, bordadeira, conserveira, padeira, ama de leite e lavadeira. “As mulheres desempenhavam inúmeras atividades, entre outras, as de amas-de-leite, cozinheiras, engomadeiras, quitandeiras, vendedoras de peixe, de vísceras de gado, de aves, de doces e frutas em bancas e tabuleiros” (PEREIRA, 2006 p. 42). Araújo (2014) menciona outras modalidades comuns para as mulheres:

Nos mercados existiam as negras vendedoras, as quitadeiras que possuíam tão somente o seu tabuleiro onde expunham suas mercadorias; havia, também, os escravos de aluguel “domésticos, trabalhadores, amas de leite, lavadeiras, mucamas, cozinheiros”. Artesãos, pequenos comerciantes, os que não podiam comprar escravos e se utilizavam dos escravos de aluguel, ou os escravos de ganho que geralmente faziam todo tipo de serviço (ARAÚJO, 2014, p. 70).

As cativas negras trabalhavam nos sobrados urbanos como domésticas, cozinheiras, amas secas, amas-de-leite, limpavam, arrumavam, lavavam, engomavam e cuidavam das crianças. Elas eram também utilizadas como escrava de ganho vendendo doces, mingaus, bolos, caldo de cana, caruru e outras receitas africanas. Havia ainda nas cidades portuárias e mineradoras, a exploração do trabalho feminino nos prostíbulos. Albuquerque e Fraga Filho (2006) explicam como as escravas de ganho trabalhavam nas cidades:

As escravas eram utilizadas também no serviço de vendagem de doces, mingaus, bolos, caldo de cana, caruru e outras receitas africanas. As quitadeiras e ganhadeiras enchiam as ruas com suas maneiras características de cativar os fregueses. Elas muitas vezes levavam para as ruas os filhos pequenos presos às costas ou, quando mais crescidos, mantinham-nos próximos aos locais em que trabalhavam. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 83).

No próximo tópico serão analisados os anúncios de aluguel de escravizados. Foram analisadas quatro publicações, principalmente para as obras públicas. O aluguel de cativos era uma das práticas comuns de comercialização de cativos no século XIX, que transferia temporariamente a propriedade do cativo para outro senhor em troca de pagamento. Era uma forma do proprietário obter lucro com o trabalho do seu cativo.

3.3 Aluguel de escravizados no Maranhão

O comércio de escravizados era muito ativo no início do século XIX. No Maranhão, os senhores vendiam, compravam e leiloavam os cativos como se fossem objetos. Mas uma das formas de ganhar dinheiro com essa modalidade de trabalho era o aluguel. Segundo Pereira (2006), um escravizado podia render ao seu proprietário uma diária entre 200 a 1.400 réis, dependendo do nível de sua especialização.

Essa era uma prática comum, onde o cativo era cedido para outra pessoa em troca de pagamento. Em muitos casos, os senhores alugavam para o governo local para a construção de estradas, praças, fontes, pontes, canais, iluminação pública, limpeza de praias e logradouros.

Os escravos de aluguel faziam parte do cenário econômico de São Luís. Eles proporcionavam uma renda constante ao seu senhor, ao prestar serviços a terceiros durante um determinado período. Normalmente, o cativo alugado possuía algum ofício ou profissão ligada à construção civil como serralheiro, pedreiro, carpinteiro etc. Por isso, eram requisitados para trabalharem em obras públicas.

Durante todo o período escravista, os cativos foram, de fato, tratados como mercadoria, uma propriedade que podia ser leiloada, comprada, vendida, emprestada, doada, penhorada, oferecida como garantia de empréstimos e depósito judicial ou transmitida como herança. A disciplina de trabalho era mantida sob a ameaça do chicote. A expectativa de vida era curta devido à alta mortalidade provocada por doenças. Sequer a própria sexualidade lhes pertencia. A reprodução nas senzalas era considerada prerrogativa dos senhores, que, frequentemente, assediavam sexualmente as escravas. (GOMES, 2021, p. 275).

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), os escravos de aluguel, exerciam seus serviços na rua. Muitas vezes moravam fora da casa do senhor. Geralmente habitavam os sótãos ou os subsolos dos sobrados, chamados lojas. Muitos residiam em grandes sobrados localizados nos centros das cidades, espaços abandonados pelas elites, sublocando pequenos cubículos, dividindo-os com parceiros de trabalho, com libertos ou com suas mulheres. Essas habitações conhecidas como cortiços reuniam pessoas de condições diversas, escravos, libertos e livres. No século XIX, estes locais eram vigiados permanentemente pelas autoridades policiais.

O aluguel de cativos pode ser visto em uma carta publicada no *Conciliador do Maranhão*, no dia 08 de março de 1823. O autor não é identificado, mas a carta está na seção Bahia, no extrato do semanário cívico. A carta comenta que pequenos lavradores têm que mandar seus poucos escravizados para a construção de obras públicas. Nessas obras, muitos fugiam por causa da fome e dos castigos sofridos. O autor da publicação fica assombrado com a presença de homens brancos trabalhando junto com os escravizados. Isso ocorria quando os pobres lavradores não tinham escravizados para enviar para essas obras e eram obrigados a eles mesmos irem ou mandar seus próprios filhos.

Segundo o autor do texto, os homens brancos nessas obras sofriam maus tratos parecidos com os escravizados e também tinham cicatrizes de chicotes. Mais adiante, ele diz que isso era uma imagem do “inferno”. Observa-se, na publicação, que representa a visão de grande parte da sociedade do período, o choque para as condições de maus tratos quando se tratava de homens brancos livres, mas não tinham a mesma visão em relação aos escravizados, que eram obrigados a trabalharem em situações, na maioria das vezes, piores que essa.

Estão-se construindo redutos em diversos pontos, como seja Sepeliva, Pedregulho, Campinho, e Tijuca, são os pobres Lavradores obrigados para, estes trabalhos a mandarem os seus escravos, á ,proporção dos que possuem ; e como nestas obras o que há é só fome, e chicote, os escravos fogem, diariamente aos bandos ; obriga o os Senhores a mandarem outros para suprirem a falta daqueles, e quando não os tem vão eles, ou seus filhos, e sofrem o mesmo trato em tudo igual ao dos , escravos : tais são as ideias liberais destes zelosos, da filantropia. Os déspotas do Oriente não tratam com mais rigor os seus escravos: eu vi homens brancos nestes trabalhos com cicatrizes de vergalho, trabalhando no meio dos negros (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 173, 08 Mar. 1823, p. 06).

No próximo anúncio, de 14 de maio de 1823, a quantia paga é de 12.600 8 rs feita a Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira pelo aluguel de seu escravizado na obra da casa da junta. Esse relato consta nas despesas da Fazenda Nacional da Província do Maranhão, a cargo do Tesoureiro Geral Antônio Jose Saturnino das Mercês, no mês de abril de 1823. Os escravizados alugados para essas obras eram os qualificados, pedreiros, marceneiros, entre outros. “Pago a Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira, importância dos jornais do seu escravo Ivo Antônio, que trabalhou na obra da casa da Junta 12.600 8rs” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 192, 14 mai. 1823, p. 02).

Figura 7 - Escravos trabalhando em obras públicas.



Fonte: Albuquerque; Fraga Filho (2006).

No edital de 14 de agosto de 1822, o Brigadeiro do Exército Nacional e governador da província da Bahia Ignácio Luiz Madeira de Mello, que era fiel às cortes de Lisboa, afirmava

que é preciso de muita mão de obra para construir uma fortificação. Ele convida os donos de escravizados a mandarem seus cativos para obras de defesa:

Ignácio Luiz Madeira de Mello, Brigadeiro do Exército Nacional e Real, Governador das Armas da Província da Bahia. — Sendo preciso empregar muitas pessoas nas Obras de fortificação que vão a construir-se em alguns lugares desta Cidade, convido os Amigos da Nação e do Sistema Constitucional para que desde amanhã em diante mandem os seus escravos a trabalhar nas ditas Obras, para o que deverão apresentar-se às 5 horas e meia da manhã nos Fortes do Barbalho e S. Pedro aos Oficiais Engenheiros encarregados dos mesmos trabalhos. Quartel General da Bahia 9 de julho de 1922. — Ignácio Luiz Madeira de Mello, Brigadeiro Governador das Armas (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 46, 14 ago. 1822, p. 04).

Em de 01 de março de 1823, a Junta Provisória e Administrativa do Governo da Província do Maranhão agradece em nome do Rei Dom João VI, aos senhores do Distrito de Caxias que cederam seus escravizados para realização obras de defesa, chama-os de honrados cidadãos e patriotas:

Número 413. A Junta Provisória e Administrativa do Governo desta Província, sendo informada da firme adesão que os briosos Habitantes da Villa, e Distrito de Caxias têm manifestado a Sagrada Causa Constitucional, dispendo-se corajosamente a repelir quaisquer tropas dissidentes, quo atentem contra aquele Distrito; e constando-lhe o Patriotismo com que muitos Cidadãos se prestarão espontaneamente com dinheiros, e escravos, para descortinar-se o circuito da Villa, e outras obras de defesa: determina portanto que a Câmara Constitucional da mesma vila de Caxias faça saber a tão honrado cidadão, este governo em Nome da Nação e de El Rey Constitucional o Senhor D Joao 6." lhes agradece a generosa demonstração de seus Patrióticos sentimentos, que sério levados ao conhecimento de Sua Majestade. Maranhão Palácio do Governo 27 de Fevereiro de 1823. Bispo, Presidente—Silva Belford—, Vasconcellos—Leal—Santos. —Sousa (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 171, 01 mar. 1823, p. 03).

Neste tópico, trabalhamos o tema do aluguel de cativos a partir do *O Conciliador do Maranhão*. A locação de escravos era uma prática lucrativa para os proprietários escravistas que não desejavam perder os seus escravos, pois o aluguel era a transferência temporária do uso dessa força de trabalho, em troca de pagamento. Quem alugava ficava na responsabilidade de alimentar, vestir e prestar cuidados ao escravo alugado e devolvê-lo em boas condições ao seu senhor. Alugar o cativo era uma forma de obter uma renda extra. Assim, muitos senhores colocavam seus cativos para aprenderem alguma profissão ou ofício, com algum mestre. Os anúncios de aluguel apresentavam as especialidades dos escravos, a condição, a idade, os traços

físicos e de saúde dos cativos oferecidos, bem como características pessoais ou profissionais dos escravos.

Os trabalhadores de aluguel possuíam quase sempre alguma especialidade, gerando, por isso mesmo, um rendimento maior a partir de seus serviços. O valor de aluguel do cativo era negociado diretamente por seu proprietário. Eram marceneiros, ferreiros, oficiais da construção civil, marinheiros e barbeiros, dentre outras especialidades. Já o escravo de ganho circulava mais livremente pelas ruas, pois devia encontrar quem se interessasse por seu trabalho e, exatamente por essa causa, negociava ele mesmo o preço do serviço. As principais atividades desempenhadas pelos cativos “de canga”, como também eram conhecidos, foram as de carregadores, estivadores e vendedores de alimentos, bem como, no caso das mulheres, cozinheiras, lavadeiras e parteiras. (COSTA, 2018, p. 254).

No próximo tópico, será trabalhado um tipo de comércio de escravizados muito comum no século XIX, o leilão de cativos. Foram analisados seis anúncios. Os leilões eram uma forma de vender uma grande quantidade de escravos, que vinham normalmente da África, por meio do tráfico negreiro transatlântico ou pelo tráfico interprovincial.

3.4 Leilões de escravizados no jornal *O Conciliador do Maranhão*.

No início do século XIX, os leilões de cativos africanos eram comuns no Maranhão. Normalmente, esses eventos aconteciam em lugares já conhecidos, principalmente próximo ao porto. Os escravizados chegavam, por meio do tráfico negreiro, em embarcações, que traziam muitas crianças africanas, já que a pouca idade e estatura economizava espaço nos porões dos navios. “O Maranhão, um dos principais centros escravistas brasileiros da época, grande produtor” (GOMES, 2021, p. 361).

Assim, os leilões eram uma forma considerada vantajosa de vender uma grande quantidade de escravizados. Segundo Gomes (2021), os preços obtidos nos leilões eram considerados bons. Mesmo os cativos doentes com a varíola eram arrematados por preços razoáveis entre 120 mil réis. Até os que eram rejeitados nos primeiros leilões por estarem desnutridos e doentes eram vendidos por menores preços posteriormente. Gomes (2022) explica que, muitas vezes, os cativos chegavam desnutridos e doentes, por isso os traficantes os colocava de quarentena para se recuperarem:

Muitos chegavam desnutridos, doentes, fracos demais para serem exibidos de imediato nos concorridos leilões públicos, onde pessoas de aparência mais saudável eram arrematadas por valores altos. Em vez disso, permaneciam em quarentena, para serem engordados e tratados das doenças, ritual que mais tarde permitiria ao vendedor apresentá-los aos compradores em condições de alcançarem melhores preços. Milhares deles, no entanto, não conseguiam sobreviver à essa experiência tão traumática. Morriam antes de encontrar um novo dono. Os corpos eram, então,

atirados em valas comuns, quase à flor da terra. Ainda hoje, seus restos podem ser observados em algumas delas (GOMES, 2022, p. 155).

Nos leilões, os escravizados eram expostos como produtos, colocavam óleo e banha de porco para esconder as possíveis doenças, cicatrizes e dar um aspecto mais saudável. Eles eram vendidos individualmente ou por “lotes”, como detalha Gomes (2019):

Os leilões começavam pela “primeira escolha”, na qual os compradores mais ricos e influentes tinham a preferência de arrematar os escravos mais jovens, fortes e saudáveis, pagando preços igualmente mais elevados. Depois vinha a “segunda escolha”, de escravos considerados de capacidade de trabalho inferior, crianças ou adultos com idades acima dos trinta anos. Por fim, restavam os idosos, doentes e portadores de alguma deficiência física, que eram vendidos pela melhor oferta, como numa liquidação de ponta de estoque, e que geralmente eram comprados por pessoas mais pobres. (GOMES, 2019, p. 217).

Nos leilões, os africanos eram obrigados a ficar quase nus e a mostrar os dentes, arregalar os olhos, botar a língua de fora, saltar, tossir, rir, dançar, mostrar as cicatrizes e as tatuagens por todo o corpo. Isso porque os compradores escolhiam os cativos pelo estado dos dentes, pela cor da língua, pelo brilho dos olhos, pela flexibilidade dos músculos, pelo ronco do peito, pelas cicatrizes. Os compradores se julgavam capazes de reconhecer a verdadeira condição do escravizado, sua idade, sua moral, sua saúde, de avaliar sua capacidade de trabalho (FREYRE, 2012).

Pais, mães, filhos e irmãos eram vendidos separadamente, sem que se respeitassem os vínculos familiares e afetivos. O processo de venda envolvia uma série de humilhação para os escravos que, exaustos pela travessia do oceano e assustados na chegada a uma terra que desconheciam, seriam submetidos a um minucioso exame de seus corpos, incluindo as partes íntimas. Inteiramente nus, eram pesados, medidos, apalpados, cheirados e observados nos mínimos detalhes. Tinham de correr, pular, esticar braços e pernas, respirar fundo e tossir. Os compradores enfiariam os dedos na sua boca, para checar se os dentes estavam em bom estado e se a coloração da língua era adequada (GOMES, 2022, p. 161).

No momento do leilão, os cativos eram exibidos acorrentados pelo pescoço uns aos outros com seus corpos brilhando devido a banha de porco passada para esconder possíveis doenças e marcas de castigos e dar uma aparência mais saudável. Gomes (2022) detalha como era a preparação dos escravizados para os leilões:

Os escravos eram banhados e untados com óleo de dendê, de modo a parecerem mais saudáveis. Os homens tinham a barba e o cabelo raspados. Os traficantes também cuidavam de lhes dar, nos primeiros dias, rações mais generosas de água e uma alimentação mais reforçada, à base de pirão de farinha de mandioca e angu de fubá temperados com pedaços de carne seca e toucinho. Eram alimentados duas vezes por

dia, a primeira por volta das nove horas da manhã, a segunda no meio da tarde. Conforme já descrito no primeiro volume desta trilogia, esses cuidados faziam parte de um meticuloso processo cosmético destinado a transformar seres humanos em mercadorias atraentes na hora de venda. Do sucesso dessa operação dependia grande parte dos lucros do negócio (GOMES, 2022, p. 161).

Os leilões tinham dia marcado para acontecer, os feitores organizavam os escravos para serem expostos conforme a idade, sexo e nacionalidade. Os cativos eram escolhidos pelo comprador e os preços e condições da negociação eram acertados com o vendedor. Os saudáveis, do sexo masculino e adultos, normalmente, eram vendidos por preço mais alto do que mulheres e crianças menores de dez anos. Albuquerque e Fraga Filho (2006) explicam como eram organizados os leilões:

No dia marcado, os feitores organizavam suas mercadorias humanas para expor aos compradores — em geral, por idade, sexo e nacionalidade. Quando organizados por idade, os mais velhos, entre trinta e quarenta anos, sentavam-se na fileira de trás; os mais qualificados, entre quinze e vinte anos, ocupavam os assentos do meio; mulheres e crianças ficavam nos assentos mais baixos ou no chão. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 54).

Muitos fazendeiros compravam todo um “lote” de escravos e às vezes empenhavam plantações de algodão, cana de açúcar e arroz para pagá-los. Os leilões ocorriam em lugares públicos onde as pessoas podiam fazer seus lances. A imagem abaixo é um exemplo. Uma gravura feita por Auguste Francois Biard, 1858–1859. DeAgostini / Getty Images.

Figura 8 - Leilão de escravizados (Auguste Francois Biard, 1858–1859. DeAgostini / Getty Images).



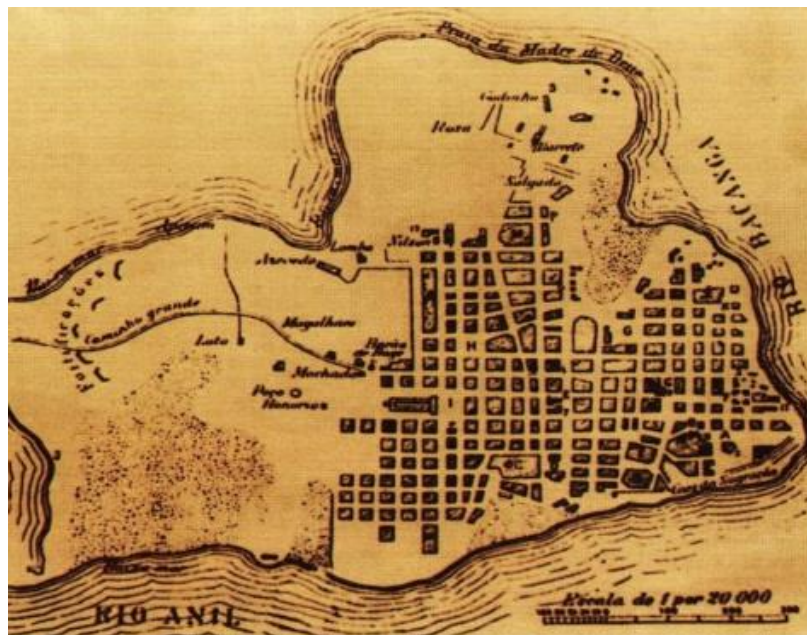
Fonte: Gomes (2019).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), após os senhores escolherem os escravos, ele ia discutir os preços. Normalmente os fazendeiros compravam um grande lote para as suas fazendas e plantações. Assim, boa parte já vinha encomendada e outra para ser leiloadada, muitas vezes perto do porto. Mas, a maioria seguia para os armazéns, situados geralmente próximos às áreas portuárias dos centros urbanos. Como explica Albuquerque e Fraga Filho (2006):

Casas comerciais e negociantes licenciados em escravos novos, que traficavam grande quantidade de africanos, exibiam-nos nas portas de casas ou armazéns. Assim que estavam prontos para venda, os negociantes colocavam anúncios nos jornais informando ao público que um novo “carregamento” estava disponível. No dia marcado, os feitores organizavam suas mercadorias humanas para expor aos compradores — em geral, por idade, sexo e nacionalidade. Quando organizados por idade, os mais velhos, entre trinta e quarenta anos, sentavam-se na fileira de trás; os mais qualificados, entre quinze e vinte anos, ocupavam os assentos do meio; mulheres e crianças ficavam nos assentos mais baixos ou no chão. assustar (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 55).

No jornal, essas características nos anúncios são notórias. Os traficantes também destacavam as qualidades dos escravizados. Eles eram exibidos sobre um tablado, enquanto o pregoeiro descrevia suas supostas qualidades. Os locais onde mais ocorriam em São Luís era normalmente nos armazéns nas casas de leilões da Praia Grande¹⁶ ou no do Beco dos Barbeiros, que ganhou esse nome por causa dos barbeiros ambulantes que trabalhavam por lá.

Figura 9: Mapa da cidade de São Luís do Maranhão em 1844.



Fonte: Andrés (1998).

¹⁶ Um bairro de São Luís do Maranhão localizada no centro histórico e era uma Praça de Comércio. (SILVA, 2010).

Segundo Vieira (2016), a Praia Grande possuía uma localização privilegiada e é um lugar de atividades econômicas, devido ao porto da Praia Grande, por servir de ponto de carga e descarga de mercadoria, tanto a nível estadual e nacional quanto internacional.

Os leilões tinham dia marcado para acontecer e os traficantes organizavam os escravizados para serem expostos. Os cativos eram separados por idade, sexo e origem de nascimento. Se houvesse compradores suficientes, eram imediatamente leiloados no próprio porto. O Brasil, no século XIX, possuía um predomínio de cativos do sexo masculino, pois os navios negreiros transportavam mais homens para trabalharem na produção agrícola.

É evidente que a vida sob cativo criava sérios entraves à formação de famílias. A tendência do tráfico de importar mais homens do que mulheres dificultou a formação de casais. Ou seja, havia muito homem para pouca mulher nas senzalas. A condição escrava dificultou também a consolidação de famílias e comunidades, já que amigos e parentes podiam ser separados pela venda ou decisão dos senhores de alocá-los em propriedades diferentes e distantes. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 98).

Essa situação criou um desequilíbrio entre o número de homens e mulheres na população negra, onde em regiões de grandes plantações de cana e de café havia uma escassez de cativas. “As mulheres, as crianças e os mais velhos, mais frágeis ou com algum defeito físico, acabavam sendo vendidos em um mercado secundário, a preços mais em conta e, em geral, comprados por pessoas de menor poder aquisitivo” (GOMES, 2022, p. 164).

O leilão era a forma mais comum de venda de escravos no Brasil e no restante do continente americano, porém não a única. Existiam expedições previamente encomendadas por um comprador individual ou por um grupo. A carga de cativos, assim, chegava ao Brasil já com destino certo, sem necessidade de operações de venda no cais do porto. Esse sistema foi especialmente utilizado no século XIX, durante a fase ilegal do tráfico, depois que a importação de cativos já fora oficialmente proibida. Nesse caso, fazendeiros contratavam antecipadamente a aquisição de um determinado número de cativos, que eram desembarcados às escondidas em locais remotos — como Ilha Grande ou Mangaratiba, no Rio de Janeiro — e transportados às escondidas para os seus locais de trabalho. (GOMES, 2019, p. 215).

Essas características das vendas podem ser percebidas, por exemplo, na edição 41 do dia 01 dezembro de 1821, onde o anunciante Francisco Alberto Rubim¹⁷ diz que veio do Ceará e o motivo da venda do escravizado é uma mudança para Lisboa. Os leiloados faziam o trabalho

¹⁷Um administrador colonial português. Que foi governador da Capitania do Espírito Santo (1812—1819) e da Capitania do Ceará (1820—1821) (SCHEINER, 2017).

doméstico e suas as qualidades e os ofícios seriam ditos no dia do leilão, que ocorreu no Armazém dos leilões no Beco do Barbeiro:

Quinta feira 6 do corrente no Armazém dos leilões, no beco dos barbeiros, se hão de arrematar em leilão outros escravos do proprietário o Ilustríssimo Senhor Francisco Alberto Rubim, proximamente chegado do Ceará, e pertencentes ao serviço de sua casa; os quais pretende vender por estar próximo a partir para Lisboa. As qualidades, e ofícios dos ditos “escravos serão declarados no ato do leilão no predito dia (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 41, 01 dez. 1821, p. 05).

Já o próximo anúncio, de 27 de março de 1822, é do Capitão português Hermenegildo Antônio Leiria, que organiza um leilão ocorrido na casa dos Leilões na Praia Grande, no horário das 9 da manhã. Percebe-se que estes eventos aconteciam normalmente pela manhã. Os escravizados que foram leiloados vinham na Brigue Delphim de Moçambique, colônia de Portugal na época, e de onde vinha grande parte dos escravizados para o Maranhão. O anunciante informa que as condições serão ditas no ato da compra. Nesses registros se encontram os nomes dos navios, dos comandantes e a duração das viagens.

Que no dia quarta feira 27 do corrente às 9 horas da manhã, pretende fazer na antiga Casa dos Leilões na Praia Grande, Hermenegildo Antônio Leiria, sendo uma porção de Escravos escolhidos, vindos pelo Brigue Delfim, de Moçambique; cujos Escravos serão arrematados as condições que no ato do mesmo Leilão se declarar. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 73, 27 mar. 1822, p. 04).

Outro anúncio de leilão, de 17 de julho de 1822, é o de cativos “braçais” vindos da África. O anunciante é José Rodrigues Roxo¹⁸ que se propõe a fazer o negócio no dinheiro ou a prazo. Ele realizava esses tipos de negócio no armazém dos leilões no Beco do Barbeiro, um dos principais pontos de leilões. “Que faz José Rodrigues Roxo, Sábado 20 do corrente às 10 horas da manhã, no Armazém dos Leilões no Beco dos Barbeiros; de alguns escravos boçais, que se hão de arrematar, ou a dinheiro, ou a prazos, como melhor convier aos compradores” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 106, 17 jul. 1822, p. 04).

Cabe pontuar que boçais, era um termo pejorativo para se referir aos africanos recém-chegados da África que não eram convertidos ao cristianismo e nem falavam a língua portuguesa. Segundo Mamigonian (2017), os africanos eram trazidos de diferentes regiões da África e falavam dezenas de línguas, mas na hierarquia da sociedade colonial, eles estavam no degrau mais baixo da escala social.

¹⁸ Negociante que fazia parte do Corpo de Comércio de São Luís (CUTRIM, 2021).

Em outra publicação, de 15 de janeiro de 1823, verifica-se um leilão, organizado pelo negociante Henrique Seasson, de trinta escravizados na Praia Grande. “Henrique Seasson avisa que têm para vender em leilão trinta Escravos boçais, os quase se hão de arrematar na Quinta feira 16 do corrente, e nos dias seguintes na casa dos leiloes na Praia grande das 10 até às 2 horas” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 158, 15 jan. 1823, p. 06).

Henrique Seasson anunciou, ainda, um feito na casa de leilões na Praia Grande, em 21 de junho de 1823, de escravizados cacheus, ou seja, vindos de Cacheu, cidade da Guiné-Bissau, que era uma colônia portuguesa e serviu como emissora de escravizados, sendo um dos pontos de comércio na costa africana. “Que faz Henrique Seasson na casa dos Leiloes da Praia-grande em o dia quarta feira 25 do corrente pelas 9 horas da manhã, de vários escravos Cacheus chegados proximamente” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 203, 21 jun. 1823, p. 04).

No total, o Brasil escravizou cerca de 4,9 milhões de africanos, o equivalente a 40% dos 12,5 milhões que embarcaram da África para o continente americano até meados do século XIX. O auge do tráfico ocorreu entre o início do século XVIII e meados do século XIX. Em um período de 150 anos, 4 milhões de escravos atravessaram o Atlântico para trabalhar em fazendas, cidades, minas e garimpos brasileiros. (GOMES, 2021, p. 18).

O texto, de 25 de junho de 1823, traz o anúncio de um leilão público de escravizados, organizado pela firma *Antônio José Meirelles Ferreira & Companhia Negociantes*, e ocorreu na casa dos proprietários. Foram leiloados escravizados "boçais" vindos da Angola, em Brigue. A companhia *Antônio José Meirelles Ferreira & Companhia Negociantes*, recebia o nome do seu dono, que era um grande negociante e militar influente na província de São Luís no início do século XIX. Muitos militares faziam parte da elite maranhense e eram donos ou negociantes de escravizados. De acordo com Santos (2021), os militares constituíam um grupo que se destacava na imprensa maranhense, eles eram colaboradores devido à própria posição no cenário político da província, eram respeitados pela maioria da população e orbitavam o poder.

Segundo Cutrim (2017), Meireles¹⁹ fez fortuna atuando no tráfico de escravizados e com a arrecadação de impostos, tinha relações nos portos como Lisboa, Londres, Liverpool e Angola, sendo um personagem recorrente nas páginas do periódico. Cutrim (2013), explica os negócios de Meirelles:

¹⁹ Meirelles foi um homem de negócio atuante na região do Maranhão, possivelmente desde os finais do século XVIII, em função das oportunidades geradas pela Companhia Geral de Comércio. Registros sobre a personagem são encontrados a partir de 1800. (CUTRIM, 2016, p. 62).

Além da Inglaterra, as embarcações de Meirelles também se espalharam em outras regiões além-mar, alcançado portos como: Lisboa, Porto, Gibraltar e Havre de Grace. Importante destacar a quantidade de viagens feitas por navios do negociante que tinham como destino final alguma região da costa africana. Ao menos onze viagens saíram de São Luís em direção a importantes portos africanos, como: Angola, Benguela, Cabinda, Molembo e S. Tomé¹⁷. É sabido a importância do comércio negreiro para os negócios do século XIX e Meirelles não fugiu à regra, sendo apontado por Manolo Florentino (2014, p. 255) como um dos 17 maiores traficantes de escravos do porto do Rio de Janeiro, entre 1811-1830 (CUTRIM, 2013, p. 67).

Meireles aparece no próximo anúncio de leilão de escravizados. A sua companhia era conhecida, não só por fazer o tráfico de escravos, como a venda de outros produtos, como a exportação de algodão para a Inglaterra. Ele vende uma porção de escravizados, não detalhando a quantidade, mas com certeza são muitos cativos. O leilão ocorre na casa de Meireles, que apesar de ter negócios em todo o Brasil e no mundo possuía uma casa em São Luís onde residia. O leilão, como de costume, é realizado pela manhã.

Antônio José Meirelles, Ferreira, & Companhia Negociantes desta Praça, pretendem vender em Leilão público no dia 30 de junho corrente, em casa dos mesmos, uma porção de escravos boçais, vindos, de Angola em o Brigue São José Diligente Vulcano, divididos em diversos lotes, aos prazos de um e dois anos, pagamentos iguais, devendo os Compradores prestar fianças idôneas, como principais pagadores, a satisfação dos Vendedores. Todos os Srs. que quiserem concorrer ao dito Leilão, podem comparecer no dito lugar, em o referido dia pelas 10 horas da manhã. Boas. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 204, 25 jun. 1823, p. 06).

Abaixo um quadro exemplificando como era praticado o leilão de cativos no Maranhão, com informações retiradas do *O Conciliador do Maranhão*:

Quadro 5 – Leilão de escravizados

Nome do proprietário	Lugares do leilão	Qualidades do cativo	Quantidade	Origem	Horário
Francisco Alberto Rubim	Armazém dos leilões, no beco dos barbeiros		serão declarados no ato do leilão	Ceará	10 horas da manhã.
Antônio José Meirelles, Ferreira, & Companhia Negociantes	Não informada	Porção	boçais	Angola	10 horas da manhã.
Henrique Seassou	casa dos Leiloes da Praia-grande	vários	Não informada	Cacheus	9 horas da manhã
Henrique Seasson	na casa dos leiloes na Praia grande	trinta Escravos	boçais		10 até às 2 horas
José Rodrigues Roxo	Armarem dos Leilões no Beco dos Barbeiros		boçais		10 horas da manhã
Hermenegildo Leiria	Antônio Casa dos Leilões na Praia Grande	porção		Moçambique	9 horas da manhã

Fonte: *Conciliador do Maranhão*.

No quadro, pode-se ver o nome dos senhores que leiloavam cativos, como Francisco Alberto Rubim, Antônio José Meirelles Ferreira, Henrique Seasou, José Rodrigues Roxo, Hermenegildo Antônio Leiria. Os lugares onde ocorriam os leilões eram normalmente, Armazém dos Leilões, no Beco dos Barbeiros e Casa dos leilões da Praia-Grande.

Somente um anúncio fala a quantidade de cativos leiloados, os outros dizem que eram apenas “porção” e “vários”, mas devido ao tráfico negreiro se sabe que a quantidade era sempre muito grande. Assim, esse tipo de comercialização era comum no início do século XIX no Maranhão e era uma forma do traficante vender a grande quantidade de cativos que vinham em “lotes” nos navios negreiros.

CAPÍTULO IV - RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS PÁGINAS DO JORNAL CONCILIADOR DO MARANHÃO

A liberdade escrava foi conquistada com muita luta dos cativos que não aceitaram a escravidão de forma passiva. Nesse sentido, percebe-se que durante todo o século XIX, ocorreram manifestações de insatisfação com o sistema escravista e muitos cativos praticavam atos como fugas, cometimento de crimes e formação de quilombos como forma de resistência. Deste modo, neste capítulo serão trabalhadas as formas de resistência escrava publicadas no *Conciliador do Maranhão*, principalmente nos anúncios de fugas, notícias sobre formação de quilombos e sentenças judiciais contra escravizados e publicadas no jornal.

No primeiro tópico, serão analisados os anúncios de fugas, que era a forma de resistência mais comum, pois muitos deles, cansados dos maus tratos, dos castigos, das péssimas condições em que viviam e a exploração, resolviam empreitar as fugas como forma de sobreviver e resistir. Muitos que fugiam tinham destinos como quilombos onde se refugiavam e viviam em comunidade com outros africanos, indígenas e até homens brancos livres. Outro destino eram as cidades, onde os cativos podiam se esconder na multidão e se passar por livre e alforriado.

Os anúncios de fugas dão pistas de como os cativos construía sua liberdade. Albuquerque e Fraga Filho (2006) afirmam que a sociedade escravista foi marcada pela rebeldia, assim senhores, governantes foram constantemente surpreendidos com as resistências escravas, que poderiam ser desde a desobediência, a lentidão, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas que sempre faziam parte dos planos dos escravos.

Assim, esse capítulo se dedica a analisar os discursos dos senhores e do jornal sobre a resistência escrava e mostra como os cativos no Maranhão lutaram para a construção de liberdade. Nesse sentido, a ideia de que os cativos eram passivos diante de toda crueldade sofrida não tem lastro na realidade, pois, onde quer que fosse o lugar onde ocorreu a escravização de pessoas, teve também resistência. No próximo tópico, serão analisados 12 anúncios de fugas, onde os senhores descreviam os escravizados com detalhes para tentar recuperá-los.

4.1 Fugas de escravizados no jornal *O Conciliador do Maranhão*.

Diante da exploração de sua força de trabalho e dos castigos físicos, muitos cativos mostravam sua insatisfação. Por isso, empregavam fugas, formavam quilombos, insurreições, furtos, homicídios e suicídios. Atos que são expressões da insubordinação desenvolvida pelos

cativos, como uma forma de confrontação contra as classes dominantes. Segundo Pereira (2006), no Maranhão as relações escravistas geravam lutas sociais entre senhores e escravos, o que demonstra que os cativos não ficavam passivos com a exploração da sua força de trabalho e a condição de mercadoria.

As fugas era a estratégia mais utilizadas pelos cativos, entretanto elas apresentavam seus riscos, pois caso fossem capturados podiam sofrer castigos como chicotada, o anjinho²⁰ ou obrigados a usar um colar de ferro no pescoço. Na lógica escravista, os castigos eram utilizados para disciplinar e controlar o comportamento dos cativos. De acordo com Jesus (2016), na primeira fuga, o negro fugitivo era castigado com cinquenta chicotadas e, em caso de reincidência, aumentava-se para cem. Os riscos de serem descobertos e capturados eram grandes eram constantes, já que a escravidão não terminava nas fronteiras de uma fazenda, era aceita e praticada por toda a sociedade.

Abaixo, duas imagens que mostram os castigos sofridos pelos cativos no período da escravidão brasileira, é uma pintura de Jean-Baptiste Debret durante uma viagem ao Brasil, entre 1834 a 1839.

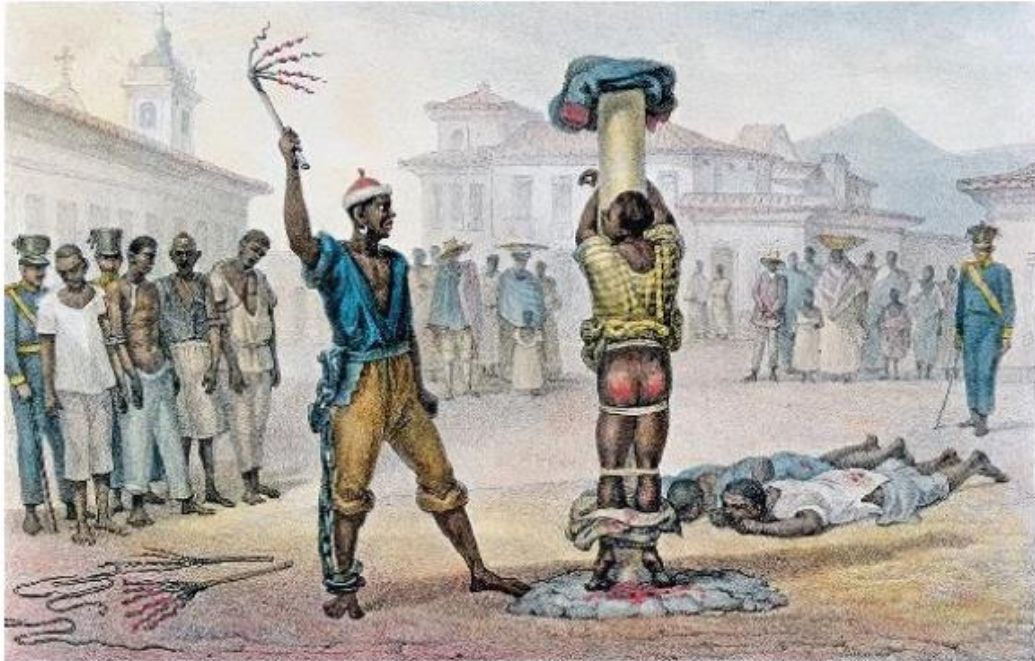
Figura 10 - Cativo sendo açoitado pelo feitor. Pintura Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.



Fonte: (GOMES, 2019).

²⁰ Anéis de ferro com parafusos, por vezes presos a uma tábua, para apertar os polegares dos escravos. (SANTOS, 2013).

Figura 11 - Cativo sendo açoitado pelo feitor no pelourinho. Pintura Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.



Fonte: (GOMES, 2019).

As fugas eram consideradas terríveis para os senhores, pois eles ficavam privados do trabalho do cativo por dias, meses e até anos. Além das perdas na produção, ainda tinha os gastos com anúncios, recompensas e alojamento em prisões. Normalmente, as evasões ocorriam durante a noite quando a vigilância estava menor. Segundo Gomes (2019), para evitá-las, o feitor trancava as portas por fora com cadeado e corrente, sendo abertas só pela manhã, para o início da jornada de trabalho.

De acordo com Pereira (2006), as fugas no Maranhão ocorriam principalmente nas regiões de lavouras, podiam ocorrer individualmente ou em grupo. Os fugitivos eram tanto homens, quanto mulheres e crianças, independentemente da idade. Essas questões podem ser vistas nos anúncios do jornal *O Conciliador do Maranhão*, ondes senhores descreviam com maiores detalhes os cativos fugitivos, como profissão, sexo, cor, idade, origem, sinais no corpo e o nome do proprietário, para facilitar a identificação e recuperá-lo, como no anúncio de 25 de janeiro de 1823. Manuel Pereira da Luz, feitor²¹ de uma das Fazendas do Tenente Coronel de

²¹ O feitor é um funcionário das fazendas ou engenhos reesposáveis por supervisionar os escravos. (MARQUESE, 2019).

Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá²², relata a fuga do escravo Serafim, de nação Cacheo. Alto, corpulento, marcas de bexigas²³.

As doenças eram comuns entre os cativos, muitas epidemias ocorriam na região do Maranhão e muitos já vinham doentes da África. A varíola, que era chamada de bexiga, era muito comum e responsável pela morte de muitos. Segundo Gomes (2022), os vacinados contra a varíola eram vendidos por preços maiores que os demais, já que muitas regiões do Brasil foram assoladas por epidemias de doenças que chegavam por meio do tráfico negreiro.

O anúncio do Tenente Coronel de Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá, relata que a fuga foi facilitada por um domador de cavalos chamado de cabra, segundo Almeida; Amorim; Paula (2017), a palavra “cabra”, era largamente utilizada no Brasil entre os séculos XVI e XIX para referenciar alguns indígenas e negros nascidos na condição de escravos ou livres no país. Esse domador estava ensinando o cativo o ofício de domar cavalos. Sabe-se que era comum o senhor colocar seu cativo para aprender ofícios, no intuito tanto de utilizar o trabalho ou alugá-lo para outros senhores.

Assim, o feitor afirma que o cativo foi “seduzido” pelo domador. A palavra sedução era uma forma de negar a subjetividade do escravizado e sua própria vontade de fugir, como se o cativo não fosse capaz de planejar e executar a sua própria fuga, além de esconder os possíveis maus tratos que esse cativo vivenciava. De acordo com Ferreira (2013), outro motivo de os senhores acharem que os cativos foram seduzidos por outra pessoa é que muitos se mostravam fieis aos seus senhores. A preocupação não era somente com a fuga, já que Serafim e o Calisto fugiram furtando um cavalo do senhor. No período, os animais como cavalos e burros eram tão valiosos quanto os escravizados, já que eram o principal meio de transporte. Eles fugiram de um sítio, localizado no distrito de Pericumã localizado na Baixada Maranhense. O anúncio segue abaixo:

Manoel Pereira da Luz, Feitor de uma das Fazendas de lavoura do Tenente Coronel de Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá, sita no distrito de Pericumã, participa a este seu Patrão que no meado do mês de Dezembro próximo pretérito lhe fugira daquela sua Fazenda de nominada Buenos aires, hum seu escravo preto Chamado Serafim, de nação Cacheo, alto e corpulento, com marcas de bexigas pela cara ; acompanhado de um cafos, ou cabra chamado ' Calisto, filho do Sertão, que por aquela vizinhança apareceu com a introdução de ensinados.' de cavalos ; e este dito cabra foi quem seduziu este escravo para a, fuga facilitando-lhe os caminhos e entradas com ele para o Sertão, raptando para esta fugida um cavalo melado do dito feitor, e o dito preto levou um seu cavala alazão que havia comprado em potro a sen senhor: roga a todos os Srs. De Fazenda, e comandante de todos os Distritos desta província, que destes nomeados fugitivos tiverem notícias os fação prender com segurança a bem do serviço Nacional, e os fação remeter a cadeia desta cidade; ou avisando a seu Sr. Para

²²Vice-presidente da província do Maranhão, exercendo a presidência interinamente de 27 a 28 de fevereiro de 1828. (ROLIM FILHO, 2016).

²³Marcas da doença causada pelo vírus da varíola. (CAMARGO, 2007).

o mandar buscar, e este se obriga a satisfazer qualquer despesa que se fizer com esta diligência. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 161, 25 jan. 1823, p. 04).

O feitor, era responsável por cuidar da disciplina dos escravizados e, muitas vezes, essa função era exercida por um escravizado ou negro livre. Mulheres poderiam ser feitoras, supervisionando outras mulheres. Na maioria das vezes, os feitores recebiam salário e tinham privilégios no cargo de supervisão. Assim, a utilização de escravos ou ex-escravos pelos senhores era uma forma de hierarquizar a mão-de-obra e buscar a colaboração de membros dos cativos. De acordo com Gomes (2011), os salários dos professores no período, que era 70.000 réis por ano, só correspondiam a um terço do que se pagava aos feitores nas fazendas.

O anúncio de 23 de fevereiro de 1822 relata a fuga de quatro escravizados pertencente a Guilherme Wellstood²⁴. A fuga ocorreu na Vila de Viana,²⁵ onde hoje é a cidade Viana. A publicação fala que os escravizados possuíam marcas de ferro quente no peito, uma forma de marcar o escravizado e para identificar em casos de fuga, servindo também como uma forma de humilhar e torturar os recém-capturados ou comprados. As marcas (MF), (QR) e (MRF), por exemplo, evidentes nos peitos e no braço dos escravizados, normalmente eram as iniciais dos nomes dos donos ou dos antigos donos e que este escravizado provavelmente era reincidente na fuga.

A fuga anunciada no dia 23 de fevereiro de 1822 possivelmente ocorreu devido à brutalidade de como os cativos eram tratados, exemplificada nas marcas de ferro quente nos corpos dos cativos, que indicam as péssimas condições em que viviam. As cicatrizes demonstram as crueldades que os senhores de escravizados faziam com essas pessoas, mas essas práticas só seriam proibidas com o Código Criminal do Império, em 1842.

A Companhia Antônio José Meirelles, Ferreira e Companhia²⁶, que exportava algodão para a Inglaterra e traficava escravizados para o Brasil no início do século XIX, tinha como dono Antônio José de Meirelles, um comendador, militar, negociante e traficante de escravos que tinha muito prestígio no Maranhão. Amigo do governador Pinto da Fonseca, Meireles também financiava o *Conciliador* e recebia elogios dos redatores. O negociante possuía negócios em diversos lugares no mundo, navegando também para a costa da África comprando

²⁴ Senhor de engenho e capitão da galera inglesa George (VALENCIA; GIL, 2016).

²⁵ No município de Viana, localizado na Baixada Ocidental Maranhense, com predomínio das chamadas terras de preto e terras dos índios, ocorreram grandes desmatamentos desde a governação pombalina iniciada em 1750. (ALMEIDA; CANTANHEDE; SEREJO; PEREIRA JUNIOR; MARIM; CARVALHO MARTINS, 2014).

²⁶ Meirelles foi homens de negócio atuante na região do Maranhão ao longo do século XIX. Suas interações mercantis com outras localidades no ultramar. (CUTRIM, 2018).

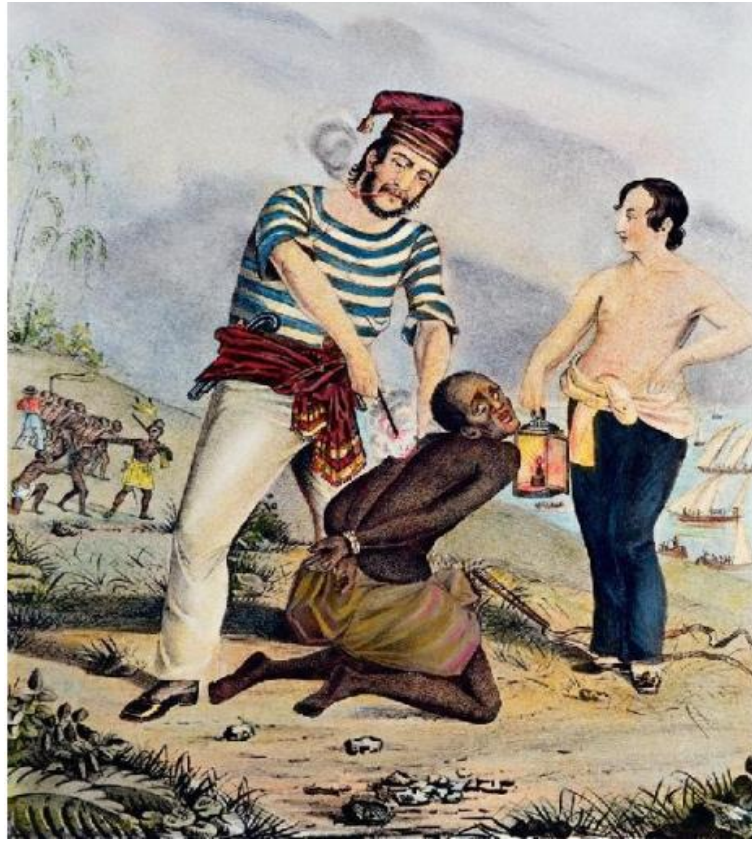
e vendendo escravizados e durante a década de 1820. Ele mantinha comercialização com a Inglaterra, na venda de algodão, mas suas embarcações faziam negócios também com Lisboa, Porto, Gibraltar e Havre de Grace. No jornal, aparece uma grande quantidade de viagens dos seus navios para a costa africana, como Angola, Benguela, Cabinda, Molembo e S. Tomé. Abaixo o anúncio de Guilherme Westwood:

Da Fazenda denomina Comarca no distrito da Villa de Vianna, pertencente a Guilherme Westwood, fugirão 4 escravos em 18 de Novembro de 1821, de nomes, Manoel Jorge, de idade de 29 anos, marca MF (ligada) peito esquerdo. Bonifácio, de 32 anos, marca MF (ligada) peito esquerdo. Gonçalves, de 26 anos, marca MF (ligada) no peito Esquerdo; QR (idem) peito direito. Luiz, de 29 anos, marca QR (ligada) no peito direito, ou MRF (idem) no Braço direito. Todos estes foram comprados a Antônio José Meirelles, Ferreira e Companhia. Se alguém souber de algum destes Escravos, e os poder mandar pegar e remeter a á. dita fazenda, ou avisar a seus administradores, que prontamente satisfarão todas as despesas. Supõem-se que os ditos Escravos existirão à beira. dos Rios Miariam, ou Itapecuru. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 65, 23 fev. 1822, p. 04).

Como se pode ver no anúncio, os cativos eram marcados com ferro quente com os nomes de seus novos donos. Alguns escravos, chegavam às fazendas com até cinco diferentes marcas de ferro quente, que registravam as iniciais do primeiro e do segundo comprador na África, do traficante responsável pela viagem até o Brasil, o selo do comprador após o desembarque e, por fim, uma pequena cruz indicando que havia sido batizado em algum ponto da viagem negreira (GOMES, 2022).

Abaixo a imagem é uma pintura de Nathaniel Currier (1845) do momento em que os cativos eram marcados. Essa prática cruel, era uma forma de registrar a posse do cativo, de castigá-lo e de evitar ou recuperar mais fácil o cativo em caso de fuga. Também serviam como uma humilhação que deformava o corpo e a alma do cativo.

Figura 12 - Cativo sendo marcado com ferro quente. Nathaniel Currier, (1845). Alamy/Fotoarena.



Fonte: (GOMES, 2019).

Na portaria de 31 de julho de 1822, *O Conciliador do Maranhão* determina que todos os escravizados apreendidos sejam devolvidos para os seus proprietários. A portaria, escrita por João Cândido de Deus e Silva, que exerceu a função de desembargador da província do Maranhão, determina ainda a devolução dos escravizados fugidos ao seu “dono”, Antônio de Castello Branco. Os escravizados foram entregues ao coronel Simplício Dias da Silva, um rico fazendeiro que dominou a vida política e econômica da Vila de São João da Parnaíba:

O Escrivão da Provedoria, revendo o livro deste Juízo. em que se lavram os termos.de apreensão dos escravos fugidos, passe por Certidão ao pé deste qual foi o escravo apreendido, que se mandou. entregar a seu Senhor sem outro documento mais do que uma simples carta particular; e isto no tempo em que tenho ocupado o Cargo de provedor Villa da Paranaíba aos nove de junho de .1822. —João Cândido de Deus e Silva. [...] Em cumprimento da Portaria supra, certifico que revendo o livro que nesta Provedoria serve para a- proibições e arrematações dos Escravos fugidos, dele consta terem sido entregues a seu dono, I mio se arrematarem, dois Escravos em todo o tempo em que o Doutor Juiz de fora João Cândido de Deus e Silva tem igual sido Provedor: da Fazenda dos defuntos e Ausentes: a saber, consta a folhas em cinquenta e duas verso, do auto de apreendam, terem sido apreendidos por este juízo de Ausentes dois escravos, Sebastião, e Ricardo, aos cinco dias do mês de julho de oito centos e vinte, os quais ao ato de perguntas confessarão ser de Antônio de Castello Branco do Itapecuru: as folhas cinquenta e seis contas terem os mesmo escravos sido entregues ao coronel Simplício Dias da Silva. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 110, 31 jul. 1822, p. 06).

O Estado era cúmplice dos senhores. A polícia, a guarda campestre e até milícias organizadas pelas autoridades provinciais eram responsáveis por capturar, prender, castigar e devolver o cativo para os senhores. O governo também organizava expedições militares para capturar os escravizados fugitivos, para extinguir quilombo e reprimir insurreições. Era uma forma de manter a ordem. Assim, o poder público se unia com os senhores, na organização de expedições para capturar escravos fugitivos, destruir quilombos e reprimir insurreição. Os senhores ofereciam recompensas para a quem capturasse escravos fugitivos e destruísse quilombos. Como se pode ver no texto do jornal, os escravizados fugitivos presos pela polícia eram devolvidos aos seus “donos”. O Estado trabalhava para a manutenção da escravização:

Pela Secretaria do Governo desta Província se faz público, que na Cadeia desta Cidade existe prezo desde o dia 5 do corrente o negro Antônio escravo de Domingos Simões, morador na Villa, de Caxias, o qual negro se encontrou fugido: e será entregue por Ordem do Governo a seu legitimo senhor, ou a seu procurador legalmente constituído. (*Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 112, 07 ago. 1822, p. 04).

No próximo anúncio de 28 de agosto de 1822, é relatada a fuga de Luiz, que já estava há cerca de seis meses desaparecido. Ele pertencia a D. Ana Maria da Conceição, que pedia por “obséquio” e rogando dizendo que paga por toda a despesa. Encontra-se no anúncio a data estimada da fuga, o local de onde partiu e o nome do escravizado. Além das características do escravizado fugitivo, chamado de “crioulo”, que é o nome dado ao escravo nascido no Brasil. Segundo a descrição no anúncio, o escravizado era baixo grosso, de boa aparência jovem e que anda com uma carta de alforria, tentando se deslocar para outra província.

As alforrias podiam ser “gratuitas” quando eram concedidas em retribuição aos “bons serviços” ou a fidelidade ao senhor. Mas, para conseguir, poderia demorar anos ou até décadas, geralmente até a morte do dono ou de sua esposa. Senhores idosos frequentemente recorriam a este expediente para garantir amparo até a morte. Outra forma de conseguir alforria era por meio de pagamento.

Para Pereira (2006), a concessão da carta de alforria era um indício de readaptação dos proprietários rurais em face das fugas, dos quilombos e das insurreições escravas. No anúncio, a proprietária do cativo que fugiu, não sabia especificar a idade, provavelmente porque o escravizado não tem registro civil. Na publicação consta também o nome do antigo proprietário, capitão João Luiz Pereira de Figueredo Almeida. Esse anúncio é interessante pela riqueza de detalhes:

Pela primeira vez, tomo a liberdade de incomodar a V. exigindo o obséquio de pelo seu Periódico fazer público; que fugira desta Villa, ha cinco para. seis meses, um escravo crioulo, - baixo grosso, e bem figurado, de idade pouco mais ou menos de vinte cinco anos, cujo escravo e seu legitimo nome Luiz-. pertencente a D. Ana Maria da Conceição compra feita ao capitão João Luiz Pereira, de Figueredo Almeida, - e como fisicamente sei que o mencionado escravo anda nessa Cidade a título de forro, e com desígnio de transportar-se a para outra província. Rogo por isso o publicar dessa fuga, a fita descendo prezo, ser entregue no Senhor Manoel Antônio Rodrigues Vale para-pronta-satisfação de toda a despesa: favo? este pelo qual serei sumamente grato, honra de confessar' que com todo o respeito Sou de V. atento venerador e criado-Hermenegildo da Costa Nunes Caxias 4 de agosto de 1822. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 118, 28 ago. 1822, p. 06).

O anúncio do *O Conciliador do Maranhão* do dia 02 de outubro, 1822 traz a fuga de dois escravizados: Martinho José e Agostinho Ignácio Rodrigues Torres que entraram na embarcação Brigue de Guerra Infante Dom Miguel²⁷ e ficaram escondidos por dias ao serem descobertos foram presos no porão:

Acordão em Relação &c. Vistos estes Autos que com o parecer do seu Chanceler, servindo de Governador, pelo' Acordão a folhas cinquenta e uma verso se fizeram um marido ao réu Martinho José, escravo de Agostinho Ignácio Rodrigues Torres, natural desta Cidade, e filho natural de Leonor, escrava do mesmo Agostinho Ignácio Rodrigues Torres: mostra-se que tendo o reo, com um outro escravo do mesmo Agostinho Torres, por nome. João, fugido para bordo do Brigue de Guerra—Infante Dom Miguel—que se achava surto neste Porto, ahi se conservarão ambos escondidos até que, saindo o dito Brigue a cruzar nesta altura, depois de alguns dias de viagem aparecerão servindo na Embarcação : e como quer que o Comandante do Brigue soubesse, que aqueles dois homens eram escravos, deu ordem para que, logo que o Navio desse fundo, no ingresso a este Porto ambos fossem sem presos no porão; o que efetivamente se praticou, fundeando no dia dezoito de Janeiro do corrente ano o mencionado Brigue. [...]. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 128, 02 out. 1822, p. 03).

Já em 23 de outubro de 1822, o Capitão Mauricio Fernandes Alves traz detalhes sobre o fugitivo, o mulato Rafael. O anúncio relata que ele era carpinteiro e tinha por volta de 48 anos, era alto, sem barba, pouco cabelo, um corte na virilha, marcas de castigos de chicote, cicatriz no dedo do pé. A promessa é de quem devolver o escravizado vai ter todas as despesas pagas. Nesse caso as marcas de violência que sofria no cativeiro eram mais visíveis:

²⁷Foi o primeiro navio a ostentar esse nome na Marinha do Brasil em homenagem ao Estado do Maranhão. O Brigue português D. Miguel, achava-se no Maranhão, sob o comando do Capitão-Tenente Francisco Salena Freire Garção (ANDRÉA, 1955).

O Capitão Mauricio Fernandes Alves pertencia a todos os Srs. Que no primeiro de abril de 1821, lhe fugira da sua fazenda do Turyassú um escravo mulato, de nome Rafael, oficial de carpina, de idade de 48 anos pouco mais ou menos, alto, cara lisa de barba, cabelo pouco duro com uma ruptura nas virilhas que lhe desse, marca antiga de açoutes nas nádegas, pernas um tanto arqueadas, em um dos dedos grandes dos pés umas cicatrizes de golpe. Roga a qualquer Sr. Que deles tenham notícia lhe faça o favor de lho mandar prezo, e avisarem para esta cidade aos Srs. José Antônio Pereira, e José Lopes de Lemos, que dos mesmos Srs. Receberão toda e qualquer despesa que tenha feito (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 134, 23 out. 1822, p. 06).

O *Conciliador do Maranhão* de 21 de dezembro, 1822 de Sebastião Pinto, traz detalhes sobre o escravizado fugitivo Manoel de nação Ussi e relata a violência que ele passava no cativo. Ele usava um brinco na orelha e tinha feridas nos tornozelos. A recompensa para quem devolver era de dois mil e oitocentos réis, além de pagar as despesas de quem encontrar.

A Sebastião Pinto, desta Cidade, fugido um Negro de nome Manoel (nação Mina-Ussí) com um brinco na orelha e uma ferida no tornozelo do pé do lado de fora, que o mesmo havia comprado a Luiz Antônio Soares Mendes, desta Cidade; quem dele souber, trazendo-o receberá de prêmio dois mil e oitocentos reis, e as despesas que com ele tiver feito (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 151, 21 dez. 1822, p. 04).

O Padre João Gomes dos Santos, em 01 de janeiro de 1823, relata algumas características do escravizado, como o que ele é retinto (pessoa negra que possui muita melanina na pele), mulato (descendentes de brancos com negros), é originário da província da Bahia, tinha o ofício de sapateiro, idade por volta de 34 anos, era alto, bonito e dedos dos pés e das mãos compridos, marcas de castigos nas nádegas. É descrito que o cativo negociou o título de forro e mostra que o mesmo possuía certo conhecimento, talvez soubesse ler e escrever. De acordo com Pereira (2006), muitos escravizados que fugiam, iam para São Luís onde se passavam por forros.

O padre João Gomes dos Santos era proprietário do cativo. A Igreja Católica dava apoio para a escravização de negros. Percebe-se que a escravidão era naturalizada e difundida, pois não só as pessoas ricas que possuíam escravizados, mas também outras camadas da sociedade. Segundo Cardoso (2009), em 1455 o Papa Nicolau V promulgou a bula *Romanus Pontifex*, que permitia aos navegadores escravizar os infiéis (negros). Dessa forma, a Igreja Católica estava legitimando os colonizadores e todos que se instalaram no Brasil a possuírem escravizados.

A Igreja passou a reconhecer ao reino de Portugal o direito de conquistar a região e evangelizar sua população, justificando, assim, pelas conversões ao catolicismo o tráfico de africanos escravizados. Abula concedia aos reis de Portugal o direito de invadir e conquistar qualquer reino governado por não cristãos e escravizar seus habitantes. (MATTOS; GRINBERG, 2018, p. 172).

Segundo Farias (2013), possuir os escravizados representava ascensão e prestígio social. Também poderia ser considerado um investimento lucrativo, já que podiam ser revendidos a preços maiores ou apresentados como pagamento de dívidas. Possuir escravizados não era privilégio dos grandes senhores ou de pessoas ricas das cidades. No século XIX, a propriedade escrava estava disseminada entre as diversas camadas da sociedade, inclusive pobres e remediados. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes e pequenos lavradores investiam em escravizados. Até ex-escravizados possuíam cativos. Por isso, não eram apenas os grandes senhores que tinham interesse na manutenção da escravização.

No anúncio, o padre comenta sobre uma marca nas nádegas do fugitivo devido aos castigos e maus tratos sofridos. As marcas de castigos eram usadas para identificar os escravizados em fuga. “Não eram apenas marcas de castigos que os escravizados traziam no corpo, muitas eram marcas de nações, como os cortes no rosto, tatuagens” (SANTOS, 2004, p. 39).

Freyre (2012) explica sobre os castigos e as marcas na identificação de escravizados fugidos:

Pelo que não nos devem horrorizar demasiadamente, nos escravos fugidos, marcas nas nádegas de castigo ou sinais de punições; lubambos nos pés; correntes nos pés. Tais castigos faziam parte da rotina de todo um complexo sistema de relações de escravos com seus senhores; e de escravos novos ou boçais com escravos antigos ou ladinos. (FREYRE, 2012 p. 37).

No anúncio, o padre diz que o fugitivo provavelmente foi para a província do Pará e é oferecida uma boa recompensa de cinquenta mil réis. Mostra certo apego do padre ao seu escravizado. A fuga ocorreu no mês de janeiro. Segundo Pereira (2006), as fugas de escravizados ocorriam, em geral, no tempo de chuvas, pois dificultava a perseguição e a captura de escravizados que fugiam. O anúncio traz referências sobre as feições e qualidades profissionais:

Do Distrito de Alcântara, decorrendo o ano de mil oitocentos e oito, fugiu do Padre João Gomes dos Santos, ao presente assistente na Cidade do Maranhão, um escravo, negro retinto, crioulo da Bahia, oficial de sapateiro, de idade, que deve ter agora trinta e quatro anos, chamava-se Hypólito, alto, boa presença, dedos dos pés e das mãos compridos, com mais ou menos marca nas nádegas, resulta de castigo: nos anos de mil oitocentos e quatorze, e quinze, negociou em aguardente na Ribeira do Tury, a título de forro, e pelo mesmo tempo evadindo-se a uma diligencia em Cabelo de velha, cessarão as notícias: acredita-se, passara para o Distrito do Pará; a pessoa que c entregar. Prezo a seu Sr. receberá de prêmio cinquenta mil réis, e sendo conduzido de fora do Estado (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 154, 01 jan. 1823, p. 05).

O próximo texto, de 25 de fevereiro de 1823, é noticiado a captura de um escravizado que foi preso durante a fuga na Vila de Viana. O comunicado afirma que o escravizado de Nação Moçambique e foram apanhadas as margens do riacho Maracú²⁸. O escravizado não soube informar que era seu senhor:

Pela Secretaria do Governo a faz público, que da Villa de Vianna veio remetido á Cadeia desta Cidade um preto boçal, de Nação Moçambique, o qual se encontrou fugido na margem do Rio Maracú, e por boçal não sabe designar quem seja seu dono; mas indica haver fugido do Itapicuru: as averiguações sobre este objeto foram incumbidas ao Juiz de fora pela Lei. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 170, 25 fev. 1823, p. 04).

No anúncio do jornal de 04 de junho de 1823, fala do capitão do mato que era uma espécie de serviçal de uma fazenda ou feitoria encarregado da captura de escravizados fugitivos, para devolvê-los aos donos mediante o pagamento de recompensa. Era comum negros alforriados prestarem esse tipo de serviço. “Este nome talvez que em Portugal produza diversa ideia da Personagem: Capitães de mato são os que exploram as matas para prenderem os escravizados fugidos” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 198, 04 jun. 1823, p. 01).

O coronel Isidore Rodrigues Pereira²⁹ anuncia, em 25 de junho de 1823, o desaparecimento de dois escravizados jovens, de 20 a 25 anos, em uma obra provavelmente pública e dá recompensa para quem os encontrar. Segundo Pereira (2006), o escravo de aluguel ficava sob controle de alguém e não tinha autonomia sobre o tempo e o valor de sua força de trabalho.

Quintas feiras 19 do corrente desaparecerão, da Obra junta da Cova da onça dois pretos novos por nomes, Matheus, de Nação Cassange, idade de 25 anos; e Francisco da mesma Nação, idade de 20 anos; ambos os escravos do Coronel Isidore Rodrigues Pereira, comprados a José Joaquim Males. Quem souber onde existem os mencionados escravos, e os entregar, ou der noticia certa deles a seu dono, receberá boas. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 204, 25 jun. 1823, p. 06).

Aqui, a palavra fugiu é substituída por desapareceu. O termo desaparecimento é normalmente utilizado para animais. Ao trocar fugiu por desapareceu, o senhor nega a subjetividade do escravizado e mais uma vez coloca o cativo como inferior, pois sugeria que

²⁸ O rio Maracú é um curso d'água localizado no Maranhão que conecta a região lacustre de Penalva ao lago de Viana e conecta também este ao rio Pindaré, sendo um dos mais importantes da Baixada Maranhense. (NASCIMENTO, 2006).

²⁹ negociante, grande proprietário de fazendas e pessoa influente na vida de São Luís do Maranhão (SILVA, 2021).

Matheus não tinha a capacidade de planejar e exultar a própria fuga. Outro ponto importante é que o cativo é de Nação Cassange³⁰, comum nos negros que vinham da África para o Maranhão.

As fugas, ainda quando temporárias, expunham os limites do controle do senhor sobre seus escravos. Ao escapar do domínio senhorial o escravo explicitava a capacidade de decidir sobre a sua própria vida. Por vezes, tal rebeldia se materializava em rebeliões coletivas. Em todo o país as revoltas escravas, principalmente nas três primeiras décadas do século XIX, ocuparam a polícia e os proprietários (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 40).

Nos anúncios analisados entre os anos de 1821 a 1823, verificou-se que as evasões eram publicadas no jornal, na seção de avisos que continha a descrição dos cativos e às vezes a promessa de recompensa para quem devolvesse. Os avisos se referiam a admissão de sócios em firmas comerciais, venda e compra, leilão e procura de escravizados fugidos.

Também aparecem as características físicas como idade, aparência e profissão e em alguns casos citavam o nome do proprietário que ofereciam gratificações, o que demonstra o interesse em recuperar o cativo. Quanto maiores às qualidades do escravizado fugitivo, como ofício e juventude, maiores as recompensas pela a captura, porque a captura de um jovem, ainda seria um bom negócio para os proprietários, pois se o escravo tivesse uma longa vida laborativa, renderia muitos lucros. Mattos (2013), explica a função dos anúncios de fugas:

O escravo, através dos anúncios de fuga, era retratado para fins de identificação pragmática. Era uma propriedade que precisava ser resgatada porque representava perdas materiais ao seu dono. Nesse sentido, quanto mais minuciosa fosse a sua descrição, mas facilmente o escravo poderia ser localizado, restituindo ao proprietário, o bem perdido. Assim, marcas físicas peculiares, podendo estar relacionadas, ou não, a deformidades, doenças, maus-tratos ou sinais de origem, faziam quase sempre parte desses anúncios. (MATTOS, 2013, p. 04).

No quadro abaixo, informações como o nome dos proprietários como, Tenente Coronel de Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá, O Capitão Mauricio Fernandes Alves, Sebastião Pinto, Padre João Gomes dos Santos, Coronel Isidore Rodrigues Pereira, D. Ana Maria da Conceição, Domingos Simões, Guilherme Westwood. Os lugares da fuga eram normalmente as fazendas e cidades do interior como Alcântara, Viana, Caxias. As idades que mais aparecem são de entre 20 a 48 anos. Características como, alto e corpulento, com marcas de bexigas (varíola, varicela, sarampo, etc), cara lisa de barba, cabelo duro, marca de açoutes, pernas

³⁰ Era um importante povoado situado no interior da Angola onde eram vendidos em uma grande feira (MATTOS, 2009).

curvas, dedos grandes, cicatrizes de golpe, um brinco na orelha, feridas, baixo grosso, e bem figurado. As nações como Cacheo, Mina-Ussí, Moçambique e Cassange são recorrentes.

Quadro 6- Fugas no jornal.

Nome do proprietário	Lugares da fuga	idade	Características	Origem do cativo	Nome do cativo
Tenente Coronel de Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá	Fazenda de nominada Buenos aires		Alto e corpulento, com marcas de bexigas pela cara	Cacheo	Serafim
O Capitão Maurício Fernandes Alves	fazenda do Turyassú	48 anos	Alto, sem barba, cabelo pouco duro com uma ruptura nas virilhas que lhe desse, marca antiga de açoites nas nádegas, pernas um tanto arqueadas, em um dos dedos grandes dos pés umas cicatrizes de golpe.		Rafael
Sebastião Pinto			um brinco na orelha e uma ferida no tornozelo do pé do lado de fora	Mina-Ussí	Manoel
Padre João Gomes dos Santos	Distrito de Alcântara	34 anos	Retinto. alto, boa presença, marca nas nádegas, resulta de castigo	Bahia	
	Villa de Vianna		preto boçal	Moçambique	
Coronel Isidore Rodrigues Pereira	Obra junta da Cova da onça	25 anos		Cassange	Matheus
Coronel Isidore Rodrigues Pereira		20 anos		Cassange	Francisco
D. Ana Maria da Conceição	Obra junta da Cova da onça	25 anos	baixo grosso, e bem figurado,		Luiz
Domingos Simões	Villa, de Caxias				Antônio
Guilherme Westwood	Villa de Vianna	29 anos	marca MF no peito esquerdo		Manoel Jorge
Guilherme Westwood	Villa de Vianna	32 anos	marca MF no peito esquerdo		Bonifácio
Guilherme Westwood	Villa de Vianna	26 anos	marca MF no peito Esquerdo		Gonçalves
Guilherme Westwood	Villa de Vianna	29 anos	marca QR e MRF no Braço direito		Luiz

Fonte: Autor (2022).

Nos anúncios de fugas de escravizados vinham detalhes das características dos escravizados, que eram descritos e representados por seus senhores. Também se nota os sinais dos maus tratos e as condições precárias em que eles viviam. Portanto, essa era uma estratégia dos senhores para recuperar o escravo fugitivo o mais rápido possível, pois a falta do trabalhador causava prejuízo financeiro para o senhor. Enfim, as fugas eram uma forma de conquistar a liberdade e muitos desses cativos fugiam para os quilombos que eram um refúgio

de pessoas negras, onde os que fugiam podiam viver em comunidade, como se pode perceber no próximo tópico sobre os quilombos.

4.2 Formações de quilombos no Maranhão no início do século XIX.

Após as fugas, os cativos muitas vezes tinham um destino certo, os quilombos. Nesse sentido, entende-se que os quilombos faziam parte da luta contra o sistema escravagista, sendo a forma mais típica de resistência escrava coletiva. De acordo com Pereira (2006), quilombo deriva da palavra africana *lumbu* e *kilumbu*. Nas línguas africanas *quimbundo*, *quicongo* e *umbundo*, o termo *lumbu* significa muro, paliçada. Já na língua *umbundo* significa uma associação guerreira. No Brasil, era empregada para se referir ao esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações que abrigava escravizados fugidos. Pereira (2006) explica como era a vida nos quilombos:

No quilombo, a economia se baseava na divisão de sexual do trabalho. Aos homens, cabiam as tarefas de defesa do quilombo, de extração de ouros nas minas, o rapto de mulheres e o abastecimento do quilombo, de outros alimentos, como peixe e a carne obtidos por meio da caça e do furto de gado. As mulheres adultas, eram reservadas as tarefas da roça, isto é, o plantio e a colheita de mandioca e de arroz, bem como a produção de farinha. Por fim, as lides de domesticas de tecer panos, fazer roupa, cozinhar, cuidar de crianças e criar galinhas e porcos. (PEREIRA, 2006, p. 64).

Segundo Fausto (2004), os quilombos eram estabelecimentos de negros que escapavam à escravização pela fuga e tinha a organização social semelhante às africanas. Eram lugares onde os africanos podiam praticar sua religião e sua cultura. Apesar de serem de diferentes etnias e culturas, eles compartilhavam o mesmo ideal: a liberdade. Albuquerque e Fraga Filho (2006) explica como eram os quilombos:

Ao se referir a quilombo é comum as pessoas imaginarem comunidades exclusivamente negras formadas por choupanas de palha escondidas no meio da floresta, no alto das montanhas, longe das cidades, fora do alcance dos senhores e onde se vivia apenas da própria lavoura, da caça, da pesca e do extrativismo. Mas não é bem essa a história de um grande número de quilombos no Brasil. Em todo o país foram muitos os negros rebeldes reunidos em pequenos grupos nos arredores de engenhos, fazendas, vilas e cidades, em lugares conhecidos por seus senhores e autoridades (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 118).

No Maranhão do início do século XIX, as fugas ocorriam principalmente nas regiões de lavoura e o destino era as matas ou quilombos, que eram refúgios contra a repressão e

normalmente eram construídos em locais de difícil acesso, para dificultar a localização de quem tentava capturá-los. Como explica Gomes (2021):

Quilombos e locais de refúgio, onde os africanos já não estavam sob a supervisão e o controle direto de seus donos europeus ou brasileiros, mas, ainda assim, ficavam expostos a um ambiente que lhes era desconhecido. Ali, tinham de aprender o uso de plantas comestíveis e medicinais, desenvolver novas técnicas agrícolas e de construção de casas, observar o comportamento dos animais para caçá-los com maior eficiência, identificar até mesmo novas divindades escondidas na natureza e com elas aprender a se relacionar na forma de cultos que foram se desenvolvendo no Brasil. Esse sistema de crenças guardava certa semelhança com as práticas ancestrais africanas, mas era diferente das originais. (GOMES, 2021, p. 209).

Além de negros que fugiam, muitos quilombos também reuniam negros libertos, indígenas e brancos pobres que iam devido à falta de apoio do Estado e pela difícil vida na sociedade maranhense. Segundo Assunção (1996), nesses locais existia uma rede de informações com muitos comerciantes locais que lucravam com as trocas de produtos agrícolas, por produtos que não eram produzidos no interior do quilombo. Eles se estabeleciam nas cabeceiras dos rios, nas zonas não ocupadas pela grande lavoura. Houve um crescimento de quilombos no século XIX no Maranhão, às vésperas da independência.

Havia uma alta concentração de quilombos no estado devido ao fato de que as áreas ocupadas pelas fazendas escravistas eram situadas no limite da fronteira agrícola e pelo grande número de escravizados na província. Os escravizados fugiam para as matas de uma fronteira que não era controlada pelo Estado. Segundo Schwarcz (2018), o Maranhão se transformou em verdadeiro empório de quilombos no século XIX.

No Maranhão provincial, houve uma estreita relação entre a formação de quilombos e a eclosão de insurreições escravas. A documentação produzida pelas autoridades dá conta não apenas de um número considerável de aquilombamentos e de sua dispersão pelo território provincial, mas também de uma intensa movimentação de pessoas entre essas formações (COSTA, 2018, p. 256).

No ofício publicado no *O Conciliador do Maranhão* em 30 de abril de 1823, João Francisco Leal e Coronel Antônio de Sales Nunes Belford³¹ fala sobre boatos na capital de insurreições escravas. Os proprietários e senhores se queixavam de roubos, raptos e assassinatos promovidos por quilombolas. O texto relata uma insubordinação no interior de Coroatá, o comandante do distrito, como forma de repressão, prendeu os dois escravizados, que foram os

³¹Foi um militar e político brasileiro, presidente das províncias do Maranhão, de 2 a 5 de junho de 1824, e do Ceará, de 4 de fevereiro de 1826 a 2 de janeiro de 1829. (OLIVEIRA, 2019).

líderes do movimento: Francisco Xavier de Macedo e Pedro Carlos. O texto comenta sobre essa insubordinação que tinha ideias de alforria. Também aborda a questão da formação de quilombos em Itapecuru-Mirim, onde foram presos nove escravizados de senhores diferentes. Até os dias atuais ainda existem comunidades quilombola naquela região. Um exemplo é Santa Rosa dos Pretos.

José Ribeiro, sita no interior de Coroatá levantaram-se contra a recepção d'hum Feitor mandado por seu Sr. paia administra-los, e por esta ocasião se disse que tal insubordinação tinha outro fira incendiário d'exemplificar ideias d'Alforria; porém não foi mais- do que reincidência de tal procedimento respectivo ao mesmo Feitor, que outrora não quiseram admitir os mesmos escravos: o Comandante Parcial daquele Distrito pôs em sossego a Fazenda, e remete-me presos dois escravos cabeças da desordem, e um tal Francisco Xavier de Macedo indiciado de ter influído tia mesma, os quase entreguei ao Juiz Territorial com a respectiva parte cie culpa. Mandeí prender no dia 25 do dito mês um tal Pedro Carlos por notícias, e informações de sua péssima conduta, e o entreguei ao Juiz Territorial para seu respectivo sumario. O Gentio repetiu em dias últimos do mesmo mês os seus costumados insultos em algumas Fazendas sitas no interior do Coroatá. Doe-se em um quilombo dos negros fugidos no distrito parcial de Cantanhede, onde se fez a preza de nove escravos de diferentes senhores. Quartel da Villa d'Itapecuru Mirim 12 d'Abril. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 188, 30 abr. 1823, p. 03).

Os quilombos, como pode-se ver, eram lugares em que não só os cativos que fugiam tinham um lugar de refúgio e proteção, mas também indígenas e foragidos da justiça. Assim, os quilombos eram lugares de solidariedade onde se vivia em comunidade, plantava, caçava, pescava. Mas os senhores e as autoridades públicas tinham receio dos quilombolas, organizavam milícias e grupos armados para destruírem os quilombos que tinham conhecimento.

4.3 Escravização e o medo nas páginas do jornal *O Conciliador do Maranhão*.

Como já foi mencionado, a escravidão não foi aceita de forma passiva pelos escravizados, pois eles reagiram de diversas formas com as com fugas, formação de quilombos, rebeliões e cometimento de crimes contra o sistema escravista. “A revolta escrava, individual ou coletiva, foi o primeiro e principal instrumento de instabilidade da ordem vigente. Rebeliões, crimes contra senhores, fugas” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 346).

A rebeldia escrava permeava o imaginário da sociedade escravista, pois muitos senhores e autoridade, apesar de explorarem e maltratarem os negros, tinham medo das rebeliões e insurreições. Isso levava a muitas ações praticadas por cativos serem consideradas crimes, pois fazia parte dos interesses da classe dominante controlá-los. Um medo comum no período era

de uma rebelião igual à que aconteceu no Haiti³². Percebe-se no jornal *O Conciliador do Maranhão* que essa revolta escrava estava no imaginário social da província do Maranhão.

Na segunda metade do século XIX, o clima de medo e sobressalto se tornou uma constante entre os brancos donos de escravos. Eram frequentes os boatos de fugas, formação de quilombos, agitações e supostos complôs nas senzalas que nem sempre se materializavam. Assassinatos de senhores e capatazes ganhavam grande repercussão nos jornais (GOMES, 2022, p. 322).

A sociedade escravista do Maranhão convivia com um fantasma das revoltas escravas, muito devido a revolta escrava que ocorreu na colônia francesa de São Domingos, uma ilha no Caribe, que hoje é o Haiti, entre os anos de 1791 a 1804, no qual os cativos mataram os seus senhores e tomaram o comando político da ilha. Apesar dos escravizados serem necessários para os senhores, havia um temor na sociedade, principalmente após o levante na colônia francesa de São Domingos. “A independência do Haiti foi além: na origem estava a cobrança de igualdade entre todos os cidadãos a despeito de cor, e o desenrolar da luta resultou na abolição da escravidão e na implantação de um regime monárquico independente, sob Dessalines” (MAMIGONIAN, 2017, p. 29).

A vitória negra em São Domingos deixava os senhores em pânico e assombrados com uma possível rebelião escrava no Brasil. Muitos senhores de escravizados temiam que o desfecho haitiano enchesse de ânimo os escravizados daqui. E esse não era um medo infundado, pois há registro de que no Brasil escravizados e libertos sabiam sobre as ações dos rebeldes em São Domingos e os tinham como exemplo. Para evitar a revolta escrava, os traficantes de escravizados e o governo português utilizavam estratégias como trazer escravizados de diferentes regiões da África para que eles não conseguissem se comunicar e elaborar alguma rebelião.

O Estado era responsável pela manutenção da ordem. Por meio da polícia eram reprimidas as reuniões de escravizados, mesmo assim eles se reuniam para dançarem, cantarem e fazerem batuques. “Do ponto de vista de autoridades públicas municipais e donos de escravizados, esses encontros eram uma “algazarra infernal” que perturbava o sossego público” (PEREIRA, 2006, p. 45).

³² A Revolução Haitiana ou Revolta de São Domingos ocorreu entre os anos de 1791-1804, foi um período de conflito brutal onde os escravizados se revoltaram contra seus senhores e o sistema escravista o que levou o fim da escravidão em São Domingos e a independência do Haiti

O medo de uma revolução escrava tinha amparo na realidade, pois, principalmente durante o século XIX, a insubordinação escrava deixou muitos proprietários urbanos e rurais em pânico. Isso se justificava também pela quantidade de negros, que era bem maior do que a de brancos no Maranhão. Segundo Caldeira (2003), São Luís, em 1821 era constituída por uma população de 120.052 mil habitantes, em que 29% eram de homens livres e 71% de escravizados, que na grande maioria não sabia ler nem escrever e trabalhavam de forma compulsória nas fazendas e nas áreas urbanas. O predomínio da população negra em São Luís era reflexo da grande escravidão vindas do tráfico e da quantidade de escravizados que vinha por meio do tráfico negreiro. A quantidade de negros justificava o medo dos donos de escravizados de uma possível rebelião, conforme publicação 24 de agosto de 1822 *O Conciliador do Maranhão*:

Além disto a lembrança da independência hemaniaca; por que sendo o Brasil mais extenso que a Europa toda, apenas terá 1:500.000 almas livres, espalhadas-por todo grande território, e sempre em susto com o medo dos escravos, muito mais em numero, e que espreitam toda a ocasião de quebrarem suas. cadeias: semelhantes lembranças são tão obscuras, como se nesta Cidade não houvesse mais que três': homens, hum em Xabregas, outro no Rocio, outro em. Belém e que dissessem que queriam fazer uma república, 'Se o Brasil iludido pelas facções arvorar o esta darte estrelado, ele sentirá bem depressa os males, que lhe anúncio. ou a Mfi Pátria usará de seus direitos, ou Nações ambiciosas irão colonizar as Províncias, que mais conta lhe fizerem, ou os escravos renovaram as cenas de S. Domingos; mas tão melancólicas ideias não têm lugar algum; pois a maioria dos Brasileiros não pensa- como os facciosos, que rodeiam o Príncipe. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 91, 24 ago. 1822, p. 04).

No diálogo de 25 de maio de 1822, observa-se o medo de uma rebelião escrava, caso o Brasil se tornasse independente de Portugal. O entrevistado lembra a situação que ocorreu em São Domingos no Haiti. Percebe-se o medo em relação a quantidade de cativos no Brasil, pois os escravizados eram a principal mão de obra do período e muitos brancos livres não queriam desempenhar as mesmas funções. Logo, o texto faz uma crítica a essas pessoas e a grande importação de escravizados africanos.

Nota-se o receio das autoridades maranhenses da chegada de cativos ladinos³³ de outras províncias, principalmente de Pernambuco e de outros locais, como Bahia e províncias do Sul do Brasil. “Pernambuco foi, constantemente, representado com o exemplo maior da desordem e anarquia. Essa imagem contrastava com o ambiente de paz e sossego em que eram representados o Maranhão e o Pará” (ARAÚJO, 2008, p. 110). Diante disso, foram tomadas medidas de prevenção, como a proibição da entrada de escravos ladinos.

³³Escravizados integrados na vivência brasileira que falavam e entendiam português. (FREIRE, 2012).

A proibição do tráfico negreiro, em 1850, acelerou o que Viotti da Costa chamou de “processo de ladinização e desafricanização da população escrava”. “Ladino” ou “crioulo” era a denominação que se dava aos escravos nascidos no Brasil ou já bem adaptados e integrados à sociedade brasileira, diferentemente dos recém-chegados, que eram chamados de “pretos novos” ou “pretos boçais” (GOMES, 2022, p. 25).

O temor era que esses escravizados chegassem com ideias emancipatórias dessas províncias, como exemplifica o edital publicado no dia 4 de junho de 1822 e escrito por João Francisco Leal³⁴, secretário interino, que traz informações sobre o tráfico entre províncias de escravizados e nos revela números expressivos de cativos, sendo comercializados em São Luís, provenientes dessa prática. Tanto é que houve uma portaria de junho de 1822 proibindo a venda de escravizados ladinos³⁵ vindos de outras províncias, como uma forma de controlar a economia e o tráfico negreiro, impedindo, quaisquer desavenças.

O edital proíbe a vinda de escravizados ladinos que vinham de navio de outras províncias para o Maranhão, não proibindo os que vinham por terra. Os que estivessem nas embarcações deviam permanecer e seriam devolvidos para a sua província de origem. Eram permitidos os escravizados domésticos, desde que os proprietários não os vendessem. Essas medidas era uma forma do então secretário interino, João Francisco Leal, manter a paz na província, evitando a chegada de ideias emancipatórias:

Edital de 4 de Junho de 1822, que proíbe nesta Província a introdução de escravos ladinos, vindos das outras Províncias do Brasil, seguindo-se o entender-se, ou finge-se entender, que tal inibitiva não compreende os escravos, que ingressai na Província vindos por terra mas unicamente os que se transportam por mar: e cumprindo a este Governo evitar que a referida dúvida motive abusos, manda declarar pelo presente, que a proibição expressa [...] todos e quaisquer escravos ladinos, que por abuso existam nesta Província vindos por terra "de outras Províncias: e outro sim, que semelhantes escravos, que fação parte da equipagem de quaisquer embarcações que entrarem neste Porto deverão ser conservados abordo, e sahirein nas mesmas embarcações; ao que ficai. restritamente responsáveis os Mestres respectivos [...] serlhes-á permitido a conservação, e uso dos seus escravos domésticos ladinos, com tanto que provem por habilitação legal, que semelhantes escravos fazem parte de sua propriedade, e se obriguem a não dispor deles nesta Província por venda, troca ou donativo (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 18, 26 mar. 1823, p. 01).

No próximo edital de 07 de dezembro de 1822, há a alegação de que a proibição da venda desses escravizados era medida de maior urgência para a segurança pública, pois eles vinham de províncias menos rígidas com os escravizados. De acordo com a publicação, províncias como a de Pernambuco e as do Sul do Brasil disseminavam o sentimento de orgulho

³⁴Foi o ouvidor geral e desembargador da província do Maranhão. (CIRINO, 2018).

³⁵ "Uma vez catequizados e conhecedores da língua dos senhores e das regras de funcionamento da sociedade, eram considerados “ladinos” (MAMIGONIAN, 2017, p. 10).

entre os escravizados, o que os deixam mais propícios a fugas, rebeliões e deserções. Segundo Pereira (2006), ao longo do século XIX a insubordinação dos escravizados deixava muitos proprietários rurais em pânico, fazendo muitas vezes solicitar ao governo provincial, reforço policial e a construção ou reparos nas cadeias:

O medo fica mais evidente quando o redator do edital diz que a maioria dos escravizados vindos desses locais são facínoras e criminosos. Ele explica a insubordinação dos cativos dizendo que os donos de escravizados dessas províncias não são rigorosos na punição. O autor insistia na defesa de punições mais violentas, enfatizando os perigos de evitar os castigos físicos nos escravizados.

Edital, que por cópia envia a Vossa Excelência; em que proíbe nesta Província o ingresso de escravos ladinos, vindos das outras Províncias do Brasil Esta medida torna-se da maior urgência a bem da segurança Pública'. O estado tumultuoso da Província de Pernambuco e d'outras Províncias do Sul do Brasil tem disseminado entre os escravos perigosos sentimento de orgulho, e perversidade que de tal forma, que grande número deles torna-se facínoras e réus de consideráveis crimes, e tendo servido de vis instrumentos de facciosos, são remetidos para esta Província por seus Srs., a fim de os subtraírem rigorosa punição que merecem, o evitarem deste modo a" perda, que com tal punição lhes resultaria: outros porém são enviados por insinuação das autoridades, parem evitarem o perigo de multiplicados castigos públicos, perigosos nas circunstâncias tumultuosas daquelas províncias (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 147, 07 dez. 1822, p. 03).

Na portaria de Sebastião Gomes da Silva Belford, de 08 de junho de 1822, n é citada a explicação da proibição da vinda de escravizados ladinos. Infere-se, mais uma vez, que eles tinham medo porque esses escravizados traziam ideias de revolução. Segundo o fidalgo, a proibição do tráfico interprovincial era para manter o sossego público e evitar perturbações:

O sossego público, e evitar tudo quanto possa direta, ou indiretamente perturba-lo; manda publicar que expressamente fica proibido nesta. Província o ingresso de escravos ladinos, vindos das outras Provinciais do Brasil, sob pena de serem logo reconduzidos para os Portos donde vierem, à custa dos Introdutores e de proceder contra estes conforme for de direito quando os escravos não vierem legalmente habitados para que chegue a notícia de todos se mandou fazer o presente que vai assignado pelo secretário da Junta Provisória e selado com o Selo das Armas Nacionais e Reais. Maranhão Palácio do governo quatro de junho de mil oitocentos e vinte e dois—Lugar do Selo. Sebastião Gomes da Silva Belford. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 95, 08 jun. 1822, p. 04).

Percebe-se a violência em que os escravos eram tratados, mas também um medo de que eles se rebelassem, e que, apesar do medo, os senhores não renunciavam à exploração da mão de obra escrava e também utilizavam formas de punição e castigos, além dos maus tratos. Esse temor será mais abordado no próximo tópico, que trabalha o tema dos crimes cometidos noticiados pelo jornal, além também as sentenças proferidas pelos juízes publicadas.

4.4 Crimes cometidos por escravizados nas páginas do jornal *O Conciliador do Maranhão*

Nesse tópico, serão analisados os crimes cometidos por cativos publicados entre os anos de 1821 a 1823. As rebeldias, os delitos e as insurreições causavam medo na população em geral, mas a ganância pelo dinheiro produzido pela exploração da mão de obra escrava fazia com que os senhores não renunciassem aos escravos. Mesmo com o medo, os senhores, consideravam os cativos indispensáveis para os serviços nas cidades, nas fazendas e nas lavouras.

Os crimes mais comuns dos cativos eram os furtos, roubos, arruaças, vadiagem nos locais públicos, mas podiam cometer atos ilegais considerados mais pesados como assassinar e liderar insurreições. Segundo Santos (2015), eles utilizavam de muitas estratégias de resistência como fugir, furtar ou deixar-se furtar, arruaça, vadiar nos locais públicos e liderar insurreições. Ou seja, seus atos de rebeldia iam de simples contravenção ao crime contra a segurança individual e pública. Assim, nem os açoitamentos públicos conseguiam colocar um fim aos atos de rebeldia dos escravos e, por isso, os representantes municipais tinham que tomar medidas ainda mais fortes. Dessa forma, os representantes municipais tomavam outras medidas, como encarceramento nas galés³⁶ temporárias ou perpétuas e, em muitos casos, a pena de morte. Santos (2015), explica algumas táticas de resistência utilizados pelos cativos:

Táticas de resistência como o corpo mole, o deixarem-se raptar, a água cuspidada e urinada no copo do senhor etc, assim como furtos, roubos, agressões físicas e até assassinatos nos indicam que os crimes cometidos por escravos no Brasil, mesmo não sendo arquitetados como numa rebelião, não eram atos isolados, desconexos e sem um sentido. (SANTOS, 2015, p. 03).

Grinberg (2018), afirma que os ataques individuais ou coletivos contra senhores, feitores e autoridades, por causa de castigos, quebra de acordos e humilhações ocorreram nas mais diversas partes do Brasil. “Ao longo do século XIX, à medida que a escravidão perdia sua legitimidade, crimes cometidos por escravos começaram a ganhar crescente conotação política” (GRINBERG, 2018, p. 153).

Segundo Scherer (2015), os maus tratos, os castigos físicos e a objetificação dos cativos, tornaram mais comuns os atos de insubordinação de escravizados que muitas vezes matavam seus senhores, seus descendentes, administradores e feitores. Essas situações causavam uma

³⁶Galés era a punição na qual os condenados cumpriam a pena de trabalhos forçados. Era uma espécie de antiga sanção criminal. (SANTOS, 2019).

sensação de insegurança social, aumentando as cobranças por parte dos fazendeiros e senhores de medidas públicas para o controle desses casos, como a proibição de escravizados usarem armas e circular pelas ruas das cidades durante a noite. Albuquerque e Fraga Filho (2006), comentam sobre o assunto:

Aos escravos eram proibidos o uso de armas e a circulação pelas ruas das cidades durante a noite. A presença deles nas ruas durante a noite era estritamente controlada pela polícia. Temia-se que camuflados pela escuridão poderiam cometer crimes, fugas e preparar revoltas. O escravo que vagasse à noite sem autorização de seus senhores podia ser preso como suspeito de fugido. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 44).

Para conter a criminalidade escrava, as autoridades públicas aumentavam as penas. Uma delas amplamente utilizada foi a de morte e era uma forma de conter principalmente os assassinatos cometidos por escravizados considerados insubordinados, indisciplinados e insurgentes contra os senhores. O Estado criou uma série de mecanismos de controle e repressão para a escravaria, como o passe noturno, as posturas municipais e os açoitamentos. Em alguns casos, a pena máxima que era a de morte era sentenciada principalmente para os crimes de insurreição e assassinatos contra a vida dos senhores, seus familiares e de feitores (SANTOS, 2015).

Normalmente, os cativos ganhavam a pena de morte quando assassinavam seus senhores, a família do senhor, o feitor ou alguma pessoa livre. Na maioria das vezes, esses assassinatos ocorriam durante os castigos físicos sofridos, que faziam com que a raiva e o desespero se voltassem contra o senhor.

Algo inusitado era que muitos escravizados cometiam pequenos delitos para serem presos nas galés, uma forma de se livrar do serviço pesado, da má alimentação e dos castigos físicos praticados pelos seus senhores. Para muitos, era preferível ficar presos e trabalhar para o Estado do que ser maltratados pelos seus senhores, que poderiam ser cruéis.

Na lógica escravista, o crime cometido por um cativo era mais prejudicial à sociedade do que o praticado por pessoas brancas e livres, pois esses crimes colocavam em xeque a segurança individual e pública da sociedade e instaurava a desordem. Uma das contradições percebidas nas leis coloniais e imperiais no Brasil, é o status social dos cativos que eram juridicamente considerados uma propriedade do senhor, mas ao mesmo tempo eram considerados responsáveis e que deviam ser punidos por seus atos, como explica Mattos e Grinberg (2018):

Segundo o direito colonial português, o escravo era considerado um bem semovente, definido em termos jurídicos como uma coisa, privado de direitos, impedido de possuir propriedade e incapaz de manter qualquer obrigação. No entanto, o mesmo corpus legislativo que permitia a um homem a posse e propriedade por outro, negava aos senhores o direito de vida e morte sobre seus escravos, punia aqueles que os castigavam em demasia, e considerava que o escravo devia responder pessoalmente pelos crimes que porventura viesse a cometer. Assim, no que se refere à lei penal, o escravo era uma pessoa, que tinha responsabilidades por seus atos. Por eles, podia ser levado à Justiça, ser julgado e condenado, bem como sofrer sanções diretas. (MATTOS; GRINBERG, 2018, p. 172).

Outra dualidade de como os cativos eram vistos é apontada por Pereira (2021) que afirma que os escravizados eram ao mesmo tempo considerados mercadoria e trabalhador.

O trabalhador escravo era a um só tempo – mercadoria e trabalho vivo que produzia outras mercadorias como algodão, arroz, açúcar, cachaça e outras. Assim sendo, a escravidão moderna não tem nenhum fundamento racial porque se trata de uma modalidade de trabalho com uma lógica muito precisa, ou seja, gerar a acumulação de riquezas para os que viviam da exploração do trabalho escravo em múltiplas escalas: local, regional, nacional e internacional. (PEREIRA, 2021, p. 203).

No *O Conciliador do Maranhão* aparece o personagem do carrasco³⁷, responsável por aplicar as penas impostas aos réus. Na publicação do dia 4 de setembro de 1822, são relatados o crime de assassinato, roubo e fuga, cometidos por escravizados contra seus senhores. O texto detalha uma sentença dos escravizados Silvestre Valentão, Caetano Marinheiro, Amador Capitão grande, Felipe Coronel, Gonçalo Ferreiro, Alexandre, Antônio Capitães pequenos, Manoel Seleiro, explicando como os réus cometeram o crime. Eles degolaram o senhor Antônio Martins de Carvalho, enterram em um barreiro, roubaram o dinheiro e roupa do senhor e fugiram para o mato.

O assassinato ocorreu na feitoria Angelim, no povoado da Barra do Rio Poti, na cidade de Oeiras, na província do Piauí. Com isso, é notório que o jornal noticiava acontecimentos em outras províncias e com destaque por ser a morte de um senhor e pela forma que ocorreu. O crime aconteceu no dia 25 de março de 1820, mostrando a relevância do ocorrido mesmo anos após o assassinato do fazendeiro Antônio Martins de Carvalho que, segundo o texto, foi morto violentamente. Um latrocínio, pois além da morte cometida, eles também roubaram o fazendeiro e enterram em um barreiro e depois fugiram para as matas. Pela forma que ocorreu e pela violência empregada, demonstra que os cativos tinham uma certa raiva do seu senhor, possivelmente sofriam os mais variados tipos de castigos que chegaram ao ponto de matá-lo.

³⁷ O carrasco era um personagem importante nos enforcamentos, a ele cabia a responsabilidade de pôr fim a vida do condenado e conseguir um carrasco não eram uma tarefa fácil, pois poucas pessoas estavam dispostas a exercerem essa tarefa. (SCHERER, 2015).

Em 2 de outubro de 1822 o jornal relata a sentença do réu Martinho José, com a crueldade da pena aplicada, que era escravo de Agostinho Ignácio Rodrigues Torres, levado pelas ruas públicas à forca, onde seria morto e depois cortada a cabeça. Os enforcamentos eram eventos feitos em lugar público para o entretenimento do povo e para coibir quem porventura cometessem crimes. De acordo com Scherer (2015), o enforcamento de pessoas era feito da maneira errada e poderia prolongar por horas o sofrimento. Muitas vezes ele urinava e defecava. Na agonia do estrangulamento, a corda poderia se romper, fazendo com que a vítima caísse, fraturasse uma perna, além da angústia da espera final.

O réu Martinho José, escravo de Agostinho Ignácio Rodrigues Torres, a que com prego seja levado pelas ruas públicas e costumadas ao lugar da forca, aonde morrerá morte natural para sempre; e que cortada a cabeça seja posta no mesmo lugar, até o tempo a consumir; e o condemno outro sim em cem mil réis para as despesas da Relação, e nas custas dos Autos. — Maranhão vinte e quatro de setembro de mil e oitocentos e vinte e dois. —Souza. —Duarte. —Barradas. —Gonçalves Souza. —Vellozo e Gama. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 128, 02 out. 1822, p. 03).

No dia 8 de novembro de 1822 é publicada a sentença do cativo João Antônio natural de Luanda, que assassinou a facadas uma escrava chamada Maria e feriu outras duas. A pena aplicada ao réu foi a morte por enforcamento e depois a decapitação em um lugar público.

Acórdão Relação &c. visto estes autos : que com o parecer do seu Chanceler servido de governador, se fizeram sumario ao réu João Antônio natural da cidade de Luanda, escravo de Valério Corrêa Lopes morador nesta cidade: mostrasse pelo auto do corpo de delito a folhas três que na casa do mesmo Valério Correa Lopes na madrugada do dia vinte e dois de Julho do corrente ano, das três para as quatro horas, fora morta com uma penetrou e facada a preta Maria que recebera sobre a mamaria direta, que sendo mortal de necessidade imediatamente lhe produziu a morte e que ao mesmo tempo as pretas Gertrude e Christina, , também escravas do mesmo Valério foram gravemente feridas aquela com duas facadas na coxa na parte interna próxima a vagina, com quatro polegadas de profundidade e a outro no seio e uma outra na perna direita, de polegada e meia de profundidade; e esta outra recebera um ferimento entre a quarta e a quinta costela da parte esquerda, de quatro polegadas de profundidade, e sobre o parietal, e espiritual um outro e com carne cortada a meia grossura de onze polegadas de extensão, indicando todos os ferimentos referidos haverem sido feitos com faca. E procedendo á devassa por este fato o Desembargador e ouvidor geral do Crime desta relação, da mesma se mostra : que das três para quatro de julho do corrente ano , a preta Maria sairá do quarto em que dormia com as mais escravas do dito Valério, ao quintal para orinar, e tomando a recolher fechara a porta com a chave, e que a pouco depois a preta Gertrudes sentindo passos dissera a preta Rosa, que ali parecia andar gente de fora , e levantado ambas a procurar a apalpadelas (por que estavam as escuras) se estaria alguém de fora no quarto, não encontrando alguém se tornaram a deitar; porém sentido mais uma vez passos a preta Gertrudes se levanta dizendo – es tu cachorro João Antônio? – o reo lhe responde – ainda fosse falamos diabos. Conheceram perfeitamente a voz do réu, que havia se introduzido no quarto quando a preta Maria saiu ao quintal; e que neste momento a preta Gertrudes corra a porta e tirando-lhe a chave dissera – a pessoa que aqui está dentro há- de ficar fechada até o senhor acordar- pelo que o réu entrou logo a dar facadas na dita Gertrudes, e nas outras que encontrou aqui fora Christina e Maria, que encontrado em

altos gritos e caindo ao pé da Roza , a preta Maria, aquela sentindo a correr copioso sangue fora abrir a porta correndo sobre ela o réu, ainda que lhe rasgou a camisa; quando neste momento e hino o reo a sair da porta do quarto da preta Roza havia aberto, chegou o preto Camillo, escravo também do dito Valério que acordado também aos gritos das mencionadas suas escravas lhe vinha a acudir e trazendo luz foi então que se veio ao pé a faca apensa ainda ensanguentada, a preta Maria morta dentro do quarto, Gertrudes e Christina apunhaladas; e perguntando ao dito Valério ao reo – João Antônio o que fiasses-te?- o reo respondendo não sei o que fiz- pelo que o mesmo Valério mandou segurar ao tronco o réu que lhe amanhecendo, e fazendo-se o corpo de delito o entregou a justiça. [...] pelo aviso de vinte e cinco de setembro de mil oitocentos e doze; condenarão ao reo João Antônio, escravo de Valério Correa Lopes, que sendo conduzido pelas ruas públicas com pregão ao lugar da forca, onde morrera de morte natural para sempre, e cortada a cabeça seja posta no mesmo lugar até o tempo consumir. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 128, 25 jun. 1823, p. 03).

No próximo texto do dia 22 de janeiro de 1823, o jornal traz a relação de escravizados, réus e suas sentenças no de 1822. Na publicação tem-se a ideia de quais crimes eram mais cometidos, quais os nomes dos cativos e quais as penas eram impostas para cada crime:

Relação dos réus sentenciados no ano de 1822, na Ouvidoria Geral do Crime da Relação da Cidade de S. Luís do Maranhão,
 27 Remualdo Antônio, escravo de D. Dorothea Lopes—crime de morte—
 Sentenciados em 6 de julho—Em 3 anos de galés desta cidade.
 os de Galés desta Cidade.
 42 Antônio Capitão pequeno, escravo de Antônio Martins de Carvalho—crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto—Enforcado.
 43 Caetano Marinheiro, escravo do dito Carvalho—crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto— toda ávida para o Presidio de Bissau
 44 Manoel Seleiro, escravo do dito Carvalho- crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto- toda a vida para o Presidio de Bissau—
 45 Gonçalo Ferreiro, escravo do dito carvalho—, crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto— toda a vida para o Presidio de Bissau. —
 46 Silvestre valentão, escravo do dilo Carvalho— crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto— toda a vida para o Presidio de Cacheu.
 47 Amador Capitão grande, escravo do dito Carvalho—crime de morte—Sentenciado em 27 de agosto—toda a' vida para o Presidio de Cacheu. —
 48 Felipe Coronel, escravo do dito Carvalho—crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto—toda a vida para o Presidio de Cacheu.
 49 Alexandre Capitão pequeno, escravo do dito Carvalho—crime de morte—Sentenciados em 27 de agosto—toda a vida para o Presidio de Cachei (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 160, 22 jan. 1823, p. 04).

Abaixo, a continuação da relação dos réus sentenciados no ano de 1822, publicada em outra edição, a do dia 25 de janeiro de 1823 na Ouvidoria Geral do Crime da Relação à Cidade de S. Luiz do Maranhão:

- 57 Martinho José, escravo, crime de morte sentenciado em 24 de setembro-Enforcado.
 59 José Mandinga, escravo-Crime de apropriação de veneno-Sentenciados em 5 de outubro-Toda vida para a Galés desta Cidade.
 61 Pascal, preto escravo- Crime de morte- sentenciado em 2 de novembro- enforcado.
 62 João Antônio, escravo-Crime de morte sentenciado em 5 de novembro-Enforcado.
 66 Valentim, escravo-Crime de furto do em 14 de novembro—Em 4 meses de Gales desta Cidade, e 14.000 rs. para a parte.
 67 Romão Cabinda, escravo-Crime de furto Sentenciado em 14 de novembro-absolvido.
 71 Francisco das Chagas escravo-Crime de polícia-Sentenciados em 14. De novembro-Solto em atenção ao tempo da prisão.
 85 Francisco Rodrigues, escravo-Crime de ferimentos, e furtos-sentenciados em 23 de dezembro-Em 4 anos de Galés desta Cidade, e pagar o valor do furto.
 86 João Raymundo, escravo-Crime de furto Sentenciado em 23 de dezembro- Em um ano de Galés desta Cidade. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 161, 25 jan. 1823, p. 04).

A seguir, a tabela dos principais crimes cometidos por escravizados que aparece no jornal entre os anos de 1821 a 1822:

Tabela 4 - Principais crimes cometidos pelos escravizados e encorados nas edições pesquisadas

Crimes	Quantidade
Insulto	1
Apropriação de veneno	1
Crime de policia	1
Ferimento	1
Furto	5
Morte	12
Total	21

Fonte: Autor (2022).

Como se pode perceber na tabela, o crime de morte praticado por escravizados era o mais comum. No total foram encontrados 15 assassinatos nas sentenças, seguido por furtos que ocorriam principalmente quando havia a intenção de fugir. Os furtos eram comuns, pois muitos senhores não forneciam alimentação, roupas e abrigo Assim, muitos cativos recorriam aos furtos e roubos, mesmo com o risco de serem pegos e castigados, pois o que estava em jogo era a sobrevivência. Abaixo a tabela das principais penas que eram aplicadas nos escravizados:

Tabela 5 - Penas dos crimes cometidos por escravizados

Penas	Quantidade
Galés desta cidade	5
Enforcamento	3
Toda vida no presídio de Bissau	3
Toda vida no presídio de Cacheo	4
Absolvição	2
Liberto por tempo de prisão	1
Devolução do furto	2
Total	20

Fonte: Autor (2022).

As galés da cidade eram locais em que os cativos trabalhavam compulsoriamente, principalmente em obras da cidade. A morte de enforcamento era a sentença para crimes mais graves como o assassinato de um senhor, familiar dele, feitor ou até algum livre branco, conforme já mencionado. Muitos seriam mandados para presídios nas África, mesmo que a absolvição não fosse comum, pois os negros muitas vezes eram considerados culpados de antemão. “a partir de 1857 as galés perpétuas passaram a constituir oficiosamente a penalidade máxima do Império, ao invés da pena de morte prevista pela lei de 10 de junho de 1835 para os escravos que matassem ou ferissem feitores, senhores e respectivas famílias” (SCHERER, 2015, p. 13).

Entende-se, então, que ações consideradas ilegais cometidas por escravizados eram uma forma de resistência contra os maus tratos que sofriam. Deste modo, as notícias de crimes cometidos por escravos na província do Maranhão evidenciam que as motivações era o tratamento dado pela sociedade escravista, muitas vezes castigados, violentados, explorados e colocados em posição como inferiores. Nesse sentido, os crimes e contravenções eram uma forma de mostrar que eram pessoas e iam resistir.

Numerosos braços negros são tratados com tão bárbaro rigor, que até o necessário lhes negam: uma espiga de milho é o seu almoço, arroz e farinha o jantar, do mais lhes fornecem a rapina e a caça; andam nus ou cingidos com uma pequena tanga, salva as poucas exceções; e por isso procuraram os escravos subtrair-se ao jugo do senhorio. (MAGALHÃES, 1858, p. 16)

Mesmo com todo aparato social e de vigilância, como as rondas policiais, os códigos de postura, as prisões e o toque de recolher como forma de coibir atos de resistência dos escravos para manter a “ordem pública”, os cativos reafirmavam sua insatisfação com o sistema e, por meio de medidas desesperadas, se reafirmaram como seres humanos e mostraram que não iam ficar passivos aos desmandos dos senhores e do Estado.

No próximo tópico será trabalhado o tema da nudez dos escravos em lugares públicos. Não é necessariamente uma forma de resistência, mas incomodava grande parte da população de São Luís, principalmente os defensores da “moral” e dos “bons costumes”.

4.5 “Ataque ao pudor” a nudez de escravizados no jornal *O Conciliador do Maranhão*.

No jornal *O Conciliador do Maranhão*, observa-se que a sociedade maranhense do início do século XIX tinha uma preocupação com a nudez dos negros em lugares públicos,

como ruas, praias e as fontes da cidade e havia punição dos escravizados, uma contradição, pois os responsáveis por fornecer roupas para os cativos eram os senhores, que quando as dava, era de má qualidade. Era obrigação dos senhores fornecer vestimenta, cuidar dos que adoeciam e alimentar seus cativos. De acordo com Pereira (2006), as roupas que os escravizados usavam eram produzidas por eles mesmos ou por pessoas que tinham a habilidade da costura utilizando panos grosseiros, fabricados na região e comprado a baixo preço pelos donos de escravizados.

A defesa da moral e dos bons costumes pode ser vista no decreto publicado em julho de 1822. Esse decreto do governo da província, tratando da nudez dos escravos, era um tema que preocupava as autoridades principalmente as religiosas como o bispo Silva Belford, que segundo ele queria evitar os escândalos, moléstias contra os bons costumes que eram a nudez de escravos em lugares públicos de São Luís. Assim, a polícia foi mandada a reprimir e executar a pena contra essa prática, assim o castigo era palmatórias 24, em qualquer escravo de ambos os sexos, acima de 10 anos.

O texto ainda comenta como as mulheres deveriam estar vestidas, como com camisa e saia. Já os homens deviam estar de calções ou calças e os encarregados, caso pegassem, tinham o direito de vender os cativos. Já se fossem menores de 10 anos deveriam ser conduzidos para o comandante da polícia, onde seriam entregues aos seus senhores. Essas atitudes, segundo o bispo Belford, era para a moralização pública. Por ser uma pessoa religiosa, o bispo fala em nome da moral e dos bons costumes.

Percebe-se um tom conservador, mas também se nota a hipocrisia do religioso e da sociedade, pois, ao invés de punir o senhor que deveria cuidar e ser responsável legal do cativo, o bispo quer punir os escravizados. Essa passagem demonstra o imaginário que aquela população tinha dos cativos.

A Junta Provisória e Administrativa do Governo desta Província, desejando evitar o escândalo que a modéstia, e bons costumes causa a nudez com que os escravos aparecem nos lugares públicos desta Cidade: determina que o Major Encarregado do Comando da Policia faça conduzir, perante si, e castigar com duas dúzias de palmatoadas todos os escravos de qualquer sexo, ou cor, que tendo mais de 10 anos de idade, forem encontrados nas ruas, praças, ou outros lugares públicos desta Cidade; sem que as mulheres estejam vestidas com camisa, e saia, e os homens com calções, ou calças; exceptuando unicamente a escravatura nova em quanto andar unida, e estiver em poder dos Encarregados de vende-la. Quanto aos escravos de menos de dez anos de idade, e mesmo rapazes ou raparigas livres de qualquer cor, que semelhantemente se encontrarem nus, ou descompostos nos referidos lugares públicos, o mesmo Comandante da Policia os fará conduzir a seus respectivos Pais, Senhores, ou Mestres, aos quais fará advertir em nome deste Governo, os deveres que tem de evitar aquela nudez tão indecente e contraria a Moralização Publica. (O CONCILIADOR. n. 105, 1822).

Na imagem abaixo pode-se ver como era a punição por palmatória. A pintura da punição de escravizados com palmatória é de Jean-Baptiste Debret. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.

Figura 13 - Punição de escravizados com palmatória: rotina de violência *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, 1834-1839, Jean-Baptiste Debret.



Fonte: (GOMES, 2019).

Outro ofício do dia 17 de julho de 1822, do mesmo bispo, demonstra mais uma vez a preocupação das autoridades da cidade de São Luís com a nudez dos escravizados nas partes públicas da cidade, principalmente nas Fontes das Pedras, pois muitos cativos estavam banhados pelados nessas fontes e eram utilizadas para abastecer a cidade com água para beber e cozinhar. Observa-se, portanto, que além do moralismo, havia uma preocupação com a saúde pública, pois muitas cativas utilizavam essa fonte para lavar roupa a mando dos seus senhores e que muitos banhavam, as vezes com doenças que podiam ser alastradas. Sabe-se que a água contaminada é um dos principais vetores de doenças, junto com a falta de saneamento básico. Principalmente em São Luís, no período, ocorriam muitas epidemias. Aos livres, ele pede que obedeçam ao ofício, aos escravizados que sejam castigados com 24 palmatórias. Ele também fala sobre a proibição da nudez de escravizados nessas fontes e canais e afirma que os que forem pegos durante o dia banhado nas fontes e poços da cidade devem ser castigados.

Em outro edital do dia 20 de julho, o Bispo Belford pede para que os policiais tenham moderação na aplicação dos castigos aos cativos que forem encontrados nus. Essa publicação deve ter sido provavelmente para atender o pedido de senhores, pois os castigos exagerados poderiam aleijar, ferir e matar os cativos, o que seria na lógica escravista um prejuízo.

Observa-se, de certa forma, uma hipocrisia por parte da sociedade maranhense que se escandalizava com a nudez dos cativos, mas não fala diretamente com os senhores que são os responsáveis pelos cativos, tanto de fornecer roupas e alimentos. Havia realmente uma preocupação com a moralidade pública, por isso foram feitos vários editais e ofícios escritos principalmente pelo Bispo Belford, mostrando também que a igreja católica exercia um poder político no Maranhão no século XIX, pois muitos clérigos possuíam cargos no governo da província, como o padre Tezinho como redator e diretor da tipografia maranhense, o bispo Silva Belford era presidente da Junta Provisória, o pároco Francisco José Pereira e o padre Francisco de Barros, eram da Junta da Divisão Eleitoral.

4.6 Perfil dos escravizados nas Páginas do jornal *O Conciliador Do Maranhão*.

Um dos objetivos deste trabalho é traçar o perfil dos cativos que aparecem no jornal, assim nos textos analisados. Para tanto, podemos retirar informações que nos ajuda a conhecer melhor quem eram essas pessoas que foram subjugadas pelos senhores, pela sociedade, pelo poder público do Maranhão do início do século XIX. Nos anúncios de comercialização de cativos, percebe-se as preferências dos senhores em relação ao gênero, a profissão, a idade, etc.

Dessa maneira, as publicações de compra, venda e fuga de escravos, trazem características dos cativos como: nome, idade, cor, sexo, profissão, estatura e características físicas, o que nos permite traçar um perfil dos que fugiam e dos que eram comercializados”, reconstituindo representações e práticas sociais de uma época.

Uma das questões percebidas nos textos é a preferência por escravizados que possuíam ofício ou alguma profissão. Entre os homens, os ofícios mais procurados são cozinheiro, alfaiate, marceneiro, serrador, cabeleireiro, barbeiro, tocador de flauta, carpinteiro, pedreiro, sapateiro, boleiro. Já entre as mulheres, os mais comuns são os domésticos como engomadeira, lavadeira, bordadeira e ama de leite. Na tabela abaixo, pode-se ver os principais ofícios praticados por escravizados que aparecem no jornal:

Tabela 9 - Principais ofícios praticados pelos escravizados homens encontrados nas edições analisadas do jornal.

Ofícios dos escravizados:	Quantidade encontrada nos exemplares analisados.
Alfaiate	1
Barbeiro	1
Boleiro	2
Cabelereiro	2
Carpinteiro	3

Cozinheiro	2
Flautista	1
Marceneiro	2
Pedreiro	2
Sapateiro	1
Serrador	2
Lambiqueiro	1
Total	20

Fonte: Autor (2022).

Outro serviço muito requisitado era o de bordadeira e conserveiras, tanto para servir os senhores em suas casas, como para trabalhar na rua como escravas de ganho produzindo e vendo quitutes nas ruas de São Luís. O lucro que ganhavam eram obrigadas a darem para seus senhores no final do dia. Já as bordadeiras e costureiras produziam roupas.

Tabela 10 -Principais ofícios praticados pelas escravas mulheres nas edições analisadas do jornal.

Ofícios	Quantidade encontrada nos exemplares analisados
Ama de leite	1
Bordadeira	2
Costureira	3
Cozinheira	2
Engomadeira	5
Lavadeira	3
Rendeira	1
Conserveira	1
Padeira	1
Total:	19

Fonte: Autor (2022).

Pelos anúncios se tem uma ideia de onde vinham os cativos da África. Percebe-se que vinham de regiões em que Portugal tinha influência, como Moçambique, Cabinda, Costa da Mina, Angola e Guiné.

Tabela 11 -Principais lugares de origem e nações dos escravizados encontrado no jornal nas edições analisadas.

Nação	Quantidade
Cacheo (Guiné)	2
Canange(Angola)	2
Mina (Costa da Mina)	2
Cabinda	1
Moçambique	1
Ussi	1
Total	9

Fonte: Autor (2022).

Na próxima tabela estão os principais termos utilizados pelos senhores para referirem aos escravizados:

Tabela 12 - Principais nomes que chamavam os escravizados no jornal nas edições pesquisadas.

Nomes	Quantidade
Mulata	1
Mulato	1
Negro	7
Preto	5
Retinto	1
Crioulo	2
Total:	17

Fonte: Autor (2022).

Ao analisar o perfil dos escravizados, nota-se que a maioria era jovem e que isso seria uma qualidade para o desempenho do trabalho, pois muitos enfrentavam trabalhos pesados e carga horária extensa e a expectativa de vida no cativeiro era baixa. A maioria s morria depois de cinco a dez anos de trabalho.

O índice de mortalidade infantil era alto e a expectativa de vida era baixíssima entre os cativos, além das mortes que ocorriam durante o trajeto de navio da África para o Brasil. De acordo com Fausto (2004), no início do século XIX, calculava-se que a população escrava diminuía a uma taxa entre 5% e 8% ao ano e que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino ao nascerem 1872, era de 18,3 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. Na tabela abaixo mostra as idades encontradas no jornal:

Tabela 13 - Idades de escravizados que aparecem no jornal nas edições pesquisadas

Idade	Quantidade
20 anos	1
24 anos	1
22 anos	2
26 anos	1
29 anos	2
32 anos	1
34 anos	1
35 anos	1
48anos	1
Total	11

Fonte: Autor (2022).

Os senhores mudavam os nomes dos escravizados, como uma forma de retirar a identidade dessas pessoas. Segundo Pesavento (2007), a identidade é uma construção simbólica de sentido, organizada em um sistema a partir da ideia de pertencimento. Dessa forma, os nomes dos cativos eram pouco encontrados nos anúncios de vendas. Mas, em quase todos os avisos de fugas e na sessão de presos, os nomes estavam presentes. Os mais comuns dos escravizados

foram: Sebastião, Ricardo, Matheus, Francisco, Luiz, Antônio, Hipólito, Manoel, Jorge, Bonifácio, Gonçalves, Caetano, Gonçalo, Silvestre, Amador, Felipe, Alexandre, Martinho, José, Pascoal, João, Valentim, Romão.

Pode-se perceber que os cativos faziam parte de São Luís desempenhando diversas funções. Os escravizados homens eram mais utilizados para o serviço de roça nas plantações. Na cidade eles faziam mais serviços que tinham relação com a construção civil, mas também podiam desempenhar serviços domésticos. Já as mulheres cativas desempenhavam mais serviços relacionados ao cuidado como cozinheiras, costureiras, engomadeiras e como amas de leite. As idades dos cativos encontrados nos jornais variam de 20 anos até 48 anos. No perfil de idade, é predominante a presença de jovens do sexo masculino.

CAPÍTULO V - ENTRADAS E SAÍDAS DE EMBARCAÇÕES COM ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO.

No capítulo será analisada a seção “Movimento do Porto”, onde era noticiada a entrada e saída de embarcações. No porto, verifica-se que além de mercadorias também entravam e saíam escravos. O comércio de escravizados no Atlântico era conhecido como tráfico negreiro, que foi responsável por trazer milhares de cativos para o Maranhão de forma forçada e sem remuneração nas plantações de cana de açúcar, algodão e arroz. Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo entender como era praticado o tráfico de escravos no Maranhão utilizando os registros de entrada e saída de escravizados de navio no jornal *O Conciliador do Maranhão*, entre os anos de 1821 a 1823.

Para entender como funcionava o tráfico negreiro, vamos até a África, onde os negros eram capturados muitas vezes por outros africanos e vendidos para os traficantes europeus em troca de mercadorias. Após a captura e a venda para os traficantes, eram colocados em navios e embarcados para as mais diferentes regiões da América.

Eles eram transportados nos porões dos navios, amontoados em um lugar quente, insalubre e apertado. Era servida água suja e os alimentos, muitas vezes estragados, eram insuficientes para a tripulação e para os cativos. Muitos morriam durante a viagem, devido a doenças, a desnutrição ou até mesmo jogados dos navios como forma de racionar água e comida. Os porões dos navios onde os escravos ficavam eram escuros, sujos e abarrotados de gente, de tal maneira que até respirar era difícil.

A alimentação continuava a ser má e insuficiente, fermentada pelo calor e pelo azebre das caldeiras de cobre em que era cozinhada. A água, escassa, era saloba, alterada pela má qualidade do vasilhame. A pouca ou nenhuma higiene, juntamente com o intenso calor e a umidade salitrosa, ateavam as epidemias de que nem os marinheiros escapavam. O próprio ar, pouco ou nada ventilado, tornava o ambiente dos porões denso e pestilento; tal como a luz, entrava apenas pelas grades da escotilha, ou por uma ou outra fenda. Os capitães dos navios tinham consciência de quanto esta situação era prejudicial. E, querendo de algum modo minimizar as perdas, mais por interesse do que por humanidade, entre outras medidas, mandavam limpar e esfregar duas vezes por semana a coberta com vinagre e permitiam que os escravos, divididos em grupos, viessem a ferros até ao convés para receber ar fresco. (PIMENTEL, 1999, p. 15).

Segundo Freyre (2012), a alimentação nos navios era o bastante para manter os escravos respirando; eram dado um copo d'água a cada três dias para impedir a morte por desidratação. Calculava-se em média de 4/10, de 800 escravos embarcados, morriam na travessia; e 3/10 no primeiro ano de América. Barroso Junior (2009) explica as perdas de escravizados durante a viagem para o Maranhão:

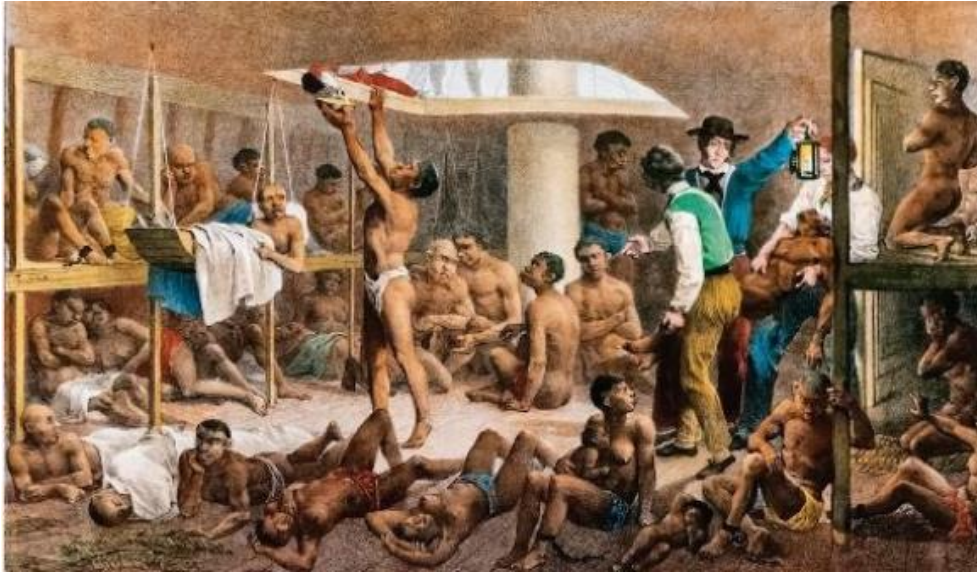
A perda de escravos destas embarcações que chegaram a São Luís era quase nula dentre os anos de 1775 a 1800, menos de 1%, e essas perdas quando ocorriam eram referentes às doenças como bexigas ou a uma ou outra inflamação escorbútica mais pesada, portanto, os motivos da mortandade não incluíam a superlotação das naves. Logo, as embarcações de navegação oceânica que chegavam ao Maranhão não excediam o volume médio de transportes de “peças” africanas, ao contrário, parecem estar condizentes com as normas de carregamento da legislação portuguesa. Mesmo o Navio S. Pedro Gonçalves em 12 de julho de 1779 chegou apenas com 174 escravos – número relativamente pequeno dado a imensidão de uma embarcação como o navio, tão grande quanto a curveta e a galera. Entretanto, mesmo sem exceder diretamente o peso, estas embarcações chegavam com muito mais escravos que aquelas que navegavam pela costa da América Portuguesa oriundas do Estado do Brasil, o caso das sumacas. (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 73).

Segundo Lopes (2016), devido aos maus tratos e as péssimas condições do transporte, calcula-se que entre 5% e 25% dos africanos morriam durante a viagem. Por esse motivo os navios negreiros eram chamados de túmulos flutuantes. Gomes (2019) comenta sobre a realidade sofrida pelos cativos durante as viagens da África para a América:

A morte era uma realidade concreta e sempre presente para aqueles que cruzavam o Atlântico nos porões dos navios negreiros. Na primeira metade do século XIX, o Brasil bateu todos os recordes em 350 anos de escravidão negra e africana. No espaço de apenas cinco décadas, 2.376.141 homens e mulheres foram arrancados de suas raízes, marcados a ferro quente e despachados à força rumo às cidades e lavouras brasileiras. Nunca tantos escravos chegaram ao país em tão pouco tempo. Ao todo foram 10.923 viagens, quase um terço do total de 36.110 catalogadas para todo o continente americano ao longo de três séculos e meio pelo banco de dados slavevoyages.org. Do total de embarcados, apenas 2.061.624 atingiram o destino. Os demais 314.517 morreram e foram sepultados no mar — em média, dezessete cadáveres eram lançados das amuradas dos navios todos os dias, para serem devorados por tubarões e outros predadores marinhos (GOMES, 2019, p. 155).

A imagem abaixo é de uma pintura do porão de um navio negreiro, feita pelo pintor francês Rugendas: dor e desespero *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1827/1835, Johann Moritz Rugendas. Alamy / Fotoarena.

Figura 14 - Porão de um navio negreiro: dor e desespero Viagem pitoresca através do Brasil, 1827/1835, Johann Moritz Rugendas. Alamy / Fotoarena.



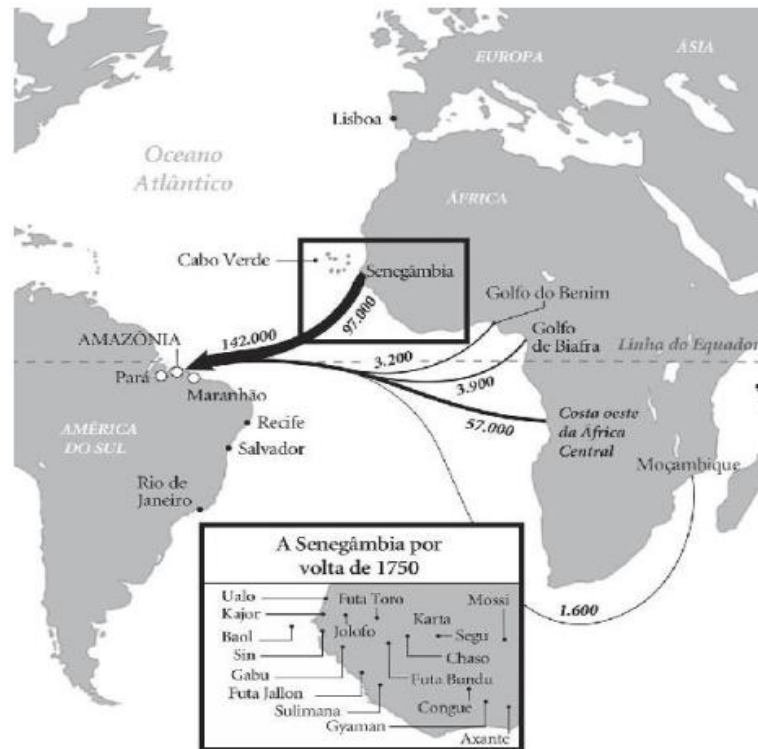
Fonte: (GOMES, 2019).

O Maranhão, durante todo o período de escravização, recebeu milhares de cativos africanos. Esse grande fluxo de cativos africanos era devido à escassez de mão de obra nas lavouras da província e os altos lucros do comércio de pessoas negras no Atlântico. No século XVI, se iniciava a vinda de africanos de várias regiões e nações para o continente americano. Muitos vinham de Cabo Verde e Angola, como explica Parés (2018):

Além das ilhas de Cabo Verde, os principais enclaves do tráfico português nessa zona foram os portos de Cacheu e Bissau (na atual Guiné-Bissau). Calcula-se que os cativos da Alta Guiné perfizeram quase 10% do total dos "africanos ocidentais" transferidos para o Brasil, em particular para o Maranhão. (PARÉS, 2018, p. 79).

Abaixo a imagem das principais regiões de onde vinham os cativos para a região amazônica:

Figura 15 - Regiões da África de onde vinham os escravizados para a região Amazônica:



Fonte: (GOMES, 2019).

Segundo Pereira (2006), entre os anos de 1756 e 1789, São Luís e Belém foram abastecidos com 20.339 escravos de diferentes lugares da África: Bissau, Cacheu, Angola, Serra Leoa. Dos 20.339 escravos, 8.937 eram homens adultos (43,9%), 5.332 mulheres (26,2%), 2.213 rapazes (10,8%), 1.754 mulheres jovens (8,6%), 40 crianças (0,19%) e 2.063 sem indicação específica (10,1%).

Já na região amazônica, a constituição de um tráfico negreiro regular só se tornou possível em meados do século XVIII com a criação de uma companhia de comércio que detinha a exclusividade do fornecimento de escravos. Na época, cerca de dezoito embarcações transportavam africanos para os portos de São Luís e Belém. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 44).

Antônio Bernardino Pereira do Lago (2001) calculou que mais de 77% da população do Maranhão era de escravos e libertos. Na tabela abaixo de ele exemplifica a média anual de escravizados vindos para o Maranhão da África e de outras regiões do Brasil entre 1812 a 1820:

Tabela 6 – Médias anuais de escravos vindos para o Maranhão da África e de outras regiões do Brasil nos quinquênios de 1812-1816 e 1816-1820

PERÍODO	Média anual de escravos vindos da África	Média de escravos vindos de outras regiões do Brasil
1812-16	1822	713
1816-20	3790	1619

Fonte: (LAGO 2001, p. 108-123).

Não se pode negar que o tráfico negreiro era um negócio muito lucrativo e contava com o apadrinhamento do governo português. Nesse sentido, muitos traficantes faziam parte da elite colonial. Eles acumulavam riqueza, poder e prestígio na sociedade, que não se chocava com as crueldades sofridas pelos cativos durante a viagem, pois a maior parte achava que a escravização era essencial para a economia.

No início do século XIX, o Maranhão tinha como principal comprador do seu algodão a Inglaterra. No jornal *Conciliador* são registradas 83 embarcações que faziam comércio com o porto de Liverpool, o que comprova a importância do mercado inglês, principal consumidora do algodão maranhense. Como explica Cutrim (2018):

Importante indício da intensidade do comércio São Luís/Liverpool está nos registros da inspeção do algodão, no Maranhão, que apresentam o valor aproximado das exportações no ano de 1821 com o total de 963:211. 821 réis, dos quais, 62% correspondiam à demanda de um único porto da Inglaterra, o de Liverpool. (CUTRIM, 2018, p. 65).

Youssef (2010), comenta como era o comércio de algodão entre Maranhão e Inglaterra:

O algodão do Pará e do Maranhão chegou a abastecer 30% do mercado inglês na década de 1790 e por volta de 1800 representava 28% do valor das reexportações portuguesas de produtos oriundos do Brasil. Juntos, os dois produtos alavancaram o comércio com a metrópole, formando, entre 1796 e 1800, 85% das reexportações portuguesas de mercadorias oriundas da América portuguesa. Todavia, tamanho crescimento não se prolongou por muito tempo. Na década de 1810, as duas culturas já davam claros indícios de que haviam chegado a seu auge, perdendo a concorrência para o açúcar cubano e para o algodão do Sul dos Estados Unidos (YOUSSEF, 2010, 72).

Em uma análise no jornal pode ser percebido os registros de entrada e saída de embarcações, sendo possível perceber os nomes dos navios, duração das viagens e o nome dos comandantes. Por esses registros pode-se conhecer as origens dos cativos que chegavam a São Luís no início do século XIX. Pinheiro (2016), explica a movimentação das embarcações no porto de São Luís nas páginas do *O Conciliador do Maranhão*:

A movimentação do porto de São Luís também foi noticiada pelo jornal *O Conciliador do Maranhão*. Registraram-se chegadas de navios de outras províncias portuguesas, como Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul; e chegadas do Rio de Janeiro e da Bahia, além de saídas para cidades europeias, como Lisboa, Porto e Liverpool. Há registros de partidas para localidades do continente americano: Barbados, Suriname e Salem (Estados Unidos). As entradas e saídas de embarcações, com os nomes dos navios, duração das viagens e comandantes, foram costumeiras nas páginas do impresso, como veremos a seguir. (PINHEIRO, 2016, p.152).

O tráfico de escravizados aparece no *O Conciliador do Maranhão*, no dia 16 de abril de 1823, que fala sobre as pressões da Inglaterra para o fim do tráfico negreiro no Brasil. A Inglaterra combatia este comércio desde o início do século XIX. O texto afirma que a majestade Britânica tem uma convecção ocorrida em 28 de julho de 1817 que o Brasil se compromete a combater o tráfico negreiro, nos termos afirmados em 1815 e o acordo previa o direito recíproco de visita aos navios de ambos os países. Além do tráfico negreiro, observa-se ideias abolicionistas no jornal, como o posicionamento de alguns parlamentares, legislando para melhorar as condições de vida dos escravizados no Maranhão.

Em 09 de março de 1822, o parlamento pede a emancipação gradual e a cidadania aos escravizados e pede também aos senhores de escravizados que tratem os cativos como homens cristãos e não como brutos animais, enfatizando que os escravizados não reclamam estes direitos com tumultos e insurreições e que se fizessem trariam cenas de sangue e horrores. Segundo o texto, a emancipação gradual, transformariam os escravizados em homens “imorais” e “brutos animais” em ativos e virtuosos, mas ao mesmo tempo demonstra um medo de uma possível revolta dos escravizados:

Que se cuide a Legislar e dar as providências mais sérias e enérgicas sobre dois objetos de maior importância. para a prosperidade e conservação do Reino do Brasil: O 1. sobre a catequização e civilização geral e progressiva dos Índios. Bravos, que vagueiam pelas matas e brenhas; sobre cujo objeto um dos Membros deste Governo dirige uma pequena memoria às CORTES GERAES por mão de seus Deputados: O 2. Requer imperiosamente iguais cuidados da Legislatura sobre melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua. Emancipação gradual e conversão de homens imorais e brutos em Cidadãos ativos e virtuosos; vigiando sobre os Senhores dos mesmos escravos para que estes os tratem como homens e cristão, e não como brutos animais, como se ordenará nas Cartas Regias de 23 de março de 1688, e de 27 de fevereiro de 1798; mas tudo isto com tal circunspecção que os miseráveis escravos não reclamam estes direitos com tumultos e insurreições, que podem trazer cenas de sangue e horrores. Sobre este assumpto o mesmo Membro deste Governo oferece alguns apontamentos e ideias ao SOBERANO CONGRESSO. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 69, 09 mar. 1822, p. 02).

A entrada e saída de escravizados por meio do tráfico negreiro pode ser visto no texto do *O Conciliador do Maranhão* do 10 de novembro de 1821, que noticia a chegada da

embarcação bergantim³⁸ Português Oriente. Os bergantins eram navios muito rápidos e manobráveis. O navio era comandado pelo Capitão José Pereira d'Azevedo; de Pernambuco, que também chegavam à mão de obra escrava, a embarcação com 17 passageiros, escravizados, mercadorias e levava algodão para Liverpool. Algo que se percebe nesses avisos de chegada e saída de embarcações trazem poucas informações, apenas o nome e o tipo de embarcação, do capitão ou mestre, o local de origem e a mercadoria trazida, na maioria não traz a quantidade de cativos embarcados. “Entrou—Bergantim Português Oriente, Cap. José Pereira d'Azevedo; de Pernambuco, com 17 Passageiros, e escravos, e vários gêneros”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 35, 10 nov. 1821, p. 05).

Em outro texto do *O Conciliador do Maranhão*, demonstra a chegada da escuna portuguesa Bliella Astréa do Mestre Luís Pacheco da Silva, vinda da Bahia, passando pelo Ceará com uma carga de 115 escravizados para Carlos Luciano Mendes. Nota-se o tráfico interpolicial e uma grande quantidade de escravizados. A embarcação fez escala no Ceará e teve 19 dias de viagem, além dos cativos “boçais”, tinham 15 passageiros e equipagem, os escravos vinham por encomenda. Algo que chama a atenção é a grande quantidade de escravizados que vinha da Bahia com 115 escravizados:

Mesmo dia às 2 horas da tarde. Entrou Escuna Portuguesa, denominada Bliella Astréa, Mestre, Luís Pacheco da Silva: vem da Bahia de todos os Santos, Costa do Brasil; escala pelo Ceará, com 19 dias de viagem contados do primeiro Porto; com 15 pessoas de equipagem, e 2 passageiros abaixo declarados: carga 115 escravos boçais, consignada a Carlos Luciano Mendes: destina-se a descarregar; não traz mala do Correio (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 161, 25 jan. 1823, p. 03).

Em 28 de novembro de 1823 no jornal *O Conciliador do Maranhão* noticiou o registro da entrada da escuna portuguesa *Maria*, no porto de São Luís que tinha como comandante Jerônimo Antônio Pusiah. A embarcação vinha das Ilhas de Cabo Verde, sem escala com 13 dias de viagem, e trazendo escravizados.

O tráfico negreiro no Maranhão tinha o envio regular de escravizados africanos, que vinham para as fazendas do interior da província. “novembro—25—Entrou: Berg. Português – Maria. Comandante Jerônimo Antônio Pusiah: das ilhas de Cabo Verde, 13 dias: com Escravos, a Antônio José Pinto” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 40, 28 nov. 1821, p. 08).

Em 4 de Janeiro de 1823, foi noticiado o registro da entrada da escuna portuguesa *Liberal*, as suas horas da tarde no porto de São Luís que tinha como comandante o Manoel de

³⁸Embarcação do tipo da galé, de um a dois mastros e velas redondas ou vela latinas. Levava trinta remos e era utilizada como elemento de ligação, exploração, como auxiliar de armadas ou em outros serviços do gênero. (DEMATHÉ, 2014),

Sousa Machado. A embarcação vinha da Angola, Costa Leste, com escala em Pernambuco com 48 dias de viagem e trazendo como carga 281 escravizados, consignados a Honório José Teixeira³⁹:

Em 3 de Janeiro, às duas horas da tarde Entrou Brigue-Escuma Português denominada Liberal, Mestre, Manoel de Sousa Machado, vem do Porto de Angola, Costa Leste, com escala por Pernambuco, em 48 dias de viagem, contados do primeiro Porto; com 22 pessoas de equipagem, e 1 passageiro. Carga 281 escravos buçaes, consignados a Honório José Teixeira (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, nº 155, 04 jan. 1823, p. 04).

Em 14 de junho de 1823, é relatado no noticioso o registro da entrada da Galera portuguesa Feliz Ventura, que tinha como comandante o Mestre José Ferreira Chaves. A embarcação vinha da Bahia, Costa Leste, sem escalas com 12 dias de viagem, e trazendo como carga 55 escravos “boçais”, consignados a José da Costa Santos:

Entrou Galera portuguesa denominada Feliz Ventura, Mestre, José Freiras Chaves: Vem do Porto da Bahia: Costa do Brasil: sem escala: com 12 dias de viagem: com 25 pessoas de equipagem; e 10 passageiros abaixo declarados; carga, vários gêneros; e 55 escravos buçaes; consignados a José da Costa Santos: destina-se a descarregar e carregar. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 201, 14 jun. 1823, p. 05).

Na edição 51, do dia 05 de janeiro de 1822 foi noticiada a chegada da embarcação da Berg. Portuguesa Boa Fortuna, do capitão Manoel do Carmo Santos, vinda de Pernambuco, em uma viagem de seis dias, trazendo como mercadoria açúcar, aguardente e escravizados para Miguel Tavares. “Entrarão Berg. Port. Boa fortuna, Cap. Manoel do Carmo Santos: de Pernambuco, 6 dias de v.; com açúcar, aguardente e escravos; consignado a Miguel Tavares”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 51, 05 jan. 1822, p. 06).

Em 23 de janeiro de 1822 é narrada a chegada da Berg. Portuguesa Conceição de Matozinhos, comandada pelo capitão José Antônio dos Santos, vindo de Pernambuco, com oito dias de viagem, trazendo açúcar, aguardente e escravos. “17—Entrarão— Berg, Port. Conceição de Matozinhos, Cap. José Antônio dos Santos: de Pernambuco, em 8 dias, com Açúcar, Aguardente e escravos”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 56, 23 jan. 1822, p. 04).

No dia 18 de maio de 1822 consta a chegada da Bergantim. Portuguesa *Vulcano* do Capitão Isidoro Alves, vinda da África em 30 dias com 410 escravos. Outro detalhe é que essa

³⁹ Foi um abastado negociante, agricultor e militar que muito se empenhou nas lutas pela adesão do Maranhão à causa da Independência. Nasceu em Alcântara, cidade próxima a São Luís, no Maranhão, em 1790. (GALVES, 2010).

embarcação vinha com uma grande quantidade de escravizados. “6- Entrou Bergantim Português-Vulcano- Capitão Isidoro Alves de África em 30 dias: com 410 escravos” (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 89, 18 mai. 1822, p. 06).

Foi noticiado no jornal *O Conciliador do Maranhão*, no dia 18 de maio de 1822, a vindade uma embarcação portuguesa chamada Hernulinda comandada pelo capitão Antônio José de Souza Junior da Syalle e Comp vinda do Rio de Janeiro para o Porto de São Luís, com 31 dias de viagem, trazendo escravos e aguardente, percebe-se que a Viagem da África para o São Luís tem a duração similar à do Rio de Janeiro para São Luís. “A Syalle e Comp. Galera Portuguesa Hernulinda, Cap. Antônio José de Souza Junior; do Rio de Janeiro, em 31 dias com aguardente, e escravos. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 89, 18 mai. 1822, p. 06).

No dia 04 de junho de 1823, o impresso trata da chegada da escuma portuguesa, Maria comandada pelo capitão tenente Jeronimo Antônio Pussich do Porto de Bissán, Costa de África; sem escala: com 16 dias de viagem trazendo 28 pessoas e equipagem, 8 passageiros abaixo declarados: carga 212 escravos “boçais”: para o comprador Antônio José Pinto observa-se a vinda de uma grande quantidade de escravizados:

Idem 2 de Junho, á 1 hora da tarde entrou o Brigue Escuna Português denominado Maria: Comandante o Capitão Tenente Jeronimo Antônio Pussich: vem do Porto de Bissán, Costa de África; sem escala: com 16 dias de viagem, contados desde que saio do dito Porto: com 28 pessoas de equipagem, e 8 passageiros abaixo declarados: carga 212 escravos buçaes: consignando a Antônio José Pinto: destina-se a ficar em franquia: não traz mala do Correio: e entrou neste Porto para tomar prático para o Pará. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 198, 04 jun. 1823, p. 06).

A passagem de Joaquim Antônio da Silva natural de Bissio, que era negociante que vinha tratar de negócios em São Luís e traz 212 pretos (escravizados) de sua família também foi notícia, em 18 de maio de 1822. Nesse aviso o que surpreende é a idade do negociante, apenas 16 anos, assim como a grande quantidade de escravos, 212, que ele chama de “pretos”. “Joaquim Antônio- natural de Bissio-idade de 16 anos –ocupação negociante - vem com destino de tratar seus negócios- ignorar onde vai morar, e traz 212 pretos de sua família”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 198, 04 jun. 1823, p. 06).

Na publicação de 9 de julho de 1823 do jornal *O Conciliador do Maranhão*, foi noticiado a saída de uma embarcação Sumaca portuguesa Gerves transportando 15 pessoas, equipagem e 200 escravizados que vão para New York, com escala pelo Pará. Percebe-se que o comércio de escravizados entre os Estados Unidos e o Maranhão era comum no século XIX. “Saiu Sumaca Portuguesa Gerves, Mestre João Gomes Veludo, com 15 pessoas de equipagem,

um passageiro' Americano e 200 Escravos de carregação que vai para New York, com escala pelo Pará”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 208, 09 jun. 1823, p. 04).

Na publicação de 30 de janeiro de 1822 consta a à chegada da Berg. Bisarria Triunfante, comandada pelo capitão Antônio Joaquim Ramos chegou de Pernambuco, em 7 dias de viagem com açúcar e escravizados para a Jose Rodrigues Roxo “Berg. Bisarria Triunfante; Cap; Antônio Joaquim Ramos: de Pernambuco, em 7 dias, com açúcar. e escravos; a Jose Rodrigues Roxo”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 58, 30 jan. 1822, p. 04).

Em 27 de março de 1822, é publicada a chegada da Berg. Portuguesa. Triunfo da Inveja comandada pelo capitão João Baptista da Silva veio da Angola com 23 dias de viagem, trazendo escravizados. A travessia da Angola para Pernambuco durava em média trinta e cinco dias, quarenta até a Bahia e cinquenta até o Rio de Janeiro. “Berg. Port. Triumpho da Inveja, Cap. João Baptista da Silva: de Angola em 23 dias, com escravatura”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 74, 27 mar. 1822, p. 06).

No dia 30 de janeiro de 1822, o jornal *O Conciliador do Maranhão* conta sobre a vinda da Berg. Portuguesa São Marcos, comandada pelo capitão Manoel Rodriguez Viana, chegando de Pernambuco com oito dias de viagem trazendo escravizados e açúcar, os escravizados vinham juntos com outras mercadorias, como açúcar, algodão e aguardente. “Berg. Portuguez -S. Marcos, Capitão Manoel Rodriguez Viana, entrou em 25 do corrente, vindo de Pernambuco em 8 dias, com escravos e açúcar; a José Rodriguez Roxo”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 75, 30 mar. 1822, p. 04).

Na publicação foi noticiado a chegada da Bergt. Portuguesa Delfim comandada pelo capitão Francisco Joaquim d'Almeida a embarcação vinha de Moçambique que passou por Pernambuco, com 91 dias de viagem e traz como mercadoria escravizados. “Entrou—Bergt. Port. Delfim, Cap. Francisco Joaquim d'Almeida; de Moçambique, por Pernambuco, em 91 dias, com Escravos”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 53, 12 jan. 1822, p. 06).

A chegada da Brigue portuguesa. General D. Antônio, comandada pelo Tenente José Antônio Coelho vinda de Bissno com 25 dias de viagem e com escravizados é notícia em 03 de agosto de 1822. “Brigue Português, General D. Antônio, Comandante o Primeiro Tenente José Antônio Coelho, de Bissno em 25 dias, com escravos”. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 11, 03 ago. 1822 p. 06).

Na publicação de 31 de maio de 1823, conta a chegada da Brigue de Miguel Joaquim de Serqueira e Silva de 39 anos de idade que era bacharel (formado em Direito) que vinha morar na São Luís, traz com ele quatro filhas e oito escravizados sendo seis menores de idade, vindos da província de Alagoas:

Miguel Joaquim de Serqueira e Silva, natural das Alagoas—idade de 39 anos — ocupação Bacharel: vem com destino de residir nesta Província: ignora para onde vai morar—traz em suas companhias 4 Filhas menores, uma Aia, e 8 escravos, sendo 6 de. menor idade. —Assignados—Jose Bernardino da Silva, Ajudante Encarregado do registo. —Francisco de Borges, Segundo Tenente. (*O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 197, 31 mai. 1823 p. 04).

Abaixo a tabela sobre a quantidade de escravizados que chegaram a São Luís entre os anos 1821 a 1823 no jornal *O Conciliador do Maranhão*:

Tabela 7 - Quantidade de escravizados que chegaram ao Maranhão entre os anos de 1821 a 1823 encontradas nas edições do jornal.

Ano	Quantidade de escravizados que chegaram no Maranhão
1821	0
1822	580
1823	535
Total	1115

Fonte: Autor (2022).

A próxima tabela mostra a origem de onde vinham os escravizados a São Luís entre os anos de 1821 a 1823 publicados no jornal *O Conciliador do Maranhão*:

Tabela 8- Origem dos escravizados que chegaram pelo porto de São Luís entre os anos de 1821 a 1823 nas páginas do jornal.

Origem	1821	1822	1823
Pernambuco	1	3	
Bahia			1
Ilhas de Cabo Verde			1
Liverpool		1	
Porto de Bissau Costa da África		1	1
New York			1
Angola		1	1
Moçambique		1	
Total	1	7	5

Fonte: Autor (2022).

Na seção *Entrada e Saídas* no jornal *O Conciliador do Maranhão* verifica-se a movimentação no porto de São Luís, a chegada de várias embarcações de diversos lugares do mundo. A economia da província do Maranhão do século XIX era baseada na exportação principalmente de algodão e açúcar. No século XIX, o porto de São Luís era um dos mais importantes do Brasil e as suas movimentações foram noticiadas no jornal *O Conciliador do Maranhão*. Pelos portos brasileiros chegavam os escravizados africanos que desembarcavam principalmente nos portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís.

Esses portos eram os grandes importadores e que redistribuíam escravizados para diversas regiões do Brasil.

Tabela 8 – Nome das principais embarcações que entraram e saíram com escravizados no Maranhão entre os anos de 1821 a 1823 encontradas nas edições do jornal.

Nome	Ano	Comandante	Quantidade de escravizados	Origem da embarcação	Destinatário	Dias de viagem
Bergantim Português Oriente	1821	Cap. José Pereira d'Azevedo	Não menciona	Pernambuco	Não menciona	Não menciona
Bliella Astréa	1823	Mestre, Luís Pacheco da Silva	115	Bahia de todos os Santos	Carlos Luciano Mendes	19 dias
Escuna Berg. Português Maria	1823	Comandante Jerônimo Antônio Pusiah	Não menciona	Ilhas de Cabo Verde	Antônio Jose Pinto	13 dias
Berg, Port. Conceição de Matozinhos	1821	Cap. Jose Antônio dos Santos	Não menciona	Pernambuco	Não menciona	8 dias
Bergantim Português-Vulcano	1822	Capitão Isidoro Alves	410	África	Jhonstone-Bergantine	30 dias
Sumaca Portuguesa Gerves,	1823	Mestre João Gomes Veludo	200	New York		Não menciona
Berg. Bisarria Triunfante;	1822	Cap; Antônio Joaquim Ramos.	Não menciona	Pernambuco	Jose Rodrigues Roxo	7 dias
Berg. Port. Triumpho da Inveja,	1822	Cap. João Baptista da Silva	Não menciona	Angola	Não menciona	23 dias
Berg.Portuguez - S. Marcos,	1822	Capitão Manoel Rodriguez Viana.	Não menciona	Pernambuco	Jozé Rodriguez Roxo	8 dias
Brigue Portuguez, General Antônio, D.	1822	Comandante o Primeiro Tenente Jose Antônio Coelho, de Bissno	Não menciona	Bissno	Não menciona	25 dias
Escuna Port. Conceição Telegrafo	1822	Mestre José João de Oliveira	Não menciona	Pernambuco	Não menciona	5 dias
Bergt. Port. Delfim	1822	Cap. Francisco Joaquim d'Almeida	Não menciona	Moçambique, por Pernambuco.	Não menciona	91 dias

Fonte: Autor (2022).

Pelo Porto de São Luís, chegaram milhares de cativos para trabalhar nas plantações principalmente de arroz, algodão e também para irem para as casas dos senhores. Os navios chegavam principalmente das províncias do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de

Janeiro e da Bahia. Vinham também embarcações das colônias africanas como Cabo Verde, Moçambique, Bissau etc. Barroso Junior (2009), explica quais embarcações chegavam ao porto de São Luís e as quantidades de escravos:

As embarcações oceânicas que chegaram ao porto de São Luís eram os bergantins, as curvetas, as galeras, os brigues, as chalupas, as escunas e os navios, destas os mais veleiros (ou mais velozes) eram os brigues, as escunas, as chalupas e os bergantins, todos de dois mastros, enquanto as curvetas, os navios e as galeras possuíam três mastros e um enorme porão para o transporte de mercadorias e escravos. As curvetas, dentre as naves oceânicas com escravos, foram aquelas que mais aportaram no porto da capital do Estado: ao todo 47 registros e todas oriundas de algum território africano (Cacheu, São José de Bissau; porto de Ajudá; e, porto de Benguela, na África Central)¹⁰⁸. Somente quatro destas viagens chegaram com menos de 100 escravos (18%), as outras viagens possuíam números acima de 100 cativos africanos – 127, 160, 184, 214, 227, 255 – algumas chegando a grande soma de 300 escravos numa única curveta, caso da nave do mestre José de Oliveira em 1799, a curveta N. S. do Carmo e São Francisco. Em geral, elas carregavam um número superior a duzentos escravos, caso de 45,4% destas (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 72).

Segundo Schwartz (2018), entre os anos de 1780 a 1810, ocorreu uma entrada massiva de africanos ocidentais para as lavouras de algodão, arroz. Nas primeiras décadas do século XIX, São Luís se torna uma cidade negra, com principalmente africanos mandingas, balantas, bijagós e outros. Do porto de São Luís saíam produtos exportados para Europa, como para as cidades de Lisboa, Porto e Liverpool.

A vinda de milhares de negros africanos para trabalharem nas lavouras do Maranhão mudou a fisionomia étnica da capitania, entre os séculos XVIII e XIX. Houve uma confluência de diversas pessoas de origem portuguesa, indígena e negra, o que gerou tensões sociais fomentadas por interesses políticos e econômicos, sendo que os negros, indígenas e mulatos permaneciam nas camadas mais baixas da sociedade e tratados com discriminação. ‘Entre 1751 e 1842, cerca de 100 mil africanos desembarcaram no porto de São Luís do Maranhão. Quase a metade disso, 49 mil, foi redirecionada para o Pará’. (GOMES, 2021, p. 140).

Por fim, deve-se frisar que o tráfico negreiro com destino ao Maranhão, apesar de sua crueldade, trouxe milhares de negros africanos para essa terra e foi responsável pela diversidade cultural e étnica dessa região. Assim, o estado se tornou um lugar miscigenado, onde seu povo teve e tem origem nas mais diversas etnias e povos, uma mistura que tem descendentes de portugueses e europeus, indígenas e negros africanos. Os cativos desembarcaram no porto de São Luís, traziam consigo suas crenças, formas de lutar, hábitos, modos de entender a vida e a morte, além de técnicas de produção agrícola. Mas, mesmo com essa diversidade étnica o seu passado escravista não pode ser deixado de lado ou esquecido, pois até os dias atuais os índios, negros e descendentes de africanos fazem parte das camadas mais pobres e discriminados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se compreender os discursos presentes nos anúncios, textos, notícias, editais, ofícios, avisos e cartas dos leitores, presentes no jornal *Conciliador do Maranhão*, no início do século XIX, onde é possível verificar as estratégias utilizadas pelos proprietários de escravos na hora da venda. Eles enfatizavam os aspectos que consideravam e que imaginavam que a sociedade escravista valorizava em um “bom escravo”. Com os escravizados não ter vícios, serem jovens e possuírem ofícios. Assim, entende-se que os cativos eram valorizados mediante a uma determinada expectativa da sociedade escravista que determinava quais qualidades eram valorizadas.

Ao analisar os anúncios, percebe-se a que os escravizados homens desempenhavam serviços como cozinheiro, alfaiate, marceneiro, serrador, cabeleireiro, barbeiro, carpinteiro, pedreiro, sapateiro, boleiro, serviços relacionados a construção civil, vestuário e alimentação. Já entre as cativas mulheres os ofícios mais comuns são mais os domésticos como engomadeira, lavadeira, bordadeira e ama de leite.

Nos anúncios de comercialização como os de venda, aluguel e leilão, os escravizados eram representados como mercadoria que podiam ser vendidos, alugados, comparados e leiloados, mas ao mesmo tempo eram considerados mão de obra fundamentais para a manutenção da sociedade, por isso grande parte da sociedade defendia a manutenção da escravidão.

Assim, essas publicações foram fundamentais para compreender os discursos que os senhores e o jornal faziam sobre os escravizados. Nesse sentido, pode-se entender como era praticado o comércio de pessoas negras e o imaginário da sociedade sobre essas pessoas no período estudado. Os anúncios são parecidos, mas com um olhar mais atento nota-se que cada um tem suas peculiaridades e apresentam vestígios do cotidiano escravista na província do Maranhão no início do século XIX.

Por meio da análise historiográfica, observa-se como eram exercidas essas relações e como elas eram impressas nas páginas do jornal. Dessa forma, essa pesquisa nos possibilitou um novo olhar, na compreensão das relações dessa sociedade, ficando mais claro que os discursos presentes no jornal eram os discursos da classe dominante que representavam os escravizados, como objetos e como mão de obra.

Nos anúncios de fugas, percebe-se que os escravizados não aceitavam de forma passiva a escravidão. Nesse sentido, as fugas, eram comuns no período, como uma forma de conquistar a liberdade. Eles fugiam dos castigos, punições, falta de alimentação. Essas publicações eram

interessantes pois traziam muitos detalhes sobre os escravizados, como a idade, a aparência física e aspectos psicológico. Eram importantes para os senhores, pois por meio deles poderiam recuperar os seus cativos, pois a falta do mesmo poderia causar prejuízos na produção, com a falta da mão de obra. A concentração de mão de obra escrava era mais comum na baixada maranhense, pois era onde se conectava a produção de algodão e do comércio, nesse sentido, essa região era onde se concentrava a maior parte dos quilombos no Maranhão.

Outro tema estudado nesta pesquisa foi as entradas e saídas dos navios com escravizados, que teve o intuito de conhecer como era praticado o tráfico negreiro na província do Maranhão no início do século XIX, analisando os registros de entrada e saída de embarcações no porto de São Luís e publicadas no jornal. Entendemos então a quantidade de cativos que vinham para o estado e a origem dos cativos, além de compreender a prática do tráfico negreiro, quem eram os traficantes e os senhores que encomendavam os cativos. Alguns detalhes eram comuns nesses registros, como o nome dos navios, a duração da viagem e comandantes e mestres dos navios. Assim encontramos a origem dos escravizados que vinham para o Maranhão como de Moçambique, Cabinda, Costa da Mina, Angola e Guiné.

Já sobre a escravização de pessoas negras no Maranhão, entende-se que para a sociedade escravista, possuir cativos era uma forma de mostrar riqueza e adquirir prestígio, mas, como se pode ver nas análises do jornal, havia também o medo, por parte dos proprietários de escravos e das autoridades, de uma rebelião escrava. Assim, foram criados códigos de posturas como uma forma de controlar, vigiar e reprimir as atividades dos cativos, que eram considerados ‘nocivos’ para a ordem social. Por meio das notícias sobre rebeliões, fugas e formação de quilombos publicadas no jornal, percebe-se o medo que existia de que os escravizados se rebelassem.

No período analisado, o Maranhão passava por um certo apogeu econômico na província, principalmente devido a produção de algodão, arroz e cana de açúcar, além do momento político conturbado, devido aos movimentos de independência, no qual o jornal e grande parte da elite econômica e política maranhense se posicionava contra.

Nesse contexto, surge o jornal *Conciliador do Maranhão*, o primeiro do Maranhão. Por meio dele uma parte da sociedade letrada acompanhava as discussões políticas locais e internacionais, e também era por meio do jornal que se anunciava a venda, as fugas, os códigos de postura e os crimes cometidos por cativos.

Nessa pesquisa, a imprensa representada pelo *Conciliador do Maranhão* ganha destaque, pois o jornal foi utilizado para a tentativa de compreender o passado. O periódico

possibilitou conhecer a sociedade maranhense do século XIX. Por meio das notícias e anúncios, foi possível compreender o cotidiano maranhense e as relações de poder exercido pelas classes dominantes.

Assim, o periódico se mostrou uma fonte riquíssima para se conhecer a sociedade maranhense e provocar o debate da utilização da imprensa como fonte histórica. Nesse sentido, esse trabalho tentou fazer uma contribuição para o debate sobre a escravização e sobre a imprensa, analisando um contexto social e histórico da sociedade maranhense no início do século XIX.

Portanto, buscou-se fazer uma breve reflexão sobre as primeiras impressas no Brasil, especialmente no Maranhão, além de ressaltar a importância do jornal *Conciliador do Maranhão* como fonte para pesquisa histórica no contexto político e econômico em que o Brasil e a província do Maranhão com os movimentos de independência. O jornal *O Conciliador do Maranhão*, abriu o caminho para dezenas de jornais no século XIX.

Entende-se que a temática da escravização no Brasil ainda continua inesgotável. Isso se deve a diversos temas que podem ser abordados como lazer, trabalho, criminalidade, resistência, condições físicas. Desse modo, este é um universo social e cultural que continua a trazer importantes discussões, como a utilização de novos tipos de fontes.

Diante disso, os jornais nos fornecem informações que permitem novas interpretações a respeito de temas de variadas vertentes, inclusive a escravização. A partir dos anúncios do jornal *O Conciliador do Maranhão*, pode-se fazer de certa forma uma reconstrução do passado escravista da sociedade maranhense. A pesquisa nos permitiu compreender as formas de relações sociais, políticas e econômicas da época, bem como as relações de poder exercidas pelos senhores sobre os escravizados. Isso só pode ser possível pelos sinais deixados por setores sociais, tais como a imprensa.

Com a análise das publicações, verifica-se que mesmo após o fim da escravidão, em 1888, os novos escravos libertos passaram por dificuldades, devido ao abandono do Estado. A maioria dessas pessoas ficaram desempregadas e engrossaram os números de pobres e miseráveis no Brasil. O descaso que o Estado brasileiro teve com os escravizados pode ser percebido até os dias atuais na desigualdade social.

Segundo Sousa (2017), a formação de uma classe pobre do Brasil foi formada por negros recém-libertos, mulatos e mestiços. As formações das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui, a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então. As marcas

do período escravista no Brasil estão presentes até os dias atuais, pois mesmo com a abolição em 1888 com a Lei Áurea, a exclusão social, o racismo e a discriminação criam abismos sociais.

Entende-se que estudar o passado, possibilita criar alternativas para o futuro, para não repetir os erros já cometidos, pois o homem é um ser e um sujeito histórico, sendo que não se pode dissociar a cultura e valores dos acontecimentos que ocorrem anteriormente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W.; FRAGA FILHO, W.. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, A. W. B.; CANTANHEDE, A.; SEREJO, D.; PEREIRA JUNIOR, D. ; MARIM, R.E.A ; CARVALHO MARTINS, C. . **Violação dos direitos e devastação: 'Linhão' nas comunidades quilombolas de Viana - MA**. Manaus: UEA Edições, 2014 (Boletim).

ALMEIDA, M. da C. P. de. **Os novos quilombos**: estudo histórico sobre o processo de identidade das comunidades remanescentes de quilombos da Baixada e do Litoral norte do Estado do Maranhão. 2009.

AMANTINO, M. S. **O mundo dos fugitivos** – Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. 262f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ANDRÉA, J. A **Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopeias memoráveis**. Rio de Janeiro, SDGM, 1955.

ANDRÊS, L. P. de C. C.. **Centro Histórico de São Luís - Maranhão**: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

ARAÚJO, J. S. **A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX**: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. (ISSN 2179-8869). Dimensões: Revista de História da UFES, v. 33, p. 360-383, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/9110> Acesso em: 21. jan. 2022.

ARAÚJO, R. C. A. de. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ARIZA, M. B. A. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Dos Santos Gomes, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. p. 177.

ASSUNÇÃO, M. R. **Quilombos maranhenses**. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos. [Orgs.]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 434.

BACELAR, J. **Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da impressão**. Disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/bacelar_apontamentos.html. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1999.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa (1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, M. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROSO JUNIOR, R. S. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. 119f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009.

BASTOS, A. K. H. **Anúncios de escravos: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais de Recife** (Tese de Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2016.

BASTOS, A. K. P. DE H. Tradições Discursivas em anúncios de fugitivos nos jornais do Recife. **LABORHISTÓRICO**, v. 4, p. 48-68, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17497/10746> acesso em: 21.abr.2022.

BECKER, G; MARTINS, R. P. A imprensa e a construção da memória: a representação do ensino superior no Vale dos Sinos (RS) no jornalismo local (1969-1985). In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, 28, 2005 set. 05-09, Rio de Janeiro. [Anais...]. São Paulo: INTERCOM, 2005. 15 fl.

BENETTI, M. **Análise do discurso em Jornalismo: estudos de vozes e sentidos**. In: LAGO, C.;

BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 108.

BEZERRIL, S. S. Imprensa e Política. Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. In: Anais do **II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão / FAPEMA, 2011. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerril.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

BEZERRIL, S. S. Imprensa: objeto de pesquisa para a história política. In: **Anais do 26º Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. v. 1. p. 1-12. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308170039_ARQUIVO_opoderpoliticodaimprensa_alterado33.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

BOAVENTURA, B. J.R.. **Declaração de Independência e Constituição americana: uma história própria de federalizar o Estado**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 22 Nov. 2011. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-civil/209471-declaracao-de-independencia-e-constituicao-americana-uma-historia-propria-de-federalizar-o-estado. Acesso em: 26 ago. 2022.

BOURDIEU P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2004.

BRAGA, C. F. Mídia, Jornalismo e Cidadania: A representação do negro na mídia televisiva no Brasil. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 126–138, 2017. DOI: 10.30681/rccs.v1i1.2214. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/2214>. Acesso em: 9 jun. 2022.

CALDEIRA, J. R. C.. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XX**. São Luís: AML/Sioge, 2003. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/11864-o-maranh%C3%A3o-na-literatura-dos-viajantes-do-s%C3%A9culo-xix-jos%C3%A9-de-ribamar-c-caldeira.html>. Acesso em: 21.jan. 2022.

CÂMARA, J.C. **Escravos Em Fuga: Histórias de Escravidão e Liberdade no Paraná Provincial (1854-1888)**. 2008. Monografia apresentada ao curso de (Bacharelado em História, Memória e Imagem) - Universidade Federal do Paraná, CURITIBA, 2013.

CAMARGO, L. S. de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. **Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.28, 2007, pp.1-11. Disponível em: <http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao28/materia03/texto03.pdf> Acesso em: 21.jan. 2022.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 1997.

CARDOSO, D. N.. Protestantismo & abolição no segundo império: a pastoral da liberdade. **Revista Caminhando**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 105-114, 2009. Disponível em: Acesso em: 02.mai.2022.

CARDOZO, A. **Notícias do Norte: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia Brasileira (século XVII)**. Nuevo Mundo-Mundos Nuevos , v. 8, p. 4370, 2008.

CARVALHO, M. G. C.. **O CONVENTO DO CARMO: Um “Lugar de memória” uno e múltiplo no Centro Histórico de São Luís-Ma..** In: Flávio Aparecido de Almeida. (Org.). **Ensino de História_ histórias, memórias, perspectivas e interfaces**. 1ed.Guarujá - SP: Editora Científica Digital, 2021, v. 1, p. 455-467. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210102857.pdf> Acesso em: 8 jun. 2022.

CASTRO, F. F. de., SANTOS, P. L. V. A. da C. Os metadados como instrumentos tecnológicos na padronização e potencialização dos recursos informacionais no âmbito das bibliotecas digitais na era da web semântica. **Informação amp., Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 12-21, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/840>. Acesso em: 8 jun. 2022.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIRINO, R. G. V.. **'Os Colunas do Maranhão': teias de intrigas em uma 'remota província' do Brasil Império (1822-1831)**. **Diálogos (On-line)**, v. 22, p. 76-97, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/39567/pdf/> Acesso em: 21.jan.2022.

COSTA, M. **A história do Brasil para quem tem pressa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

COSTA, Y. M. P. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 241–263, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10769>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CUTRIM, L. M. S. **A alma do negócio**: a trajetória do negociante Antônio José Meirelles no Maranhão (c. 1820 - 1832), 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13869>. Acesso em: 21.jan.2022.

CUTRIM, L. M. S. Negócios além-mar: a Casa comercial de Antonio José Meirelles nas bordas do Atlântico (c. 1820- c. 1840). **Revista de História da UEG**, v. 7, p. 61-81, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/download/8442/6353/>. Acesso em: 21. jan. 2022.

CUTRIM, L. M. S. Os homens de negócio e a construção do Estado na Província do Maranhão. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 12, p. 67-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/19520/209209215503> Acesso em: 21.jan.2022.

CUTRIM, L. M. S. **Viagens Comerciais**: relações mercantis estabelecidas ao redor do Atlântico a partir da praça comercial de São Luís do Maranhão (c. 1820-1830). In: III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2018, Natal. III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2018. Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=133 Acesso em 21.jan.2022.

CUTRIM, L. M. S.. **Antonio José Meirelles e o Conciliador**: publicitação de dissensos no Maranhão oitocentista. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: novos e velhos desafios, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427463773_ARQUIVO_ArtigoANPUH2015LuisaCutrim.pdf . Acesso em: 21.jan.2022.

DA SILVA, R. A. C. . “O Conciliador do Maranhão” e “Memória sobre a tipografia Maranhense” Impressos do Século XIX: considerações sobre a matéria prima papel e ações extrínsecas invasivas praticadas por consulentes. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 176–199, 2021. DOI: 10.18817/ot.v18i32.841. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/841. Acesso em: 15 ago. 2022.

DEL CORRAL, D.; SANTOS, F. Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949. **EDUFBA**, 2009.

DEMATHÉ, A. **Entre sambaquis, redes e naufrágios: arqueologia costeira no Parque Arqueológico do Sul (SC)** / Alexandro Demathé – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

DIAS, C. M. M. **Balaiada**: a guerrilha sertaneja. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 3, n. 2. nov. 1995. ISSN digital 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/73/69>. Acesso em: 13. abr.2022.

DINIZ, M.. **Sesmarías e posse de terras - uma política para a colonização**. Histórica (São Paulo. Impresso), v. 12, p. 17-21, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/Sesmarias.pdf> Acesso em: 21.jan.2022.

FARIAS, J. B. **De escrava a Dona**: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. Locus (UFJF), v. 35, p. 13-42, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/20607/11022/82422>. Acesso em: 21.jan.2022.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FREYRE, G. (2012). **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Global Editora (Edição Digital).

GALVES, M. C. Comemorações vintistas no Maranhão (1821-1823). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 8, n. 12, 2011. DOI: 10.18817/ot.v8i12.49. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/49. Acesso em: 26 abr. 2022.

GALVES, M. C.. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e independência na província do Maranhão (1821-1826). 1. ed. São Luís: Editora UEMA / Café e Lápis, 2015. v. 1. 474p .2010.

GALVES, M.C. 'Dirigir e retificar a opinião pública': Os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823). In: **Anais do I Seminário Internacional Brasil no século XIX**, 2015, Vitória. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015. v. 1. p. 1-17. Disponível em: https://www.seo.org.br/images/Marcelo_Cheche_Galves.pdf. Acesso em: 4 set. 2019.

GARCIA, S. C. S. **Os alambiques da Ilha do Pico, Açores**: sistemas técnicos, património e museologia. Ponta Delgada: [s.n.], 2012. 251 p. - Dissertação de mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores, 2012.

GODIN, J.; SILVA, S. A. **Atividade editorial no Brasil**: primórdios da produção tipográfica e circulação de impressos no país. In: Colóquio Internacional de Design 2020, 2020, online. Blucher Design Proceedings, 2020. p. 301. Disponível: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/35849>. Acesso: 11. mar.2022.

GOMES, D. F. **Burlar a lei e zombar da ordem**: estratégias de resistência do sujeito escravizado em São Luís, década de 1870. Monografia. (Curso de História Licenciatura). UFMA- Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2017.

GOMES. L. **1822**-. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2010.

GOMES. L. **Escravidão** – Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GOMES, L. **Escravidão** – Da Independência do Brasil à Lei Áurea. Vol. III. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GOMES, L. **Escravidão** – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GRINBERG, K. **Castigos Físicos e Legislação**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Dos Santos Gomes, Flávio (Ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. p.144.

HEMEROTECA DIGITAL NACIONAL (BIBLIOTECA NACIONAL BRASIL). [Portal BNDigital]. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/conciliador-maranhao/749524> acesso em: 23. nov. 2021.

JESUS, A. M. C. **O corpo escravo: suas condições físicas e de saúde nos anúncios de fuga do jornal A Matutina Meiapontense (1830-1833)**. Universidade Federal de Goiás, 2016. Jataí. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-SOTT2c-Santierre-L.-K.pdf> Acesso em: 14.jul.2021.

JORGE, S. **A linguagem dos pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

JORGE, S.. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís: Edufma, 1987.

KOERNER, A.. **Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 68, p. 205-242, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7cmSNSzCTfpgkDC4xWwr3vQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 23. Mar. 2022

KRENISKI, G. C. P.; AGUIAR, M.C.P. **O Jornal como Fonte Histórica: A Representação e o Imaginário Sobre O “Vagabundo” na Imprensa Brasileira (1989-1991)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundo-s-1.pdf. Acesso em: 21. jan. 2022.

LAGO, A. B. P. do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.1822.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: **10º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR). 10º Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR)**. Porto Alegre, 2015.

LEITE, C. H. F. História e Imprensa: A Importância e a Contribuição dos Jornais no Conhecimento Histórico. In: **Anais do XIV Encontro Regional de História: 1964-2014: 50 Anos do Golpe Militar no Brasil**. Campo Mourão-PR. p. 822-828. 2014.

LEITE, C. H. F. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais como fonte e objeto de pesquisa Histórica. **Escritas: Revista Do Curso De História De Araguaína**, V. 7, N. 1, P. 03-17, 11, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/Vol7n1pp03-17>. Acesso em: 12.out.2021.

LIMA, A. D. S.; SOUSA, R. M. . Povos indígenas da Amazônia: do caminho da canoa à ressignificação das culturas e línguas. **TELLUS (UCDB)**, 2021. v. 01, p. 31-52, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.vi44.726>, Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/726> Acesso em: 09.mai.2022.

LIMA, M. da V. B. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2010.

LOPES, T. S. **O Tráfico Atlântico e a Africanização do Brasil: uma abordagem histórica e uma prática pedagógica**. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES - Campus de Caicó, UFRGN. Caicó, 2016. Disponível:< <http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/2303>> Acesso em: 20. out. 2021.

LOPES, R. **Uma região tropical. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta**, 1970, p. 103.

LUCA, T. R. de. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editor Contexto, 2008.

MAGALHÃES, D. G. de. **A Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1841. Memória Histórica Documentada**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1858.

MAMIGONIAN, B. G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil / Beatriz G. Mamigonian**. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; GRINBERG, Keila. Lei de 1831. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. P. 285 – 291.

MANHÃES, E. **Análise do discurso**. In DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUESE, R. Visualidade e administração do trabalho escravo nas fazendas de café e engenhos de açúcar de Brasil e Cuba, c.1840-1880. **ESTUDOS HISTÓRICOS**, v. 32, p. 143-170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/fGrLsGtc35Xd77BQXWrcxpw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09.mai.2022.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, R. A. F. Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 9, n. 18, 2010. DOI: 10.5902/217549772442. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2442>. Acesso em: 9 jun. 2022.

MATTOS, D. M. Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida: saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX. In: **Anais do 27º Simpósio**

Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH, v. 1. p. 1-20. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372278793_ARQUIVO_Naspaginasdosjornais,peculiaresexperienciasdevida,Anpuh2013,TEXTOREVISADO.pdf Acesso em: 21.jan.2022.

MATTOS, H.; GRINBERG, K.. Código penal escravista e Estado. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade** (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 163-168.

MATTOS, R. A. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850).** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2009.

MEDEIROS, A. L. S. **Democratizando o acesso aos jornais raros: o uso da tecnologia a serviço da pesquisa.** VERBO DE MINAS, v. 18, p. 65-77, 2017. Disponível em <https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/1173/840>. Acesso em: 21.jan.2022.

MELO, P. B. de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 8, n. 1, p. 26–38, 2013. DOI: 10.5216/c&i.v8i1.24592. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24592>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MIRANDA, M. **Classificação de raça, cor e etnia: Conceitos, Terminologia e Métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil no período de 2000 à 2009,** (Mestrado em Pós graduação em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil. 2010.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOTA, Antônia, da, Silva. Atividade fabril em São Luís do Maranhão, séculos XVIII-XIX. In: Antonia da Silva Mota; Ulisses Pernambucano. (Org.). **A SEDUÇÃO DAS RUÍNAS - Arqueologia e Resgate.** São Luís: EDUFMA/IPHAN. 2015.

MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 9 jun. 2022.

MUNARO, L. F. **O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822).** Tese (doutorado em história) na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NASCIMENTO, I.R.M.A. **Estudo Sócio Ambiental dos Efeitos de Barragens na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense: O caso do Lago Cajari, Penalva-MA,** (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas. Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil).2006.

OLIVEIRA, E. N. C. A economia do algodão no Nordeste brasileiro. In: **VI Congresso Sergipano de História & VI Encontro Estadual de História da ANPHU/Sergipe**, 2018, Aracaju/Sergipe. Anais eletrônicos, 2018. Disponível em:

http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1540860966_ARQUIVO_AEconomicoAlgodaoNordesteARTIGO.pdf acesso em 04.01.2022. Acesso em: 17 out 2021.

OLIVEIRA, G. P. de. “Eu não dei o meu dinheiro para inglês nenhum”: o ideal de nação e a seca de 1825 no norte do Brasil. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13581>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

OSTI, A.; SILVEIRA, C. A. F.; BRENELLI, R. P. Representações sociais: aproximando Piaget e Moscovici. In: **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 5, p. 35-60, 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/3176/2487> Acesso em: 17 out 2021.

PARÉS, L. N. Africanos Ocidentais. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 77-79.

PEREIRA, J. J. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-103448/publico/TESE_JOSENILDO_JESUS_PEREIRA.pdf Acesso em: 21.jan.2022.

PEREIRA, J. de J.. *A rebeldia do trabalho em tempos de escravidão: nuances da experiência do maranhão*. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, v. 08, p. 197-215, 2021. <http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/274>.

PESAVENTO, S. J.. Em busca de uma outra História. Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 15, n. 29. 1995.

PIMENTEL, M. DO R. Aspectos do cotidiano no transporte de escravos no século XVII: do sertão africano à costa americana. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 25, n. 2, p. 7-18, 31 dez. 1999.

PINHEIRO, R. A. As Forças da Cidade: Vozes e Agentes de São Luís-MA nas páginas do jornal O Conciliador. In: **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2013, Manaus-AM. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus-AM: Intercom, 2013. v. 36. p. 01.

PINHEIRO, R. A. **Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. In: **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom Metodista, a. 29, n. 49, p. 43-64, 2º sem. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/download/760/770> Acesso em: 21.jan.2022.

PINHEIRO, R. A. **O Conciliador e o início do jornalismo maranhense no século XIX**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6968/2/TES_ROSEANE_ARCANJO_PINHEIRO_COMPLETO.pdf Acesso em: 21.jan.2022.

PINHEIRO, R. A.; HOHLFELDT, A.. JORNALISMO E DISCURSO: as representações sobre o leitor nas páginas de O Conciliador do Maranhão (1821-1823). **REVISTA OBSERVATÓRIO**, v. 3, p. 258, 2017.

PINHO, M. C. G. O. A. **Casas de Quinta no Douro - Proposta para um Manual de Intervenção**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil — Especialização em Construções. Universidade do Porto. Faculdade de Engenharia. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/63308> Acesso em: 21.jan.2022.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 26ª edição, [1945] 1985.

REBELATTO, M. O desmantelamento da escravidão, as alforrias e as fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina, década de 1880. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., 2007, Santa Catarina. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/50.pdf>. Acesso em: 08 jul 2022.

REIS, R. J. **Costa Sudeste de São Luís-MA: ANÁLISE E PROPOSTA PARA GESTÃO AMBIENTAL**, (Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6660/1/arquivo8208_1.pdf Acesso em: 21.jan.2022.

RIBEIRO, A. P. G. A Imprensa da Independência e do Primeiro Reinado: Engajamento e Mercado. In: **Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia. 5º Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0199-1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

RIBEIRO, A. P. G. **A Imprensa da Independência e do Primeiro Reinado: Engajamento e Mercado**. In: ANAIS DO V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. 5º CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0199-1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. . **O tráfico de escravos africanos: novos horizontes** (apresentação do dossiê sob o mesmo nome). TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 23, p. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/sW4gvxsV7wT3KkYKXZqXB5d/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 08 set. 2021.

RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. . **O tráfico de escravos africanos: novos horizontes** (apresentação do dossiê sob o mesmo nome). TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 23, p. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/sW4gvxsV7wT3KkYKXZqXB5d/?lang=pt&format=pdf>.

RIBEIRO, A.V. **O tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador** (c. 1678 – c. 1830) / Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005.

RODRIGUES, A. “Com duas gejas em cada uma das fontes”: escarificações e o processo de tradução visual da diáspora jeje em Minas Gerais durante o século XVIII. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 63, 2021. DOI: 10.9771/aa.v0i63.38662. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/38662>. Acesso em: 9 jun. 2022.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?** 2016. 104 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROMANCINI, R. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. CD do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: INTERCOM/UERJ, 2005.

ROTHBERG, D. **Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes**. Opinião Pública, v. 20, n. 3, p. 407-424, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135481>>. Acesso: 06. abr. 2022.

SAMPAIO, T. **Estado do Maranhão**, 1908. Biblioteca Nacional, Iconografia, RJ, pág. 19

SANT'ANNA, B. C. L. Periódicos oficiais brasileiros e imprensa de língua portuguesa em Londres. In: **Revista Ecos - UNEMAT - Cáceres**. "Entre poesia, prosa e discurso". v. 9, p. 53-72, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/936/925>. Acesso em: 08 set. 2019.

SANTOS, A. J.. **A pena de galés no Código Criminal de 1830: os debates parlamentares e a pena de trabalho forçado**. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1599927665_ARQUIVO_5d5ced64d97a156381e67b0be5c48757.pdf Acesso em: 21.jan.2022.

SANTOS, A.C. **Senhores: vítimas de seus escravos**. In: **Anais da Caravana Estadual Anpuh Pernambuco**, 2015. v. 1. 2011. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_jfOXk74NqTmJmUXIJb1hCbDQ/view. Acesso em: 07 set. 2019.

SANTOS, C. A. C. **A IMPRENSA MARANHENSE NO PÓS-ABOLIÇÃO: representações do termo liberto no jornal Pacotilha (1888-1908)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Poderes, Políticas e Sociabilidades) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SANTOS, C. P. M.. **Condições de Habitabilidade no Centro Histórico: um estudo sobre o morar contemporâneo na moradia colonial**. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: <https://www.athuar.uema.br/wp-content/uploads/2017/11/IC-SANTOS-An%C3%A1lise-da-diversidade-do-morar-contempor%C3%A2neo-a-moradia-na-Nova-S%C3%A3o-Lu%C3%ADs.pdf> Acesso em: 21.jan.2022.

SANTOS, E. M. D. . O lugar do discurso e a guerra das narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 200–219, 2021. DOI: 10.18817/ot.v18i32.856. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/856. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, E. M. **Resistência Escrava**: as fugas de escravos em São João del Rei na Última Década de Escravidão no Brasil. 64f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de São João Del Rei. 2004. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/monografias/resistencia.pdf>. Acesso em: 21.jan.2022.

SANTOS, L. E. N. **O urbano Ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. 1. ed. São Luís/Porto Alegre: EDUFMA/EDITORA FI, 2021. v. 1. 310p .

SANTOS, V. P. dos. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. In: **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v. 9, N. 16; p. 2393-2408, 2013. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2013a/humanas/Tecnicas%20da%20Tortura.pdf> Acesso em: 21.jan.2022.

SARAIVA, L. F.; ALMICO, R. C. S. Escravidão e modernidade: a implantação da energia elétrica no Brasil escravista. In: Quinto Simpósio Internacional de História da Eletricidade, 2019, Evora. **V Simpósio Internacional de História da Eletricidade**, 2019. p. 1-45.

SCHEINER, L. Trajetórias e interseções: aproximações entre as elites locais capixabas e a Corte Joanina durante no Governo de Francisco Rubim (1812-1819). In: **VI Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, 2017, Vitória. Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/18844/12831> Acesso em: 21.jan.2022.

SCHERER, C. Corda branca em carne negra: os escravos e a pena de morte por enforcamento no Brasil Império. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. XXVIII Simpósio Nacional de História - Anais eletrônicos, 2015. p. 1-17. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/download/3771/2609>. Acesso em: 21.jan.2022.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em Branco e Negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, S. B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, L. M. e GOMES, F. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

SILVA, G. P. **De volta à Praia Grande**: o velho centro com o “novo” discurso. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão em Políticas Públicas. 2010.

SILVA, M. A. (2015). As fontes digitais e o ofício de historiador. **Revista Espaço Acadêmico**, 15(172), 104-112. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26924>

SILVA, M. A. As fontes digitais e o ofício de historiador. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 15, n. 172, p. 104-112, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26924/15133>. Acesso em: 21.jan.2022.

SILVA, M. P.; FRANCO, G. Y. **Imprensa e política no Brasil**: considerações sobre o uso do jornal na pesquisa histórica. *Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD)*, v. 4, p. 1-11, 2010.

SILVA, R. C. **História do jornalismo**: evolução e transformação. In: *Temática (Online)*, v. VIII p. 06, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/23677/12984>. Acesso: em 27. set. 2020.

SILVA, R. R. **O papel social das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX**. In: Ellen dos Santos Oliveira. (Org.). *Escravidão e racismo: 150 anos da Lei do Ventre Livre*. 1ed.Itapiranga? SC: Editora Scheiben, 2021, v. 1, p. 298-322. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/22618> Acesso em: 21.jan.2022.

SOARES, C. E. L.; GOMES, F. dos S. **Com um pé sobre um vulcão**: africanos minas, identidades e repressão antiafricana no Rio de Janeiro. 1830 - 1840. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 335-378, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/XK7DhKTTMhDMz3VVv6LRKsq/?lang=pt> Acesso em: 21.jan.2022.

SODRÉ, N. W. S. **Quem é o povo no Brasil?** Marília: Lutas anticapital, 2019.

SORGINE, J. F. A Formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821). Londrina: **ANPUH-XXIII Simpósio Nacional de História**, 2005, p.4.

SOUZA, J., **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura - Fundação Palmares, 2006.

VALENCIA, C.; GIL T. **O retorno dos mapas** [recurso eletrônico]: sistemas de informação geográfica em história / Carlos Valencia Villa, Tiago Gil. — Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

VIEIRA, S. B. **Restauração da Feira da Praia Grande**: um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no Centro Histórico de São Luís (1970-1990). 2016. Monografia apresentada ao Curso de História da -Universidade Estadual do Maranhão. São Luís 2016.

YOUSSEF, A. El. **Imprensa e escravidão**: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (1822-1850). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016. Resenha de: SANTOS, Silvana Andrade dos. Imprensa como partido: “opinião pública” e tráfico negreiro em periódicos cariocas. **Almanack**, Guarulhos, n.19, p. 331-337, maio/ago., 2018.

Documentos

a) Jornais

O Conciliador do Maranhão. São Luís: Typographia Nacional Maranhense, 1821-1822.

(O) CONCILIADOR DO MARANHÃO. São Luís: 15 abr. 1821. Maranhão 14 de abril. Pg, 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749524&pasta=ano%20182&pesq=&pa>
Acesso em: 17 out 2021.

APÊNDICE

Relação dos assinantes senhores e suas profissões ou ocupação do *Conciliador* elaborada a partir das publicações do jornal.

Nomes dos senhores e assinantes	Profissões e ocupações
Agostinho Antonio de Faria	Marechal de campo, governador de armas da província do Maranhão
Agostinho Ignácio Rodrigues Torres	Capitão
Alexandre Jozé Gonsalves da Veiga	Ajudante
Ana Maria da Conceição	Proprietária de escravos
André Cursino	Ajudante
Antonio Bernardes de Oliveira Pimentel	Capitão
Antonio Bernardino Pereira do Lago	Coronel
Antonio Bernardo Malafaia	Capitão
Antônio da Cunha Gonçalves Afonso	Proprietário de loja
Antonio das Neves Marques	Alferes
Antônio de Castelo Branco	Senhor de escravos
Antonio de Salles Nunes Belfort	Coronel
Antonio Dias Araújo Guimarães	Alferes
Antonio Francisco da Luz	Capitão
Antonio Franco de Sá	Tenente-coronel
Antonio Gomes Pires	Doutor
Antonio Joaquim de Souza Brochado	Tenente-coronel
Antonio Joaquim Launé	Alferes
Antônio Joaquim Ramos	Capitão
Antônio José de Souza Junior	Capitão
Antônio José Pinto	Senhor de escravos
Antonio José Saturnino das Mercês	Integrante da Junta de Administração
Antonio Jozé Bruno	Alferes
Antonio Jozé da Silva	Major
Antonio Jozé de Carvalho	Capitão
Antonio Jozé de Souza	Tenente
Antonio Jozé Gomes	Alferes
Antonio Jozé Gonsalves	Alferes
Antonio Jozé Henriques	Capitão
Antonio Jozé Marques	Capitão
Antonio Jozé Meirelles	Comendador, negociante, militar e traficante de escravos
Antonio Jozé Soares Duarte	Tenente
Antonio Lourenço de Carvalho	Alferes
Antonio Manoel Soares	Tenente
Antonio Marques Oliveira	Tenente
Antonio Martins da Silva	Alferes
Antônio Martins de Carvalho	Fazendeiro
Antonio Pedro da Costa Ferreira	Desembargador
Antonio Raimundo de Miranda	Secretário da Junta da Divisão Eleitoral)
Antonio Rodrigues dos Santos	Integrante da Junta Provisional
Antonio Rodrigues dos Santos	Coronel
Bento Jozé Tavares	Vigário
Bernardino Pereira de Castro	Escrutinador da Junta da Divisão Eleitoral
Bernardo Antonio da Silveira	Tenente
Bernardo Antunes da Silva	Capitão
Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca	Governador da província
Bernardo Pereira de Berredo	Capitão
Bernardo Pereira de Souza	Senhor de escravos

Bispo Silva Berford	Presidente da Junta Provisória e Administrativa
Bruno Antonio Meirelles Soares	Capitão
Caetano José da Cunha	Senhor de escravos
Caetano José de Souza	Integrante da Junta Provisional
Caetano Jozé de Souza	Tenente
Carlos Luciano Mendes	Senhor de escravos
Domingos Diaz da Silva Henrique	Capitão
Domingos Jozé Rodrigues de Sá Vianna	Capitão
Domingos Simões	Senhor de escravos
Elias Jozé Peixoto de Oliveira	Capitão
Estevão Gonsalves Dias	Quartel-mestre
Fabio Gomes da Silva Belfort	Tenente
Faustino Jozé Nunes	Tenente
Felicianno Antonio Marcello Nunes	Tenente-coronel
Felicianno Estevão da Costa	Quartel-mestre
Felipe de Barros e Vasconcellos	Chefe de esquadra
Felipe de Barros e Vasconcelos	Integrante da Junta Provisional
Fernando Antonio de Neiva	Tenente
Fernando Jozé da Silva	Tenente-coronel
Francisco Alberto Rubim	Proprietário de escravos
Francisco de Barros Cardoso Lima	Secretário da Junta da Divisão Eleitoral
Francisco de Borges	Segundo tenente
Francisco de Borja da Silva Coqueiro	Major
Francisco de Paula Felner	Integrante da Junta da Fazenda Nacional
Francisco de Paula Pereira Duarte	Desembargador
Francisco de Paula Ribeiro	Major
Francisco Germano de Moraes	Capitão
Francisco Gonsalves Martins	Juiz de fora
Francisco Joaquim d'Almeida	Capitão
Francisco José Pereira	Assistente da Junta da Divisão Eleitoral
Francisco Jozé Pereira	Vigário
Francisco Lopes Calheiros de Menezes	Tenente-coronel
Francisco Manoel da Costa Cintra	Tenente
Francisco Xavier de Macedo	Fazendeiro
Guilherme Westwood	Senhor de escravos
Henrique Antonio Guilhon	Tenente-coronel
Henrique Pereira da Silva	Coronel
Henrique Seasou	Negociante de escravos
Hermenegildo Antônio Leiria	Capitão
Hermenegildo da Costa Nunes	Senhor de escravos
Honório José Teixeira	Senhor de escravos
Ignácio Jozé Gomes de Souza	Tenente
Ignácio Luiz Madeira de Mello	Brigadeiro Governador das Armas
Isidore Rodrigues Pereira	Coronel
Isidoro Alves	Capitão
Izidoro Rodrigues Pereira	Coronel
Jerônimo Antonio Proença Ribeiro	Vigário
Jerônimo Antônio Pusiah	Comandante de navio
João Antonio Lopes	Capitão
João Baptista da Silva	Capitão
João Bento de Brito	Coronel
João Cândido de Deus e Silva	Doutor Juiz de fora
João Carlos da Costa Ferreira	Doutor
João de Almeida Figueiredo	Capitão
João de Almeida Oliveira	Capitão
João de Andrade Pessoa	Major
João dos Reis	Advogado

João Francisco Leal	Secretário interino
João Francisco Leal	Desembargador
João Francisco Vieira Guimarães	Tenente
João Gomes dos Santos	Padre
João Gomes Praieira	Capitão
João Gomes Veludo	Mestre de navios
João Gualberto da Costa	Secretário da Comissão de administração e interesse público
João Jozé Vianna	Tenente
João Luiz Pereira de Figueredo Almeida	Capitão
João Manoel Pereira Brandão Tezo	Quartel-mestre
João Paulo das Chagas	Capitão
João Paulo Dias Carneiro	Capitão
João Raposo do Amaral	Presidente da Junta da Divisão Eleitoral
Joaquim Alexandre Ribeiro	Capitão
Joaquim Alves Ribeiro	Capitão
Joaquim Antônio	Negociante
Joaquim Antonio dos Santos	Tenente
Joaquim Antonio Machado	Tenente
Joaquim da Silva Pereira Ramos	Capitão
Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré	Bispo
Joaquim Jozé da Costa Portugal	Tenente-coronel
Joaquim Jozé Gomes	Tenente
Joaquim Mariano da Costa	Capitão
Joaquim Rodrigues de Sá Viana	Capitão
Jorge Oketis	Capitão
José Antônio Coelho	Tenente
José Antônio dos Santos	Capitão
José Antônio Pereira	Senhor de escravos
Jose Bernardino da Silva	Ajudante encarregado do registro, no Porto
José da Costa Santos	Senhor de escravos
José do Reis e Brito	Negociante
José Felipe Martins Vidigal	Escrutinador da Junta da Divisão Eleitoral
José Freiras Chaves	Mestre de navio
José Gonçalves da Silva	Comerciante
José Joaquim Males	Senhor de escravos
José Lopes de Lemos	Senhor de escravos
José Luiz de Lavor	Senhor de escravos
José Pereira d'Azevedo	Capitão
Jose Rodrigues Roxo	Senhor de escravos
José Thomaz Nabuco	Coronel
Jozé Ascenço da Costa Ferreira	Capitão
Jozé Bento da Rocha e Melo	Desembargador
Jozé Carlos de Melo Alboim	Major
Jozé Carlos Frazão	Capitão
Jozé de Moraes Madureira Lobo	Major
Jozé dos Reis e Brito	Tenente
Jozé dos Santos Monteiro	Tenente-coronel
Jozé Feliciano Botelho de Mendonça	Ajudante
Jozé Felipe Martins Vidigal	Tenente
Jozé Felix Pereira de Burgos	Tenente-coronel
Jozé Fernandes dos Reis	Capitão
Jozé Francisco Gonsalves	Capitão
Jozé Gomes de Araújo	Capitão
Jozé Gomes Pires	Major
Jozé Gonsalves Azevedo	Alferes
Jozé Joaquim Jansen	Alferes

Jozé Joaquim Vieira Belford	Coronel
Jozé Luiz da Silva	Cirurgião-mor
Jozé Maria Faria de Mattos	Tenente
Jozé Narcizo Ferro	Tenente
Jozé Pinto de Brito Ferreira	Alferes
Jozé Pinto Teixeira	Reverendo
Jozé Teixeira Homem de Brederode	Major ajudante de ordens
Jozé Theodoro Correia Azevedo	Coronel
Jozé Thomaz Cantanhede	Coronel
Loureiro da Costa Dourado	Capitão-mor
Lourenço de Arrochella Vieira D'Almeida Malheiro	Desembargador
Luís Antonio Vieira da Silva	Coronel
Luís Pacheco da Silva	Mestre de navio
Luiz Antônio Soares Mendes	Senhor de escravos
Manoel Antonio de Carvalho	Capitão
Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira	Capitão
Manoel Antônio de Jesus	Senhor de escravos
Manoel Antonio Martins	Capitão
Manoel Antônio Rodrigues Vale	Senhor de escravos
Manoel da Costa Barradas	Desembargador
Manoel da Cunha	Capitão
Manoel de Souza Machado	Mestre do Porto
Manoel de Souza Martins	Brigadeiro
Manoel de Souza Pinto de Magalhães	Tenente-coronel
Manoel do Carmo Santos	Capitão
Manoel Domingues Dias	Alferes
Manoel Duarte Godinho	Dono de uma botica
Manoel Gomes da Silva Belford	Capitão
Manoel Ignácio Vieira	Alferes
Manoel Joao Corrêa	Proprietário de uma padaria
Manoel Joaquim de Mendonça	Senhor de escravos
Manoel Joaquim Ferreira da Costa	Senhor de escravos
Manoel José Coelho	Reverendo
Manoel Jozé Caetano Pinto dos Santos e Câmara	Vigário
Manoel Jozé dos Santos Guimarães	Capitão
Manoel Jozé Gomes da Costa	Tenente-coronel
Manoel Jozé Marques Guimarães	Coronel
Manoel Jozé Ribeiro da Cunha	Capitão
Manoel Lopez da Costa	Tenente
Manoel Pedro Marques	Alferes
Manoel Pereira da Luz	Feitor
Manoel Rodrigues Oliveira	Médico
Manoel Rodriguez Viana	Capitão
Manoel Veríssimo Berredo	Capitão
Mauricio Fernandes Alves	Capitão
Miguel Ferreira de Gouvêa Pimentel Beleza	Capitão
Miguel Joaquim de Serqueira e Silva	Bacharel
Miguel Tavares	Alferes
Patrício José d'Almeida e Silva	Doutor
Pedro Carneiro Henriques Franco	Alferes
Raimundo Ferreira d'Assumpção Parga	Capitão
Raymundo de Brito	Doutor
Ricardo Henriques Leal	Capitão-mor
Ricardo Jozé Coelho	Major

Robert Heskett	Cônsul
Rodrigo Pinto Pizarro	Major de cavalaria
Rodrigo Pinto Pizarro	Major
Romualdo Antonio Franco de Sá	Major
Sebastião Gomes da Silva Belford.	Governador provisório
Sebastião José Ferreira de Castro	Tenente
Sebastião Pinto	Alferes
Sérgio Justiniano da Silva	Tenente
Severino de Oliveira Costa	Capitão
Silva Belford	Bispo
Silvestre Marques da Silva	Cirurgião-mor
Simplício Dias da Silva	Coronel
Theodoro Jozé da Cunha	Tenente
Torquato Gurgel de Cerqueira Pinto	Vigário
Valério Corrêa Lopes	Senhor de escravos
Wenceslau João Bernardino de Sá	Major

Fonte: *Conciliador do Maranhão*